

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Taylor das Neves da Silva

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

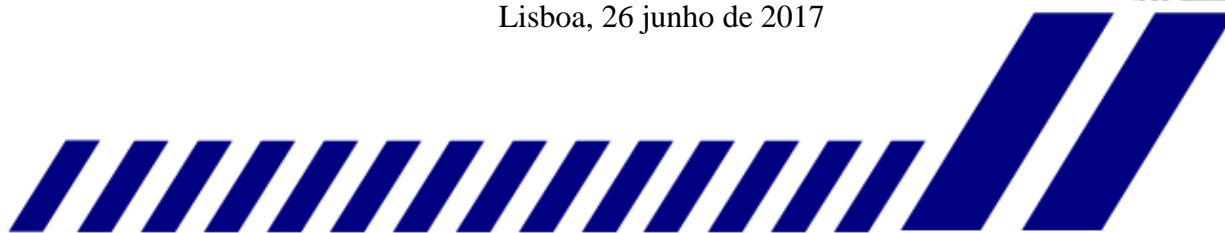
XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna
São-tomense**

Orientador:

Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes

Lisboa, 26 junho de 2017



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Taylor das Neves da Silva

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

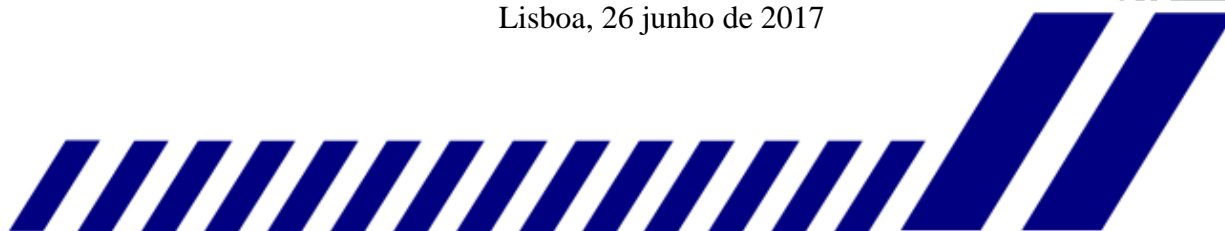
XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna
São-tomense**

Orientador:

Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes

Lisboa, 26 junho de 2017





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXIX CFOP

Orientador: José Joaquim Antunes Fernandes

Título: A Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna São-tomense

Autor: Taylor das Neves da Silva

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 26 junho de 2017

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes.

EPÍGRAFE

“A discussão acerca do papel das Forças Armadas no quadro do Sistema de Segurança Interna é muito interessante e deve (...) ser estimulada num futuro próximo”.

(Almeida, 2010, p. 1)

DEDICATÓRIA

À minha Família.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante na minha vida, quero aqui expressar os meus profundos agradecimentos aos que sempre estiveram do meu lado ao longo destes cinco anos:

A Deus todo-poderoso por me ter guiado nesta caminhada e por ser o meu anjo da guarda.

Aos meus pais, Vicente Silva e Graciete das Neves, por me trazerem ao mundo e por todo o amor e carinho proporcionado.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Antunes Fernandes pela constante disponibilidade demonstrada, pela orientação e pelos ensinamentos, o meu muito obrigado por tudo aquilo que fez por mim.

Aos meus irmãos, Gilson, Joy, Edyjelka, Syler, Selmy, Hassler, Helder Jhonson e Maura, pela força que me deram durante estes largos anos.

À minha namorada Ruth, pelo amor, carinho e por estar sempre do meu lado nos bons e maus momentos que a vida me proporcionou.

Ao meu tio Nuno, pelo apoio, amizade e contante disponibilidade demonstrada durante a minha estadia em Portugal.

Aos meus verdadeiros amigos, Biu e Habilson, pela amizade e encorajamento.

Aos restantes membros da minha família, pelo apoio e pela força.

À comunidade são-tomense do ISCPSI, pela amizade e apoio. Muito obrigado.

Aos meus camaradas e companheiros do XXIX CFOP, pela amizade, força e por me proporcionar verdadeiros momentos de felicidade e de superação. Obrigado por tudo.

À PSP e em especial ao ISCPSI pelo acolhimento e oportunidade concedida. Aos funcionários, em especial, aos Docentes pelos ensinamentos e conhecimentos partilhados.

Aos Senhores Oficiais Policiais e Militares, pela disponibilidade, ensinamentos e conhecimentos partilhados.

A todos o meu humilde e sincero agradecimento.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Al.	Alínea
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANAC	Autoridade Nacional de Aviação Civil
AN	Assembleia Nacional
Art.º	Artigo
CESDN	Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional
CEMFA	Chefe de Estado Maior das Forças Armadas
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CFR.	Confere
CRDSTP	Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe
CRP	Constituição da República Portuguesa
Dec. Lei	Decreto-lei
DERMSDS	Documento de Estratégias para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança
DN	Defesa Nacional
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EFSS	Estatuto das Forças e Serviço de Segurança
FA	Forças Armadas
FASTP	Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
FS	Forças de Segurança
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IDN	Instituto de Defesa Nacional
LDNFASTP	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
LOFASTP	Lei Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
LOGN	Lei Orgânica de Guarda Nacional
LOIC	Lei Orgânica de Investigação Criminal

LOPOP	Lei Orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério de Administração Interna
MDN	Ministério de Defesa Nacional
MDAI	Ministério da Defesa e Administração Interna
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PCCCFSS	Plano Coordenador do Comando e Controlo das Forças e Serviços de Segurança
PNSTP	Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCM	Resolução do Conselho dos Ministros
SAA	Sistema da Autoridade Aeronáutica
SAM	Sistema da Autoridade Marítima
SMF	Serviço de Migração e Fronteiras
SI	Segurança Interna
SIS	Serviços de Informação e Segurança
SN	Segurança Nacional
SNPCB	Sistema Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
EFSS	Estatuto das Forças e Serviço de Segurança
Vd.	Vide
UNSAC	Comité Consultivo Permanente das Nações Unidas sobre questões de Segurança na África Central

RESUMO

Atualmente, a nova dinâmica socioeconómica que se assiste ao nível nacional e internacional tem tido repercussões na forma de pensar e viver da segurança, uma vez que o seu conceito tende a alargar-se. Ao mesmo tempo, ocorre em diversos países novos fenómenos criminais com graves consequências para a segurança das pessoas e do próprio Estado, aqui enquadram-se as novas ameaças transnacionais que nos tempos que correm sobrepõem-se às ameaças tradicionais. Deixaram de existir fronteiras entre a segurança interna e segurança externa e acresceram os riscos e as ameaças bem como as vulnerabilidades face aos novos desafios securitários.

Procurando responder a estes desafios o Estado socorre-se dos esforços de várias entidades, das quais destacamos as Forças Armadas. A grande questão prende-se com o facto dos militares não possuírem formação no âmbito da Segurança Interna, logo, a intervenção militar deverá basear-se no princípio da subsidiariedade. Neste contexto pretende-se perceber se é possível atualmente a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna são-tomense, fora da situação dos estados de exceção.

Para o efeito, recorreu-se ao método qualitativo baseado na análise documental, e na realização de entrevistas (semiestruturadas) para a recolha de informações. Os resultados obtidos foram confrontados com as ideias obtidas através do enquadramento teórico. Conclui-se que a inexistência de legislação é o principal obstáculo ao emprego das Forças Armadas nas tarefas de Segurança Interna.

Palavras-Chaves: Segurança Interna; Defesa Nacional; Forças Armadas; Forças e Serviços de Segurança.

ABSTRACT

Nowadays, the new socioeconomic dynamics that we watch on a national and international level have had repercussions in the way of thinking and living security, since its concept tends to expand. At the same time, new criminal activities with consequences to the safety of people and even the State occur in diverse countries, here fit the new transnational threats that presently overlap the traditional threats. The frontier between internal security and external security ceased to exist and the risks and threats increased as well as the vulnerabilities given the new security challenges.

Trying to respond to these challenges the State resorts to various entity's efforts, of which we highlight the Armed Forces. The great question is linked to the fact the military don't possess Internal Security Training, so the military intervention should be based on the subsidiarity's principle. We aimed to understand if the intervention of the Armed Forces on São Tome's Internal Security is possible, outside of exceptional states.

To that end, we resorted to the qualitative method based on documental analysis and on the conducting of interviews (semi structured) to gather information. The results were confronted with ideas obtained through theoretical framework. It is concluded that the lack of legislation is the main obstacle to employment of the Armed Forces on the Internal Security's tasks.

Keywords: Internal Security; National Defence; Armed Forces; Security forces and services.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	II
SIGLAS E ABREVIATURAS	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
ÍNDICE.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
Escolha e Justificação do Tema	4
CAPÍTULO I: O ESTADO E A SEGURANÇA INTERNA NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	5
I.1. Estado e a Segurança Interna.....	5
I.1.1. Estado de Direito	8
I.1.1. São Tomé e Príncipe como Estado de Direito Democrático	9
I.1.2. A Segurança Como Função Basilar do Estado.....	11
I.1.2.1. Fins do Estado	13
I.2. Caracterização da Segurança Interna São-Tomense	14
I.2.1. A Segurança Interna de São Tomé e Príncipe	15
I.2.2. Estrutura da Segurança	19
I.2.3. Forças e Serviços de Segurança	20
I.3. Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe	21
I.3.1. Natureza, Organização e Missões da PNSTP	23
I.4. Serviço de Migração e Fronteira	24
I.5. Serviço de Informação.....	25

I.6. Unidade de Polícia Fiscal Aduaneira	25
I.7. Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal.....	25
I.8. Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros	26
CAPÍTULO II: DEFESA NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS.....	29
II.1. Defesa Nacional	29
II.2. Forças Armadas.....	31
II.2.1. Missões e Estrutura das Forças Armadas.....	33
II.2.2. Missões e Organização do Exército e da Guarda Costeira	33
II.3. Caracterização do Sistema de Segurança Interna Português.....	34
CAPÍTULO III: A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DA SEGURANÇA INTERNA SÃO-TOMENSE	40
III.1. As Forças Armadas no Quadro da Segurança Interna	40
III.2. Da Colaboração e Articulação Institucional	42
III.2.1. Os Princípios da Intervenção Policial.....	44
III.3. As “Novas” Ameaças Transnacionais	47
III.4. Os Potenciais Domínios de Cooperação	48
III.4.1. Domínio da Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública em Geral.....	49
III.4.2. Domínio da Prevenção e Investigação Criminal	49
III.4.3. Domínio da Segurança a Grandes Eventos.....	50
III.4.4. Domínio da vigilância do Espaço Marítimo e Aéreo	51
CAPÍTULO IV: MÉTODO	52
IV.1. Corpus.....	52
IV.2. Instrumentos	53
IV.2.1. Entrevistas	53
IV.2.2. Os Participantes	53
IV.3. Análise de Conteúdo.....	53

IV.4. Procedimentos	54
IV.5. Apresentação e Discussão dos Resultados	56
V: CONCLUSÃO	59
Limitações e Investigações Futuras	62
BIBLIOGRAFIA	64
Apêndices	71

Índice de apêndices:

Apêndices -----	71
Apêndice A- Pedido Formal de entrevista -----	71
Apêndice B- Guião de entrevistas-----	73
Apêndice C- Entrevista ao Coronel Olinto Paquete-----	74
Apêndice D- Entrevista ao Tenente-Coronel João Pedro Cravid-----	76
Apêndice E- Entrevista ao Capitão Stoy Miller Ponte-----	78
Apêndice F- Entrevista ao Superintendente Kiakisiki do Nascimento-----	80
Apêndice G- Entrevista ao Intendente Domingos do Nascimento-----	82
Apêndice H- Entrevista ao Subcomissário Valdir Cunha Lisboa-----	85
Apêndice I- Entrevista ao Subcomissário Eridson Trindade-----	88
Apêndice J- Entrevista ao Subcomissário João Pedro Cravid-----	90
Apêndice K- Quadro categorial-----	94
Apêndice L- Codificação-----	97
Apêndice M- Missões da PN-----	106

INTRODUÇÃO

O facto de São Tomé e Príncipe ser um país “isolado” e pequeno não significa que não possa vir a ser alvo ou palco de “novos” fenómenos criminais. Esta situação leva-nos a repensar a situação do país ao nível securitário. Pois, como acontece com qualquer Estado de direito democrático cabe a este a tarefa de garantir a segurança dos seus cidadãos. A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP) no seu artigo 10.º consagra e prevê esta incumbência do Estado a quem cabe instituir os órgãos necessários para garantir a sua própria sobrevivência, bem como a paz e tranquilidade na comunidade.

Atualmente, tem-se assistido a vários fenómenos criminais que são responsáveis pela inquietação das populações e face a este cenário a que se pensar na resposta a este flagelo que vem ganhando terreno a cada dia que passa. Os trágicos atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA e atualmente um pouco por todo mundo fizeram emergir corrente opinativa que refere que a Segurança Interna não pode ser vista como um mundo à parte ao da Defesa Nacional como apontam alguns autores como Moreira (2004a), Simões (2010) e Garcia (2016).

Ao mesmo tempo temos visto os Estados a partilharem, cada vez, mais a tarefa de garantir a segurança dos seus cidadãos com outros atores supraestaduais como é o caso da NATO, ONU e União Africana. Tudo isso para dizer que atualmente a conjuntura mundial tem sofrido mudanças significativas no que diz respeito à forma de ver e pensar a segurança.

Na verdade, o “conceito de segurança também sofreu alterações. Estas resultam essencialmente da turbulência e da instabilidade originadas pela simultaneidade dos movimentos globalizante e individualizante” (Garcia, 2016, p. 1).

Nesta ordem de ideias, cabe ao Estado são-tomense recorrer aos meios ao seu dispor para fazer face às novas ameaças e riscos à segurança interna. É neste sentido que conduzimos o presente estudo, tentando perceber se face ao quadro legal vigente, as Forças Armadas poderão intervir no âmbito da Segurança Interna são-tomense. Pois, a demanda da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna vem ganhando cada vez mais apoiantes ao nível do país face aos poucos recursos existentes na sociedade são-tomense de uma forma geral. A colaboração entre as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança pode(rá) permitir uma maximização de recursos disponíveis e maior eficácia e eficiência na resposta a novos desafios à Segurança Interna desde que se cumpra com o estipulado pela Constituição e demais leis vigentes no país. Neste sentido, Moreira afirma que “ou

procedemos a numerosas mudanças para enfrentar hoje as novas ameaças, ou aquilo que conhecemos como mundo moderno perderá o sentido da segurança e viverá em perpétuo medo” (Moreira, 2004a, p. 32).

O facto de a CRDSTP não consagrar em nenhum dos seus artigos a Polícia Nacional e as Forças Armadas assim como as respetivas competências leva-nos a recorrer a outros (poucos) normativos legais existentes no país para desenvolvermos o presente estudo. Isto significa que ao contrário daquilo que acontece com outros países do mundo lusófono a PN e FA em São Tomé e Príncipe não têm consagração constitucional.

Temos assistido no país a vários incumprimentos da legislação vigente no âmbito da Segurança Interna, situação que é potenciadora de conflitos entre as FA e FSS. Nomeadamente, a PN muito por culpa das lacunas existentes e da má interpretação das normas legais vigentes referentes à Segurança Interna. São Tomé e Príncipe como um Estado de direito deve(rá) criar mecanismos legais para pôr fim às constantes violações do quadro normativo vigente.

A democracia tem os seus ideais e princípios que devem ser respeitados, sempre, para que as instituições cumpram as suas funções e missões. No âmbito da Segurança Interna, e no quadro do regular funcionamento das instituições, cabe às Forças e Serviços de Segurança (FSS) a nobre tarefa de garantir o normal funcionamento das instituições democráticas e garantir a segurança de pessoas e bens¹.

Deparamos atualmente com um conceito de segurança mais “alargado a domínios como a política, a economia, (...) os transportes e comunicações, a educação e a cultura, a saúde, o ambiente, a ciência e a técnica, procurando fazer face a riscos e ameaças, em que a vontade e os interesses [individuais] (Garcia, 2016, p. 1).

São Tomé e Príncipe é uma nação que, felizmente, não tem no seu historial grandes marcos de conflitos ou de certas tipologias criminais que estão na ordem do dia noutros países como exemplo apontamos o (terrorismo, criminalidade transnacionais, proliferação de armas maciças e criminalidade violenta), no entanto, estamos a falar de atos que podem ser praticados em qualquer canto do mundo sem ser preciso muito esforço por parte dos seus mentores/atores.

¹ De acordo com as respetivas Leis Orgânicas e EFSS.

O nosso trabalho de investigação, direcionado para a Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna são-tomense, leva-nos a formular uma pergunta que nos orientará ao longo do nosso estudo. Pretendemos, assim, responder à seguinte questão: **É legítima a intervenção das Forças Armadas no contexto da Segurança Interna de São Tomé e Príncipe?**

Para a realização do nosso estudo elencamos os seguintes objetivos que visa analisar: se, e como, será possível as Forças Armadas intervirem na Segurança Interna; se face à Constituição e leis há uma definição clara de conceito de Segurança Interna, se atendendo ao quadro legal vigente a colaboração se tem processado bem; quais os princípios em que a cooperação deve basear-se; a necessidade de criação de um plano de colaboração entre as FA e FSS e se justifica a criação de novo regime jurídico sobre a SI.

A procura de resposta a estas questões, organizamos o nosso estudo em cinco capítulos, obedecendo uma sequência de maneira a que houvesse uma ligação entre eles. Assim, no capítulo I pretendemos fazer o enquadramento teórico começamos por abordar o papel do Estado na prossecução da Segurança Interna, os fins do Estado, e a caracterização da Segurança Interna são-tomense e de todos os seus atores.

No capítulo II referente à Defesa Nacional e às Forças Armadas trataremos essencialmente da estrutura da Defesa Nacional, assim como da organização e missão das Forças Armadas no quadro da Defesa Nacional.

Quanto ao capítulo III abordaremos sobre a intervenção das Forças Armadas no quadro da Segurança Interna, para o efeito, iremos averiguar quais os domínios da SI viável para essa intervenção face as novas ameaças, quais os princípios em que a colaboração deve basear-se.

O capítulo IV refere-se ao método a qual recorremos para a realização do nosso estudo. Assim, faremos a apresentação dos resultados obtidos através da realização de entrevistas e das leituras bibliográficas realizadas durante a elaboração de estudo.

E, por fim, no capítulo V, serão apresentadas as conclusões, assim como as limitações e propostas para investigações futuras com base nos resultados obtidos e o enquadramento teórico que apresentamos no estudo.

Escolha e Justificação do Tema

Atualmente a segurança Interna ocupa (sem dúvida) alguma um lugar de destaque na lista das preocupações dos Estados, tornando-se num assunto mediático. Os novos acontecimentos verificados em diversos países do mundo têm servido de mote para o debate constante sobre a necessidade de os Estados repensarem o conceito de “segurança” e criar novos mecanismos em respostas às “novas” ameaças transnacionais. No âmbito, dessas novas ameaças São Tomé e Príncipe pode(rá) vir a ter sérios problemas criminais devido às novas descobertas de recursos naturais no Golfo da Guiné. Por outro lado, assiste-se a um aumento considerável de atividades criminais como o tráfico de droga, tráfico de seres humanos, pesca ilegal, pirataria marítima e a degradação ambiental, entre outras. A nossa escolha consigna-se na atualidade e na pertinência do tema para o país.

CAPÍTULO I: O ESTADO E A SEGURANÇA INTERNA NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

I.1. Estado e a Segurança Interna

O Estado deve criar mecanismos para que os cidadãos vivam em harmonia entre si, de modo a que todos possam usufruir dos direitos que a Constituição e as demais leis garantem. É neste âmbito que o Estado recorre às instituições sobre a sua alçada para garantir que os cidadãos gozem na plenitude dos seus direitos. Nesta senda, na linha da frente surge a instituição policial que tem como principal objetivo garantir a segurança a todos os cidadãos. Aliás, “a função de segurança interna cabe, originariamente, tão-só às forças de segurança” (Valente, 2004, p. 80), a esta ideia apresentada pelo Autor acrescentamos os serviços de segurança. Segundo Weber cit. in Lourenço (2009) os Estados modernos munidos de legitimidade para proteger os cidadãos chamam para si a incumbência de garantir a ordem e a tranquilidade pública e reclamam o monopólio do uso da força física. Seguindo José Fernandes defendemos que “a segurança interna é, simultaneamente, um objectivo prosseguido pelo Estado e um instrumento necessário para manter a ordem social estabelecida” (2004, p. 36).

Nas palavras de Dias, o Estado é a “forma de organização máxima de cidadãos livres e responsáveis, titulares de direitos e garantias fundamentais, unidos por um projeto comum de vida” (Dias, 1998, p. 206). Neste sentido, o n.º 1 do artigo 36.º conjugado com al. b) do artigo 10.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP), diz que “todos têm direito à liberdade física e segurança pessoal”, ou seja, como já referimos o direito à segurança constitui um dos fins fundamentais do Estado são-tomense.

Estamos, no entanto, consciencializados de que a “noção de segurança gera e carrega consigo contradições e nuances diversas” (Lourenço, 2015, p. 431). No que diz respeito às contradições, destacamos as confusões que muitas das vezes existe no âmbito da segurança e defesa, entre a “segurança individual” e “segurança nacional”, que não são a mesma coisa, no entanto, todas concorrem para os mesmos fins que são a paz pública e tranquilidade pública e, consequentemente, garantem a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na sua plenitude. No entender de Canotilho e Moreira (1993), o direito à segurança encontra-se associado a duas dimensões, sendo uma negativa que se materializa na defesa contra as agressões perpetradas por órgãos estatais ou por particulares; e, a dimensão positiva

que tem a ver com a obrigação do Estado em proteger os cidadãos contra as agressões ou ameaças de terceiros.

O Estado para garantir a segurança aos cidadãos recorre ao poder de que dispõe para tal, que segundo Faria (2001) corresponde à prerrogativa de atuar, dispor e determinar, enquanto a autoridade é a capacidade de levar as pessoas a adotarem um certo tipo de comportamento, ou seja, de se fazer respeitar.

Atualmente, os Estados enfrentam um desafio maior no que tange à segurança, isso porque, no passado a “preocupação” relativa à segurança estava “ligada” a outros Estados e era maioritariamente de cariz militar. Pois já não se processa da mesma maneira, uma vez que a preocupação passou a ser também a segurança humana, ou seja, das pessoas, passando a segurança do Estado a estar agora em segundo plano. É nesta perspetiva, que autores como Brandão (2004), Fernandes (2014), Elias (2014), Pereira (2014) e Lourenço (2015), entre outros, defendem que estamos a viver num mundo caracterizado pela incerteza e imprevisibilidade, onde os riscos e ameaças são difusos e transnacionais.

Ainda no mesmo âmbito, José Fernandes refere que “algumas das ameaças contemporâneas transcendem as fronteiras físicas que delimitam o espaço que constitui o território desses mesmos Estados” (2014, p. 77). Neste caso, estamos a falar das duas dimensões da segurança, segurança interna e segurança externa, que ao serem agregadas dão lugar à segurança nacional e esse “enlace conduz consequentemente ao conceito teórico de segurança nacional” (Silva 2014, p. 9).

De acordo com Valente (2013) quando a Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra os direitos, liberdades fundamentais, bem como o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático, a promoção do bem-estar e qualidade de vida do povo e a igualdade entre os cidadãos, dá uma conceção ampla de segurança interna, que visa o respeito da dignidade da pessoa humana. Para o Autor, a prossecução da segurança interna deve-se subordinar à CRP, onde os princípios respeitantes aos direitos, liberdades e garantias se aplicam diretamente (Valente, 2013). Sendo que em São Tomé e Príncipe isso se verifica da mesma forma que em Portugal, onde a segurança interna é prosseguida respeitando os preceitos constitucionais relativamente aos direitos, liberdades e garantias, conforme consagra a CRDSTP². O Estado deve desenvolver ações para garantir a segurança de todos os cidadãos e dos seus bens, isto é, deve garantir a [Segurança Nacional].

² Vide o art.º 10.º da CRDSTP e art.º 9.º da CRP.

Se analisarmos profundamente a história dos Estados e a segurança verificamos que a noção de segurança sempre esteve associada à ideia de segurança militar e do próprio Estado, e só há bem pouco tempo temos assistido e verificado uma dilatação do conceito de segurança, que abarca outros tipos de ameaças de natureza civil, tendo como alvos civis. Nesse sentido, como defende Lourenço (2015) atualmente, o conceito de segurança ganhou um sentido mais abrangente obrigando a uma reconfiguração da segurança externa.

Verificamos que a área de segurança interna por ser fundamental para os Estados vem suscitando algum interesse em alguns autores e já se começa a ver um número considerável obras sobre a segurança global (dimensão interna como *societal*). Assim, a mudança que se tem verificado no âmbito da segurança interna tem a ver com a “complexidade da sociedade global e a alteração do quadro de ameaças que estão na origem da redefinição da missão atribuídas às polícias e consequentemente à assunção de um quadro conceptual mais alargado e mais denso (...)” (Lourenço, 2015, p. 431).

No entanto, face às novas ameaças, o Estado de direito democrático, não pode tomar decisões que violem os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, ou seja, as Forças e Serviços de Segurança, que são os principais atores que tratam da Segurança (Interna), não podem, durante a sua atuação lesar gravemente os direitos constitucionais consagrados, com exceção dos casos previstos pela Constituição. Neste sentido, pode-se afirmar que “num Estado de democrático a lei é a expressão temporal do ideal de justiça e sendo este ideal um princípio ético geral, um valor moral, a realização justiça passa pela lei” (Silva, 2001, p. 33-34). Isso significa que o próprio Estado deve cumprir com o estipulado na lei e, só assim, terá condições de exigir esse mesmo cumprimento por parte dos cidadãos. No entanto, é fundamental que todos os cidadãos se consciencializem que todos devem contribuir para os fins da SI. Aliás, a segurança interna da “sociedade politicamente organizada não depende só do Estado e das instituições criadas para o efeito, depende também dos cidadãos individualmente considerados, dos grupos, do sistema cultural e dos diversos elementos do sistema político da sociedade” (Fernandes, 2004, p. 36).

Segundo Lenine cit. in Lara (1987) o Estado não existe desde os primórdios do nosso tempo.

A Segurança Interna não se garante com um único indivíduo ou uma única entidade, mas sim com os esforços e empenho de várias entidades, que atuam muitas vezes em áreas distintas, mas que concorrem para o mesmo fim que é a SI. Todos os Homens anseiam viver

livre dos conflitos e das guerras preferindo a liberdade. No entanto, essa situação de medo e de inquietação levou-os a ter que adotar uma espécie de autorrestrição ao submeter ao Estado o poder para garantir as condições necessárias para vida harmoniosa entre os homens. Ou seja, a Segurança.

Assim, por um lado o Estado estabelece as medidas e a forma pelas quais a sociedade (se deve reger) estabelece os seus laços e, por outro lado, impõe os limites através de leis, salvaguardando, deste modo, o pleno exercício dos direitos, liberdades e segurança individuais. O Estado aparece “precisamente no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições das classes não podiam ser resolvidas por elas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições das classes são inconciliáveis” (Lenine, cit. in Lara, 1987, p. 51).

Portanto, o Estado é visto como “um órgão de dominação de classes, um órgão de opressão de uma classe pela outra, é a criação de uma «ordem» que legaliza e consolida esta opressão, moderando o conflito das classes” (*Ibidem*).

Nessa perspetiva, podemos afirmar que o “Estado passou a monopolizar a segurança e a servir de intermediário na conflitualidade interpessoal entre os particulares” (Oliveira, 2006, p. 54). Na verdade, entendemos que esse monopólio não deve servir de fundamento para os cidadãos deixarem de desempenhar o seu papel na prossecução de SI.

I.1.1. Estado de Direito

O Estado de Direito obriga a que a atividade de Estado seja controlada através de normas legislativas, administrativas e judiciais ou seja, a ideia no fundo é todos respeitarem a lei, inclusive o próprio Estado. E, é neste âmbito que Zippelius (1997) distingue os princípios do Estado de direito formal dos princípios do Estado de direito material, o primeiro diz respeito as medidas respeitantes às formas de ação do Estado. O segundo, por sua vez, prende-se com o conteúdo, ou seja, a matéria tratada onde se destaca por exemplo a garantia dos direitos fundamentais. Esses dois princípios devem coexistir por forma a que o Estado consiga cumprir a sua missão de garantir da melhor forma a segurança dos cidadãos sem lesar a liberdade dos mesmos quando não se justifica.

Aliás, a função de direito deveria “consistir precisamente em facultar a coexistência da liberdade de vários indivíduos (...) conforme a uma regra, limitando em igual medidas as

liberdades entre si” (Zippelius, 1997, p. 456). Fazendo analogia com a ideia apresentada pelo Autor, o Estado de Direito deve garantir que todos tenham as mesmas “armas” perante um ataque à sua esfera privada.

I.1.1. São Tomé e Príncipe como Estado de Direito Democrático

Na esteira de Miranda (1984) e Zippelius (1997) um Estado de Direito deve ser analisado segundo dois aspetos a saber: aspeto formal e material. Na nossa investigação faremos uma breve análise ao quadro normativo vigente em São Tomé e Príncipe por forma a perceber se de facto o país cumpre ou não os requisitos necessários para ser considerado um Estado de Direito Democrático. No Estado de direito democrático a lei deve ser igual para todos, até mesmo para o Estado e seus órgãos e agentes. Na perspetiva de Miranda (1984) é preciso que haja uma distribuição de missões entre todos os órgãos e que todos eles inclusive o próprio Estado respeite os princípios consagrados constitucionalmente no desenvolvimento dessas missões. Assim, a “Administração Pública não compete apenas promover a execução das leis: cumpre-lhe também, por um lado, executar as directrizes e opções fundamentais traçadas pelo poder político” (Amaral, 1996, p. 29).

Se considerarmos a Constituição são-tomense a mesma diz-nos o seguinte: São Tomé e Príncipe é um “Estado de Direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana. O poder político pertence ao povo, que o exerce através do sufrágio universal, igual, directo e secreto nos termos da Constituição” (artigo 6.º da CRDSTP). Isso implica o respeito dos valores fundamentais da vida coletiva, a saber: justiça e a legalidade conforme defende o artigo 7.º da CRDSTP.

A parte II da Constituição é reservada aos direitos fundamentais e ordem social. Nesta parte, trata-se sobretudo do princípio da igualdade referindo que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres” (artigo 15.º da CRDSTP) ou seja, a lei é igual para todos os cidadãos. Seguindo ainda na mesma parte da Constituição, temos os Direitos das pessoas que compreendem vários direitos desde o direito à vida³, até o direito à liberdade em toda a sua abrangência como se pode verificar nos artigos 22.º a 41.º da CRDSTP.

³ Art.º 22.º da CRDSTP consagra que a vida humana é inviolável.

Seguem-se os direitos sociais e ordem económica, social e cultural, nesse sentido a própria Constituição consagra o direito ao trabalho a todos como sendo o trabalho em si um dever inseparável do direito ao trabalho (artigo 42.º a 64.º da CRDSTP.) A organização do poder político também é um aspeto a ter em conta quando se fala no estado de direito democrático. Nessa perspetiva, a Constituição reserva aos cidadãos são-tomenses uma participação ativa na vida política (artigo 66.º da CRDSTP). Um outro aspeto crucial que queremos aqui apontar a pluralidade de órgãos de soberania: Presidente da República; Assembleia Nacional; Governo e Tribunais. Assim, vemos o princípio da repartição de poderes se associar ao princípio da separação e interdependência dos poderes (artigos 68.º e 69.º da CRDSTP).

Na verdade, o facto da Constituição salvaguardar todos esses direitos que fomos analisando ao longo dos parágrafos a acima por si só não faz que do país um Estado de direito democrático. Aliás, Jorge Miranda apresenta-nos alguns aspetos que nos podem ajudar a classificar se São Tomé e Príncipe pode ou não ser considerado como Estado de Direito Democrático, a saber:

- não pode haver dúvidas quanto à garantia dos direitos à vida e a integridade pessoal, à liberdade à segurança individual, da liberdade religiosa, assim como a igualdade jurídica entre todos;

- repartição de poderes entre os órgãos, separação de funções entre os órgãos de soberania e independência e interdependência entre os órgãos, cabendo ao parlamento o primado da função legislativa;

- poder jurisdicional pertence aos tribunais;

- administração subordina-se ao princípio de legalidade;

- os danos causados pelos órgãos do Estado recaem na responsabilidade do próprio Estado (Miranda, 1984, p. 166).

Se atentarmos aos requisitos apresentados pelo autor, é notório que todos eles aparecem consagrados na Constituição, algo que nos leva a pensar que o país reconhece e protege os direitos, liberdades e garantias individuais. Nessa ordem de ideia o país pode ser considerado um Estado de direito democrático. Pois, atualmente, e “fora dos regimes totalitários, a administração está submetida ao direito. É assim em todo o mundo democrático: a administração aparece vinculada ao direito, (...) que têm como destinatários os órgãos e agentes da administração, particulares e os cidadãos em geral” (Amaral, 1996,

p. 122). No fundo, verifica-se aquilo que Freitas do Amaral denomina de “regime da legalidade democrática” (*Ibidem*).

I.1.2. A Segurança Como Função Basilar do Estado

Estado deve-se preocupar com a segurança dos seus cidadãos, para que os mesmos possam efetivamente ter condições necessárias para gozarem os direitos que a lei lhes confere. Isso traduz-se num dever de proteção por parte do Estado para garantir que não haja violação dos direitos fundamentais. Nesse sentido, a segurança é vista como a criação de um conjunto de medidas com vista a garantir, em primeiro lugar, a proteção do próprio Estado e ao mesmo tempo da coletividade, por forma a que haja o bem-estar comum, a paz e a vida em harmonia. Ou seja, a segurança pode ser definida como “um estado de tranquilidade resultante da ausência de perigo” (Clemente 2009, p. 93). Por sua vez, Canotilho e Moreira olham para a segurança como “garantia de exercício seguro e tranquilo dos direitos, liberto de ameaças ou agressões” (1993, p. 184). Normalmente, a função de garantir a segurança compete às Forças Policiais que se inserem na administração pública. Daí que podemos afirmar que a segurança interna, “tradicionalmente considerada, a par da segurança externa e da protecção civil, como umas das funções essenciais do Estado, estando directamente relacionadas com a sua própria existência e sobrevivência, constituem, também, condições indispensáveis à protecção, bem-estar e desenvolvimento da comunidade social” (Dias, 2006, p. 13).

Para além da segurança, o Estado deve garantir o bem-estar e a justiça aos seus cidadãos que só se pode atingir se, de facto, estiverem criadas as condições essenciais de segurança. Caso contrário, nenhum Estado conseguirá proporcionar aos seus cidadãos bem-estar nem tão pouco justiça. Logo, concordamos com Alves (2010) que entende a segurança como uma tarefa fundamental do Estado, vista como uma das aspirações humanas fundamentais.

A segurança é um aspeto de grande importância para o Estado nos dias de hoje, onde as ameaças são diversas e transnacionais porque pode(rá) representar um fator de coesão no combate as novas ameaças, ou até mesmo na criação da paz social. Neste sentido, o Estado de direito democrático, mais do que proteger os cidadãos adapta as suas respostas de segurança às necessidades dos cidadãos e do próprio Estado, enquanto garante do funcionamento das Instituições (Oliveira, 2006).

Neste sentido, autores como Moreira (2002), Brandão (2004), Pereira (2014), Elias (2014), Fernandes (2014), entre outros, são unânimes no que diz respeito à mudança de paradigma das novas ameaças e da Segurança Interna dos Estados. Para os supracitados autores, atualmente, já não existem fronteiras e as ameaças são mais difusas e imprevisíveis ao ponto de se poder causar grandes danos com recurso às tecnologias com grande poder de destruição, sem se quer sair de casa.

Segundo José Fernandes (2014) a “clássica manutenção da segurança e da ordem ainda uma função central das forças e serviços de segurança, associada por natureza a defesa de um território perfeitamente definido, tende cada vez mais a ser substituída por uma manutenção da segurança *desterritorializada* (...)” (2014, p. 11-12).

De acordo com Pereira (2010) as novas ameaças relacionam-se com a criminalidade organizada e transnacional, com o terrorismo em toda a sua forma, catástrofes e desastres ambientais. Do ponto de vista do Autor, estes serão os problemas que poderão afetar a Segurança Interna, a grande questão prende-se com o facto de todas essas ameaças serem muito voláteis, incertas e altamente perigosas. Já o Congresso norte-americano define ameaça transnacional como “qualquer atividade transnacional (incluindo o terrorismo internacional, o tráfico de droga, a proliferação de Armas de Destruição Maciça e o crime organizado) que ameace a segurança nacional (...); Qualquer indivíduo ou grupo que intervenha em atividades referidas no parágrafo anterior” (2001, p. 1). Por sua vez as Nações Unidas (2004), apresentam-nos uma lista mais abrangente de ameaças que devem merecer toda a nossa atenção nos próximos tempos, sendo elas:

- ameaças económicas e sociais, onde se incluem a pobreza, as doenças infecciosas e a degradação ambiental;
- conflitos entre Estados;
- conflitos internos, incluindo a guerra civil, o genocídio e outras atrocidades em larga escala;
- as armas nucleares, radiológicas, biológicas e químicas (RNBQ);
- o terrorismo;
- o crime organizado transnacional.

Nesse sentido, podemos afirmar que a evolução do conceito da segurança “faz-se em função das ameaças que pairam sobre os Estados e não podem estar dependentes, (...) de interesses individuais assentes em competências reservadas ou corpos superiores de polícia ou ainda de classes dirigentes que não querem prejudicar privilégios castrenses” (Alves,

2014, p. 6). Uma vez que todos os atores envolvidos na SI, juntos, podem cada um à sua medida, em tempo oportuno arranjar uma solução mais adequada que conduzirá a uma adaptação mais acertada às novas realidades criminais inopinadas. O autor vai mais longe e afirma que “os cidadãos devem ser o primeiro bem-estar da *res publica*, pelo que se torna fundamental a criação de um novo modelo de organização da SI, que esteja à altura de responder aos novos desafios do mundo em que vivemos” (*Ibidem*). É nesse contexto, que se torna ainda mais crucial a “necessidade de adaptação e ajustamento das políticas tradicionais de defesa externa e de segurança interna, combinando os níveis nacionais (coordenação) e as organizações internacionais (multinacionais e transnacionais), para responder eficazmente a essas ameaças” (*Idem*, p. 19).

Assim, o desafio com que nos deparamos hoje, ao nível da segurança, é de grande complexidade e exige trabalho conjunto e continuado entre os tradicionais atores (Estados) e os novos atores (Organizações Internacionais) da segurança interna. Na verdade, “o carácter multidimensional da segurança veio reforçar, deste modo, a necessidade de serem adotadas medidas que têm como fim prevenir a violência, a conflitualidade e outras ameaças, militares e não-militares” (*Idem*, p. 20).

Na perspetiva de Loureiro dos Santos, a segurança diz respeito a “condição da nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais (...)” (Santos, 2000a, p. 81). Se atentarmos ao conceito apresentado pelo Autor verificamos desde logo que é preciso existir um certo nível de tranquilidade para se falar em segurança. Daí que os Estados definem, logo à partida, os seus objetivos fundamentais, a segurança, a justiça, e o bem-estar, que são vistos por Caetano (1996) como fins do Estado, os quais compreendem um conjunto de medidas, princípios e orientações adotadas pelo poder político que vão de acordo com as exigências e as necessidades da coletividade.

I.1.2.1. Fins do Estado

Partilhamos a ideia de Caetano ao colocar a segurança no topo das prioridades da sociedade política, uma vez que do nosso ponto de vista esta é o caminho para que haja condições para se prosseguir os outros fins. A grande vontade de viver por parte do homem, o medo da violência perpetradas pelos mais fortes, e, por fim, as causas naturais levaram à

criação de um poder político. Esse poder político se configura como “uma força colectiva de interesses gerais e de princípios socialmente aceite” (1996, p.144 - 145).

O poder deve criar as normas pelas quais os cidadãos se devem reger, ou seja, é preciso haver uma espécie de baliza que todos devem respeitar sob pena das autoridades recorrerem aos mecanismos legais para imporem o cumprimento dessas regras.

O que se pretende no fundo com os fins do Estado segundo Sousa e Matos (2014), é que haja a garantia da liberdade, da segurança em todas as vertentes (individual e coletiva, interna e externa), a justiça (comutativa e distributiva) e bem-estar económico, social e cultural para todos os membros da comunidade.

I.2. Caracterização da Segurança Interna São-Tomense

Em primeiro lugar, achamos necessário fazer um breve enquadramento geopolítico sobre São Tomé e Príncipe, por forma a permitir uma melhor perceção da realidade do país, e, depois abordaremos sobre a Segurança Interna propriamente dita, destacando especialmente os seus principais atores da Segurança Interna no país.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é formado por duas Ilhas (Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe) que juntas formam um único país insular localizado no Golfo da Guiné, situado a cerca de 300km da costa Africana. As duas ilhas estão separadas pelo Oceano Atlântico, tendo uma distância de cerca de 150km uma da outra. Os ilhéus cobrem as duas ilhas. A ilha de São Tomé tem uma extensão de 859 km² e a ilha do Príncipe com cerca de 142km², perfazendo uma superfície total de 1001km², sendo a ilha de São Tomé com uma extensão de 859 km² e a ilha do Príncipe com cerca de 142km². De acordo com os dados de 2012, do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (INE), estima-se em cerca de 190.356 mil habitantes.

Administrativamente o país está dividido em seis distritos e uma região autónoma: o distrito de Água Grande, onde situa a Capital de São Tomé; distrito de Mé-Zóchi; Cantagalo; Lembá; Lobata; Caué e Região Autónoma de Príncipe. Atendendo à sua posição geográfica, São Tomé e Príncipe afigura-se como uma plataforma de referência para o trânsito de pessoas e mercadorias provenientes da África Central, e com o sonho da exploração do petróleo em mente, o país poderá vir a ser grande atração para novos investidores económicos sendo, que está abertura ao mundo pode(rá) ter reflexos ao nível securitário.

No que diz respeito ao regime político, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um Estado de Direito Democrático onde se verifica a tripartição do

poder: legislativo, executivo e judicial, sendo um Estado “soberano e independente empenhado na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na defesa dos Direitos do Homem e na solidariedade ativa entre todos os homens e de todos os povos” conforme o artigo 1.º da CRDSTP e de harmonia com à Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH). Isso significa que o Estado são-tomense, e todos os seus órgãos, devem garantir os direitos, liberdades e garantias, e preservar a legalidade democrática através do cumprimento dos preceitos constitucionais. Há uma grande preocupação por parte das autoridades São-tomenses, no que à política de segurança diz respeito e isso materializa-se na criação de estruturas capazes de prevenir a criminalidade, para tal, alguns sectores como o da Administração Interna tem passado por um processo de reorganização e modernização.

O objetivo incide em efetivar-se e promover o primado da legalidade e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias como princípio crucial da política de segurança Interna.

A forte aposta na formação dos elementos policiais, com vista a assegurar a proteção de pessoas e bens e garantir a estabilidade social, conforme se pode verificar nas Grandes Opções do Plano de (2014), do XV Governo Constitucional de STP.

Nos últimos tempos, a luta contra a pobreza tem merecido grande destaque das classes governativas são-tomenses.

1.2.1. A Segurança Interna de São Tomé e Príncipe

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP) estabelece no artigo 10.º as tarefas fundamentais do Estado, pressupondo a existência de segurança como algo já adquirido e condição *sine qua non* para a efetivação de outros direitos. Ora, a segurança aparece na CRDSTP como condição necessária para garantir a plena efetivação de outros direitos fundamentais dos cidadãos e os princípios de Estado de Direito Democrático. É daí que surge a incumbência o Estado São-tomense, para garantir a segurança/ordem pública, o bem-estar coletivo e os direitos, liberdades e garantias individuais. O direito à segurança encontra-se positivado no n.º 1.º do artigo 36.º da CRDSTP, no entanto, quando olhamos para a Constituição deparamo-nos logo com uma lacuna que é a não inclusão da Polícia Nacional e das Forças Armadas em nenhum dos seus capítulos. Assim sendo, “o conceito de segurança deve ser elaborado de modo a que (...) sejam asseguradas todas as condições que nos permitam que essas condições sejam preenchidas totalmente” (Fernandes, 2014, p. 25). Com a mudança de paradigma no conceito de segurança, é fundamental os Estados estarem preparados ao que aí vem, pois como já

referimos, a segurança não se encontra mais associada necessariamente à integridade territorial do Estado, uma vez que atualmente centra-se “em tudo que possa afetar, modificar e fragilizar o ser humano” (Fernandes, 2014, p. 16). Ou seja, o ser humano passou a estar no centro das atenções, como defendem as Nações Unidas (1994)⁴.

Para Dias (1998) um Estado de Direito democrático é caracterizado pela sua submissão à Constituição e à Lei. Por sua vez, Canotilho (1993) defende que um Estado de direito é aquele cuja sua atividade é determinada e limitada pelo direito. Dessa afirmação, ressalta a ideia de que ninguém está acima da lei nem mesmo o próprio Estado, pelo contrário, o Estado deve ser o primeiro a cumprir os mandamentos constitucionais e, só assim, terá a legitimidade para exigir o mesmo aos seus cidadãos.

A discussão relativa ao conceito de segurança não é nova e já perdura há vários anos. Segundo Proença Garcia o conceito de segurança é um “conceito que não consegue consenso internacional, sendo definido de diversas formas, de acordo com a escola interpretativa, ou mesmo com a região geográfica ou país. No fundo, é um conceito contestado, ambíguo, complexo, com fortes implicações políticas e ideológicas” (2016, p. 3).

O conceito de Segurança tem passado por significativas mudanças ao longo dos anos, apresentando uma evolução devido às alterações do panorama internacional, que traz consigo novas tipologias das ameaças, que naturalmente nos levam a novas considerações sobre o conceito de segurança. Para Luís Simões o conceito “realista/estadual de segurança, em que os actores são os Estados soberanos, que definem os objectivos a defender e utilizam o seu poder para garantirem a sua integridade territorial, a sua sobrevivência e para prosseguirem os seus interesses, revelava algumas limitações” (2010, p. 6).

Verificou-se um “aprofundamento vertical do conceito de segurança, que deu lugar ao conceito de segurança societal e de segurança humana” (Buzan, 1998, p. 119). Esta nova abordagem assenta nos seguintes fatores – a centralidade da pessoa humana, universalidade, transnacionalidade e diversidade dos riscos, interdependência das componentes da segurança⁵.

Atualmente, a “segurança do Estado, e todos os conceitos a ela associados (território, soberania, poder, interesses, etc.), perde importância perante a segurança das sociedades e

⁴ Cfr. relatório de desenvolvimento humano surge o âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD 1994). Consultado à 11/12/16, disponível em: [http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994].

⁵ Cfr. programme des Nations Unies pour le Développement 1994, p. 23.

das pessoas e o conceito fundamental é, finalmente, o da dignidade pela pessoa humana” (Simões, 2010, p. 9). Por sua vez, Brandão, refere que “o conceito de segurança humana recorda-nos que a comunidade política, seja ela o estado ou outra forma de comunidade política, existe para o homem” (2004, p. 51).

A inexistência de uma Lei de Segurança Interna por parte de São Tomé leva-nos a recorrer à Lei de Segurança Interna Portuguesa para referir o conceito previsto na referida lei, que nos ensina que Segurança Interna é a “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”⁶.

Esse conceito servirá de linha orientadora para realização do nosso trabalho de investigação.

Com o alargamento do conceito de Segurança, acrescentando aos Estados, surgem vários atores supranacionais, entre eles destacam-se algumas organizações como a NATO, ONU entre outros, que partilham com os Estados a tarefa de garantir a Segurança de todos nós. A Segurança Interna deve ser vista no seu todo, como o conjunto de medidas que o Estado adota, de forma a que haja respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, com vista a uma boa harmonia social.

As ameaças transnacionais, que muitas vezes não são de carácter militar levam os Estados a “centrarem as atenções na Segurança Coletiva, na Segurança Cooperativa e em especial da Segurança Humana com mais indivíduos e menos fronteiras (que anulam a tradicional fronteira entre a segurança interna e externa)” (Borges, 2013, p. 25).

O Estado São-tomense para garantir a Segurança Interna recorre à Força e Serviços de Segurança existentes no país para o efeito. Ao contrário do que acontece em Portugal, São Tomé e Príncipe só tem uma Força de Segurança que é a Polícia Nacional que tem a missão de garantir a Segurança a todos os cidadãos são-tomenses e todos que vivem e/ou visitem o país.

A Segurança Interna e a Segurança Externa são conceitos que estão por detrás do conceito de Segurança Nacional, ou seja, “esses dois conceitos integram o conceito de

⁶ Cfr. n.º 1, do art.º do 1.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto Lei da Segurança Interna (LSI). Alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, de 2015.

Segurança Nacional” (Carvalho, 2009, p. 1). Os novos meios científicos e tecnológicos foram fundamentais para que se consciencializasse da gravidade dos problemas globais, relacionados com as novas ameaças para se “comprovar a incapacidade por parte do Estado para fazer face a esses problemas, para que a segurança saísse dessa prisão estadual-militar” (Brandão, 2004, p. 39-40), passando a estar nas mãos de diversos atores como acontece atualmente.

Importa-nos referir que o novo conceito de segurança “pressupõe num plano teórico a centralização internacional do uso da força numa Autoridade supra estatal, legitimada para decidir do seu uso excecional, e a criação de uma força militar a ela adstrita” (Saraiva, 2001, p. 53), é o caso de organizações como as Nações Unidas e a NATO, que poderão intervir em caso de conflitos dentro de determinadas condições.

Recentemente, São Tomé e Príncipe acolheu a 43.^a Reunião Ministerial do Comité Consultivo Permanente das Nações Unidas sobre questões de segurança na África Central (UNSAC), que definiu no seu relatório final as grandes ameaças/preocupações para os países da região, destacando-se a pirataria marítima na zona do Golfo da Guiné, o terrorismo principalmente praticado pelo grupo *Bako Haram*, a proliferação de armas ilegais, branqueamento de capitais, tráfico de droga, criminalidade organizada, violência eleitoral e a própria situação geopolítica de cada Estado membro do UNSAC⁷. Se olharmos atentamente para essas ameaças que foram apontadas pelo UNSAC, de facto percebemos que atendendo à localização geográfica, São Tomé e Príncipe poderá desempenhar um papel fundamental, podendo vir a ser um ponto estratégico para combater algumas dessas ameaças que inquietam a Segurança Interna dos Países da África Central. Aliás, isso já se verifica no âmbito da pirataria marítima, através da utilização de alguns equipamentos capazes de detetar a aproximação de navios na sua ZEE por parte da Guarda Costeira.

Nesse sentido, “a segurança interna deve primeiramente ter como fim a realização não ficta, mas real do princípio estruturante de qualquer Estado pós-moderno que é o respeito da dignidade da pessoa humana” (Miranda e Medeiros, 2005, p. 51-57). São Tomé e Príncipe apresenta uma baixa taxa de criminalidade⁸, não sendo por isso grave situação criminal no país, destacando-se, sobretudo, os ilícitos contra pessoas e contra o património. No entanto, nada nos garante que face à dinâmica regional e mundial essa situação não possa, a curto,

⁷ Cfr. relatório da 43.^a Reunião Ministerial do Comité Consultivo Permanente das Nações Unidas sobre questões de Segurança na África Central, 01- 02 de dezembro de 2016 em São Tomé.

⁸ Cfr. se pode ver no Relatório anual da PNSTP.

médio ou até mesmo a longo prazo, vir a agravar-se. Aliás, o Comandante Geral da PNSTP⁹, Samuel António (2015), defende que vivemos hoje uma acentuada deterioração do tecido social, com consequências diretas no agravamento do índice da criminalidade que importa prever, prevenir e agir em tempo oportuno. Tudo isso para dizer que o perfil típico do criminoso são-tomense tem sofrido uma transformação, ou seja, deixou de existir os tradicionais traços característicos dos criminosos, passando a existir novos traços difusos e incertos, algo que por si só constitui maior desafio para a Polícia Nacional.

I.2.2. Estrutura da Segurança

São Tomé e Príncipe não tem uma lei de Segurança Interna, mas isso não impede, porém, as Forças e Serviços de Segurança de exercerem as suas atividades nos termos da Constituição e demais leis existentes. De acordo com o Decreto-Lei n.º 28/2009, que Aprova o Estatuto do Pessoal da Força e Serviços de Segurança (FSS), fazem parte das FSS, saber: a Polícia Nacional, Serviço de Migração e Fronteira, Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal, Unidade da Polícia Fiscal Aduaneira, Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Serviços Prisionais e de Reinserção Social e Serviço de Informação (SINFO), que passam a constituir unidades especiais das Forças e Serviços de Segurança (FSS)¹⁰.

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe não faz menção direta à estrutura da Segurança Interna, o que leva-nos a pensar que à luz da Constituição a segurança é vista como um bem adquirido. No entanto, podemos recorrer às tarefas fundamentais do Estado para verificarmos que ela está mencionada. Já a Defesa Nacional, Constituição são-tomense faz menção direta dizendo que a “Defesa Nacional tem como objetivos essenciais garantir a independência nacional, a integridade territorial e o respeito das instituições democráticas” remetendo a sua forma de organização para a lei especial, como defende o n.º 3.º do artigo 11.º CRDSTP.

Daí que para suprir a lacuna constitucional, a organização da Segurança Interna seja feita nos mesmos moldes que a Defesa Nacional recorrendo-se, para o efeito às leis especiais que regulam e dão existência jurídica às FSS, nomeadamente, os Estatutos e as respetivas Leis Orgânicas¹¹.

⁹ Cfr. discurso proferido no âmbito do Quadragésimo Aniversário da PNSTP, (2015).

¹⁰ Cfr: n.º 1.º art. 4.º do Decreto-Lei n.º 28/2009, de 26 de agosto, que Aprova o Estatuto do Pessoal das Forças e Serviços de Segurança (FSS).

¹¹ Cfr. LOPNSP e LOFASTP.

Muitas vezes a inexistência de uma lei de Segurança Interna leva a desentendimentos entre os principais atores da Segurança Interna, uma vez que muitos deles têm a sua lei orgânica desatualizada e desajustada a dinâmica social e a realidade atual do país. Hoje, a realidade é muito complexa e, como tal, é preciso, como defende José Fernandes (2014), que as medidas atinentes às prevenções de conflitos sejam complexas e multidimensionais, sendo necessário uma ligação entre boa governação e medidas na área de segurança. O Autor vai mais longe e afirma que o tempo de segurança que se vive atualmente “é, claramente, um tempo em que só se alcançará a segurança e a paz se se implementarem medidas efectivas de solidariedade, cooperação e de segurança comum” (2014, p. 12).

Concordamos com essa ideia, porque acreditamos ser a melhor forma para “lutar” contra todos indivíduos, grupos e/ou organizações que diariamente atentam contra a segurança das pessoas em todo mundo, recorrendo, para tal, a meios convencionais de baixo custo capazes de causar grandes danos à Segurança Interna.

O facto de STP ser um país com poucos conflitos no seu historial e, sobretudo, ainda não ter sido posta à prova a resposta do país perante um ataque direto à Segurança Interna, não nos permite dizer muito mais sobre a eficácia e eficiência da sua organização, no entanto, ao nível de cooperação e colaboração desenvolveremos mais a frente do nosso trabalho de investigação. Importa referir que a atual estrutura de Segurança Interna existente no país vem desde os tempos da independência, em 12 de julho, de 1975, com uma pequena alteração. Na altura, as Forças Armadas eram um dos principais atores da Segurança Interna e após a Independência, o cenário é diferente, pois a Segurança Interna está a cargo das FSS, podendo as FA intervir nos termos previstos na Constituição e nas leis.

1.2.3. Forças e Serviços de Segurança

Nos termos da lei as FSS em STP, são a PNSTP, Serviço de Migração e Fronteira (SMF); Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal, Unidade da Polícia Fiscal Aduaneira (UPFA), Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Serviços Prisionais e de Reinserção Social (SPR) e Serviço de Informação (SINFO), que passam a constituir unidades especiais das Forças e Serviços de Segurança (FSS). Para Mário Dias as Forças de Segurança “são organismos policiais armados e uniformizados, integrados por pessoal com estatuto militar (GNR), com estatuto militarizado (PM), ou com o estatuto civil (PSP), mas sempre com estrutura organizada caracterizada pela obediência à hierarquia de comando em todos os níveis” (2006, p. 26). Quanto aos Serviços de Segurança “são

organismos públicos, integrados por agentes com estatuto análogo ao do pessoal da Administração pública, hierarquicamente estruturados e institucionalmente vocacionados para o desempenho de atribuições específicas de natureza policial (PJ e SEF) ou no domínio das informações (SIS)” (*Idem*, p. 26). As definições apresentadas com as devidas adaptações enquadram-se perfeitamente na realidade são-tomense.

Como já foi referido no nosso trabalho de investigação São Tomé e Príncipe distingue-se de Portugal por ter somente uma Força de Segurança, a Polícia Nacional, que é uma força de competência genérica. E como tal, segundo (Fernandes, 2005), o conceito de Segurança Interna se associa a quatro domínios essenciais, sendo eles a prevenção, ordem pública, investigação criminal e informações, logo a Polícia Nacional pode(rá) desenvolver a sua atividade em todas áreas mencionadas.

No mesmo sentido, Mário Dias refere que a atividade de “segurança interna, que é exercida pelas FSS (...) desenvolve-se nos seguintes domínios fundamentais: actividade das informações de segurança interna; actividade policial de prevenção da criminalidade; actividade de manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade pública e actividade de investigação criminal” (2006, p. 21). Isso significa que em todo território nacional a Polícia Nacional pode(rá) desenvolver a sua atividade no âmbito da Segurança Interna, sem prejuízo do respeito pelo princípio da exclusividade dos Serviços de Segurança. No mesmo sentido, Raposo (2006), refere que a denominação de Forças de Segurança encaixa melhor nos corpos de polícia com a natureza e missões da Polícia Nacional.

I.3. Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Com o passar do tempo e à medida que as sociedades se vão mudando as instituições policiais também o fazem, por forma a acompanhar melhor os fenómenos que ocorrem no seio das comunidades para responder de forma mais acertada possível. A Polícia em “vários momentos da história da humanidade, foi utilizada como instrumento de cimentação e de concretização do poder despótico e arbitrário do príncipe ou do detentor do poder político: a polícia era o instrumento visível e operativo do exercício do despotismo” (Valente, 2014, p. 45-46). Como já referimos a CRDSTP não faz menção à Polícia Nacional, ou seja, a instituição não aparece prevista na Constituição, contrariamente ao que acontece com a Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu artigo 272.º, o que de certa forma, pode(rá) pôr em causa a legitimidade da sua atuação num Estado de Direito Democrático como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Para suprir essa lacuna constitucional iremos recorrer ao supracitado artigo da CRP que é consagrado à Polícia que “tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (n.º 1 do artigo 272.º da CRP) e o n.º 2 do mesmo artigo estabelece “que as medidas de polícia são as previstas na lei não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário” para termos uma referência para desenvolvermos o nosso estudo.

A Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe teve a sua origem na fase da colonização portuguesa e passou pelas sucessivas mudanças ao longo dos anos. A primeira força policial instituída no país foi designada de Corpos de Polícia Indígenas (CPI)¹², composta maioritariamente por soldados provenientes de Angola e voluntários portugueses e trabalhadores contratados afetos à produção de cacau e café. O DL. n.º 20/91, de 23 de abril, vem substituir a Polícia Popular pela Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Durante muito tempo, houve um vazio legal referente ao funcionamento, organização e até mesmo as competências, pois até há bem pouco tempo a Polícia Nacional regia-se por legislação que estava em vigor desde o tempo da independência, contendo todos os inconvenientes e desajustes. No entanto, a Polícia Nacional é uma instituição crucial para o país e representa o espelho do modelo político instituído no país. Esta situação de inexistência de legislação criou incertezas e conflitos de competências, o que não é aceitável num Estado de Direito Democrático.

No mesmo sentido, era frequente os elementos policiais recorrerem à discricionariedade, optando por tratamento diferenciado, na resolução dos problemas com os quais se deparavam. Importa, deste modo, resolver esses problemas, para que os serviços prestados pela PN sejam feitos de forma eficaz, garantindo a estabilidade, a ordem pública, eliminando competências excessivas e respeitando sempre os direitos, liberdades e garantias dos fundamentais dos cidadãos. E, por fim, definir uma clara organização para uma instituição que lida com uma área muito sensível que é a segurança pública.

Na verdade, a polícia “deve ser o garante do bem-estar e da qualidade de vida em liberdade, em justiça e em segurança de todos os cidadãos (sem qualquer discriminação, inclusiva de condição de arguido ou de vítima” conforme ensina (Valente, 2014, p. 101). Ora isto, só pode acontecer quando a polícia tiver o seu devido enquadramento no ordenamento jurídico, e nas suas fileiras meios humanos e matérias competentes para o

¹² Cfr. defende Seibert, G. (2001). *Camaradas, clientes e Compadres*. Lisboa: Veja editora.

desempenho das suas missões. Contudo, assim, também como refere Valente, espera-se que “a polícia seja uma força colectiva capaz de promover e garantir, em níveis aceitáveis, a segurança dos cidadãos e dos seus bens, o que onera o Estado de direito democrático a consagrar aquela como a sua tarefa” (2014, p. 105).

I.3.1. Natureza, Organização e Missões da PNSTP

Sendo uma das faces do Estado São-tomense e não tendo sido bem definida a sua natureza, orgânica e competência aquando da independência nacional, era crucial para o bom funcionamento da instituição policial a criação de um diploma onde tudo ficasse bem definido. Foi essa necessidade gritante que levou a criação do DL. n.º 6/2014, de 23 de abril, que aprova a orgânica da PNSTP. Podemos assim considerar a PN como um dos pilares fundamentais do Estado São-tomense. No quadro da lei existente, a PN é uma “força paramilitar de segurança pública e ordem interna, uniformizada e armada, que tem por funções a defesa dos direitos pessoais, liberdades e garantias dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e da garantia da segurança interna” (artigo 1.º do DL. n.º de 6/2014, de 23 de abril. Como parte integrante da administração pública, a PNSTP goza da autonomia administrativa, usufruindo de dotações provenientes do orçamento geral do Estado, cabendo ao Comandante Geral da Polícia Nacional sob a delegação¹³ do Ministro da Defesa e Segurança Interna (MDSI), autorização das despesas e processamento, liquidação e ordenamento das despesas a realizar (n.º 4 do artigo 1.º da LOPN).

Durante a normalidade democrática compete à PN, entre outras a participação ativa nos fins da SI nos moldes previstos na lei e, durante o estado de exceção, agir de acordo com o estipulado pela lei do estado de sítio ou de emergência¹⁴. Sendo a única força de Segurança no país a compete à PN, em regime de exclusividade (*vide* no apêndice L as missões da PN): manter a segurança, tranquilidade e ordem pública; participar na segurança de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos sujeitos a grau de ameaças relevante; prevenir a prática de quaisquer comportamentos ou atos contrários a leis; garantir a segurança nos espetáculos públicos e desportivos, recreativos e de lazer; garantir a segurança aeroportuária; Licenciar, controlar e fiscalizar as atividades de segurança privada; prestar ajuda às populações; prestar ajuda aos sinistrados; participar em missões internacionais; licenciar,

¹³ Cfr. o estipulado pela Lei n.º 3/2007, de 12 de fevereiro.

¹⁴ Cfr. n.º 2 do art.º 2.º do DL n.º. 6/2014, de 23 de abril.

controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e explosivos, conforme o estipulado por n.º 3 do artigo 2.º e seguintes da LOPN.

I.4. Serviço de Migração e Fronteira

O serviço de migração e Fronteiras (SMF) foi criado em 1991, pelo Decreto n.º 38/91, de 20 de junho, sendo que a natureza, às competências, a organização e a estrutura do SMF seria regulada por um diploma próprio, algo que nunca veio a acontecer uma vez que nenhum diploma foi aprovado para o efeito. Para colmatar essa lacuna o Dec. Lei n.º 21/2000, de 28 de dezembro, que aprovou a Orgânica do Ministério da Ordem Interna consagra no artigo 8.º a natureza, a estrutura e as competências do SMF, que atualmente é tutelado pelo Ministro da Defesa e Administração Interna.

Nos termos do referido diploma o Serviço de Migração e Fronteira (SMF) que é um serviço de segurança que goza de autonomia administrativa e que, no quadro da política de segurança interna, tem a missão de controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades de estrangeiros em território nacional, estudar, promover, coordenar medidas e políticas relacionadas com movimentos migratórios. Neste serviço prima-se por valores como o cumprimento dos Direitos Humanos, combate à criminalidade transnacional, prevenção e eliminação de todos os riscos para a integridade do território são-tomense. Tendo em vista, a prevenção de crimes organizados e a cooperação regionais e internacionais (artigo 8.º do Dec. Lei n.º 21/2000, de 28 de dezembro).

Entendemos que mesmo com a inclusão da natureza, das competências, da estrutura do SMF no referido diploma torna-se fundamental a criação de um diploma próprio que definisse as linhas gerais para o melhor funcionamento do Serviço. Sendo um serviço de elevada importância para o país e tendo em conta a sua especificidade é urge tomar medidas adequadas de forma a que o SMF tenha ao seu dispor os mecanismos necessários para desenvolver as suas atividades, das quais destacamos o: os fluxos migratórios, e prevenir todos os atos ilícitos associados à movimentação de pessoas, nomeadamente, a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos que é um fenómeno em crescimento na região da África Central onde São Tomé e Príncipe se encontra localizado.

Nesse sentido, é imperativo resolver essa situação que por si só condiciona todo o serviço desenvolvido pelos profissionais afetos ao SMF. Impõe-se assim, a criação e aprovação imediata de uma lei orgânica própria e adequada às exigências do serviço bem com de todos os cidadãos que diariamente recorrem a esse serviço. Neste sentido, importa

destacar que o Governo entregou recentemente à Assembleia Nacional para aprovação uma Proposta de Lei Orgânica e o Estatuto de Pessoal de SMF que até à data ainda não foram aprovados.

I.5. Serviço de Informação

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto das Forças e Serviços de Segurança (EFSS), o Serviço de Informação (SINFO) é um Serviço de Segurança com a missão de produzir informações necessárias a garantir a segurança interna. O SINFO carece de uma lei própria que defina as suas atribuições e missões. O SINFO funciona na dependência direta do Primeiro-Ministro a semelhança do que acontece com o Serviço de Informações de Segurança (SIS). Mais uma vez, urge reverter o quadro legal vigente no país porque é notório que muitas leis vigentes no país encontram-se desatualizadas e desajustadas a novos desafios que o país enfrenta, ou seja, a realidade impõe novas medidas legislativas. Devido às características e natureza da missão desempenhada pelos profissionais do SINFO não foi possível obter mais informações sobre este serviço por lidarem com matérias reservadas por motivos de segurança.

I.6. Unidade de Polícia Fiscal Aduaneira

A Unidade de Polícia Fiscal e Aduaneiro (UPFA) é uma unidade especializada preparada e vocacionada pelo controlo fronteiriço e marítimo de pessoas e bens, pela prevenção de atos ilícitos e pela repressão de infração e fraudes, sobretudo no âmbito fiscal e aduaneiro¹⁵. A UPFA é um serviço especial que se encontra na dependência direta do Comandante Geral da Polícia Nacional e desenvolve a sua missão em todo território nacional.

I.7. Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal

Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal (UCAGP) é o serviço responsável pela segurança pessoal das altas entidades¹⁶. UCAGP subdivide-se em duas subunidades, a saber: Subunidade de Defesa e Segurança do Presidente da República (SUDSP) e a Subunidade de Proteção dos Dirigentes do Estado (SUPDE). A Subunidade de Defesa e Segurança do Presidente da República é composta maioritariamente por elementos

¹⁵ Cfr. o art.º 44.º n.º do DL n.º 6/2014, de 23 de abril.

¹⁶ Cfr. o art.º 4.º do Dec-Lei n.º 28/2009 que aprova o EPFSS.

provenientes das Forças Armadas, essencialmente do Exército e um número muito reduzido de elementos provenientes da Polícia Nacional. Esse serviço tem a missão de garantir em permanência a segurança do Presidente da República, ou seja, fazendo uma analogia com a realidade portuguesa, esse serviço desenvolve a mesma tarefa que a Segurança da Presidência da República Portuguesa. Essa subunidade é dirigida por um oficial das FA. A Subunidade de Protecção dos Dirigentes do Estado à semelhança do que acontece com SUDSP é constituída essencialmente por militares. Tem como principal missão a defesa dos dirigentes do Estado, sem prejuízo das competências atribuídas a Polícia Nacional, sendo que atualmente essa subunidade é dirigida por um oficial da Polícia Nacional.

No fundo, as Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal desempenham as funções que em Portugal são da competência do Corpo de Segurança Pessoal (CSP), com as devidas adaptações a realidade são-tomense. Assim, nos termos da lei competente ao CSP “garantir a segurança de altas entidades, membros de órgãos de soberania, protecção policial de testemunhas ou outros cidadãos sujeitos a ameaça” (artigo 44.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Orgânica da PSP).

Importa dizer que a UCAGP foi criada em 2009 e até hoje não possui uma lei orgânica onde conste as suas atribuições, a sua estrutura e a sua natureza. Aliás, essa é infelizmente, uma situação com a qual nos deparamos muitas vezes na realização da nossa investigação. Muitos serviços são criados por um “diploma” qualquer e nunca chegam a ter uma lei que estabeleça em que condições o mesmo deve desenvolver as suas atividades. A situação é tão grave e é transversal a maioria dos sectores da Administração pública que nos tempos que correm ainda recorrem a diplomas criados desde a independência nacional, com todos os desajustes e incongruências. Hoje, a realidade impõe que tudo seja dinâmico e sendo o direito o fundamento para que haja uma boa convivência social os responsáveis políticos pelo país devem pensar seriamente na situação legislativa do país, nomeadamente no que diz respeito a diplomas desatualizados e desajustados a nova realidade do país.

I.8. Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) é, nos termos da lei, a autoridade nacional de Protecção Civil e Bombeiros, dirigido por um comandante, e tem por missão planear, coordenar e executar a política de Protecção Civil e Bombeiros, designadamente, na prevenção de acidente graves ou catástrofes e na protecção e socorro das populações (artigo 41.º da Lei n.º 04/2016, de 23 de junho, (Lei de Base da Protecção

Civil e Bombeiros). Para o cumprimento da sua missão Protecção Civil e Bombeiros subdivide-se em três órgãos¹⁷ distintos, a Delegação de Protecção Civil e Bombeiro da Região Norte, a Delegação de Protecção Civil e Bombeiro da Região Sul e a Delegação de Protecção Civil e Bombeiro da Região Autónoma do Príncipe.

A atividade de Protecção Civil e Bombeiros tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial¹⁸, envolvendo toda a Administração Pública, sendo desenvolvida em todo o território nacional, podendo, em alguns casos ser desenvolvida no âmbito internacional. Assim, a Protecção Civil e Bombeiros é a “atividade desenvolvida pelo estado, a nível nacional, e pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes às situações de acidente grave, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas, outros seres vivos e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram” (artigo 3.º da LBPCB).

Importa, deste modo, destacar que todo o trabalho desenvolvido por Protecção Civil e Bombeiros, visa sobretudo ajudar na reposição do estado da normalidade democrática após acidentes graves e/ou calamidades.

De acordo com as suas próprias atribuições são agentes de Protecção Civil e Bombeiros:¹⁹

- Corpos de Bombeiros;
- Forças Armadas;
- Polícia Nacional;
- Autoridades Marítimas e de Aviação Civil
- Serviços de Medicina Legal;
- Serviços de Segurança e socorro das empresas públicas e privadas dos portos e aeroportos.

São ainda agentes de Protecção Civil sobre os quais recaem especial dever de cooperação as seguintes entidades:²⁰

- Instituto Nacional de Meteorologia;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

¹⁷ Cfr. art.º 40.º da Lei n.º 04/2016, de 23 de junho (Lei de Base da Protecção Civil e Bombeiros)

¹⁸ Cfr. art.º 2.º da LBPCB.

¹⁹ Cfr. art.º 44.º, n.º 1 da Lei n.º 04/2016, de 23 de junho (LBPCB).

²⁰ Cfr. art.º 44.º n.º 3 1 da Lei n.º 04/2016, de 23 de junho (LBPCB).

- Direcção de Florestas;
- Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica de São Tomé e Príncipe
- Direcção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, e a Cruz vermelha de São Tomé e Príncipe²¹.

No que diz respeito aos objetivos, a PCB desenvolve a sua atividade com vista a prevenção dos riscos coletivos e a ocorrências de acidentes graves ou de calamidade que resultam do mesmo, a atenuação dos riscos coletivos e limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos e proteger os bens e valores culturais, ambientais de interesse público e apoiar na reposição da normalidade²².

A atividade de PCB deve ser desenvolvida de harmonia com os princípios gerais consagrados na Constituição e na lei, não descurando os princípios atinentes a próprias atividade. Nesse sentido, destacam-se os seguintes princípios previstos no artigo 6.º da LBPCB: *o princípio da prioridade*, defende que se deve dar prevalência à prossecução do interesse público que diz respeito à proteção civil, quando não estiverem em causa a Defesa Nacional, a Segurança Interna e a Saúde Pública; *o princípio da prevenção* deve considerar os riscos de acidente grave ou calamidade com antecedência, com vista a eliminação ou a redução das consequências quando isso for possível; *o princípio da precaução* assenta na adoção de medidas com vista a diminuição do risco de acidente grave ou calamidade; *o princípio da cooperação* assenta no reconhecimento de que a atividade de PCB é uma atribuição do Estado, exercida prosseguida por todas as entidades públicas e privadas bem como por todos os cidadãos; *o princípio da coordenação* por sua vez, se materializa na necessidade de orientação por parte do poder político para se garantir a plena execução das Políticas de PCB; *o princípio de unidade de comando* que determina que todos os agentes atuam, no plano operacional, sob um comando único, sem prejuízo das respetivas dependências hierárquica e funcional e, por fim *o princípio da informação*, que se traduz no dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de PCB.

²¹ Coopera com todos os APCB de harmonia com o seu próprio estatuto os domínios e áreas da sua intervenção, apoio e socorro assim com assistência sanitária e social.

²² Crf. art.º 4.º da Lei n.º 04/2016, de 23 de junho (LBPCB).

CAPÍTULO II: DEFESA NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS

II.1. Defesa Nacional

A Defesa Nacional constitui uma obrigação de todos os cidadãos São-tomenses, em especial, do Estado. Nos termos da Constituição e da lei, “cabe ao Estado assegurar a Defesa Nacional (DN), que tem como objetivos os seguintes: garantir a independência nacional, a integridade territorial e o respeito das instituições democráticas” de acordo com os números 1.º e 2.º do artigo 11.º da CRDSTP, conjugado com o artigo 1.º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA). Nos termos da lei a DN é a atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos que têm como objetivos essenciais garantir a independência nacional, a integridade territorial e o respeito das instituições democráticas²³.

Para Lourenço (2013), a segurança interna refere-se às ameaças que ocorrem no interior do Estado. As questões referentes à segurança interna estavam relacionadas a ameaças de cariz exclusivamente militar, hoje, essas ameaças podem ser de carácter militar ou de carácter civil. Segundo Pedro Clemente desde “a guerra-fria que emergem novas realidades (...), entretanto, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional entronca na noção de segurança interna e há agora um redesenho de sistema de informações” (2004, p. 64).

A Defesa Nacional materializa-se através de uma Política denominada de “Política de Defesa Nacional”, que define conjunto de princípios, orientações e medidas, com vista a assegurar a Defesa Nacional, sendo que todos os organismos do Estado devem promover e assegurar, as condições políticas, económicas, financeiras, sociais, culturais, diplomáticas, militares, e de segurança indispensáveis para a sua execução conforme o consagrado no artigo 2.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA).

Da leitura da LDNFA, destaca-se o facto da própria lei fazer a menção clara de que todos os cidadãos sem exceção têm o dever de contribuir e participar em ações tendentes a salvaguarda da Defesa Nacional. Isso levou-nos a analisar a Defesa Nacional em duas vertentes; uma de componente exclusivamente militar e outra não militar, onde se incluem os cidadãos que não fazem parte das Forças Armadas, ou seja, civis. Neste sentido, cabe as Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP), em primeira linha assegurar a componente militar e as Forças e Serviços de Seguranças poderão intervir na componente civil no âmbito da Política de Defesa Nacional nos termos da Lei. No mesmo sentido, Alves

²³ Cfr. art.º 1.º da LDNFA.

(2010) e Borges (2013) salientam que a Segurança Nacional se divide em Defesa Nacional desenvolvida pelas Forças Armadas (FA) e defesa civil (Segurança Interna) desenvolvida pelas FSS.

Como qualquer outra política, a Política de Defesa Nacional visa atingir certos objetivos. De acordo com o artigo 3.º e seguintes da LDNFA, os objetivos têm índole permanente, e visam garantir o respeito das instituições democráticas, e a liberdade de ação dos órgãos de soberania e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais dos Estado; salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e património nacional; contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e matérias da nação, de modo a que esta possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa e assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais²⁴.

Atualmente, atendendo às novas ameaças e riscos a “Defesa tem obrigatoriamente de procurar corresponder a este conceito alargado de Segurança e de flexibilização de fronteiras, através de uma articulação das várias componentes, onde a característica determinante será a inovação, a flexibilidade e a oportunidade de atuação”. (Garcia, 2016, p. 1.).

Pois, hoje, cada vez mais, a Segurança e a Defesa “asseguram-se na fronteira dos interesses e em quadros coletivos e cooperativos” (*Idem*, p. 1). Urge, assim criar mecanismos de resposta, e neste âmbito “importa rever o conceito de segurança interna, excessivamente amplo, alargar o quadro de forças e serviços considerados de segurança (...), confirmar o papel subsidiário das Forças Armadas, fora do estado de exceção” (Clemente, 2004, p. 65), para fazer face aos novos desafios que o mundo globalizado impõe a SI dos Estados. Importa, no entanto, deixar bem claro que a SI não se confunde com a segurança externa, nesse sentido Manuel Valente é claro ao defender que a “ideia base de que a segurança interna não se confunde com a segurança externa, dita defesa do Estado, mas que com ela tem fortes laços, e no todo, encontram-se umbilicalmente ligadas à Defesa Nacional em sentido amplo” (2006, p. 8).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)²⁵ de Portugal (2013), é visto como uma estratégia de segurança e defesa nacional refere que tanto a política de segurança

²⁴ Art.º 3.º da LDNFA.

²⁵ Define os principais aspetos estratégicos que o Estado deve adotar no âmbito do cumprimento da política de segurança e defesa nacional.

como a política da defesa nacional fazem parte dos princípios e objetivos constitucionalmente consagrados e têm em vista a promoção dos interesses nacionais.

Durante o tempo de paz as políticas de segurança e de defesa nacional visam sobretudo garantir a liberdade e segurança das pessoas e bens como se retira da leitura do artigo 1.º da Lei de Segurança Interna.

Nos últimos tempos, a situação política tem sido um sério problema para a região de Norte de África. Alguns Estados da região não têm conseguido ultrapassar a crise política originando assim, problemas de instabilidade acentuada associada ao elevado risco de desencadear a violência na região. Portanto, o Sahel²⁶ é uma região que devido às suas características pode(rá) vir a ser um local privilegiado para a instalação de grupos terroristas e de traficantes. Torna-se necessário envidar esforços para que efetivamente se estabeleça cooperação bilateral ou até mesmo multilateral para se fazer face a esta situação caso esta se venha a concretizar futuramente.

Quanto à África subsaariana, a situação é um pouco distinta, pois o problema prende-se com a capacidade dos próprios Estados em garantir as condições básicas para a população, algo que muitas vezes não se verifica.

As políticas de segurança e de defesa nacional têm como princípios fundamentais os seguintes: o princípio da independência nacional, o princípio da igualdade entre os Estados, o princípio da proteção dos direitos humanos, o princípio do respeito pelo direito internacional, o princípio da resolução pacífica dos conflitos, e o princípio da contribuição para a segurança, a estabilidade e a paz entre todos os povos (CEDN 2013, p. 25).

II.2. Forças Armadas

As Forças Armadas de Tomé e Príncipe (FASTP) são um organismo público inserido na Administração direta do Estado através do membro do Governo que titula a pasta da Defesa²⁷, constituída por cidadãos são-tomenses. Sendo uma instituição estruturante do Estado, torna-se fulcral que a mesma esteja à altura de responder aos anseios dos cidadãos. Adaptadas às alterações políticas, estratégicas, operacionais do presente, estando sempre atenta à evolução científica e tecnológica, tendo especial atenção aos recursos humanos e económicos que o país possui. Espera-se que as FASTP estejam aptas a satisfazer, no seu âmbito, os compromissos externos do Estado, preparadas para responder aos novos desafios

²⁶ Zona situada entre o deserto de Saara e a savana do Sudão.

²⁷ Cfr. art. 1.º da Lei n.º 9/2012, de 17 de maio (LOFASTP).

que poderão pôr em causa a Defesa Nacional e/ou a Segurança Nacional, por forma a adotarem uma respostas urgentes e adequadas as situações de eventuais ameaças.

Com vista a alcançar-se a modernização das FASTP fez-se algumas alterações recentemente, tanto ao nível interno como externo, fruto da recente alteração da LDNFA, Lei n.º 8/2010, de 22 de setembro e da Lei Orgânica das Forças Armadas (LOFASTP), Lei n.º 9/2012, de 17 de maio que veio redefinir o conceito de Defesa Nacional e a missão das FA, introduzindo uma nova orgânica que melhor se adequa ao cumprimento das suas missões, atendendo ao contexto geoestratégico de São Tomé e Príncipe. Essas leis surgem, em primeiro lugar, para se evitar certas situações que no passado puseram em causa o bom funcionamento da instituição (por exemplo as sublevações militares), e, em segundo lugar, devido à descoberta das reservas de petróleo na Zona Económica Exclusiva (ZEE), o que levou o país a adotar algumas medidas de proteção da sua ZEE, com o forte empenho da Guarda Costeira para o efeito.

Forças Armadas têm a sua consagração no artigo 275.º da CRP. A sua principal missão é a defesa militar do país, no entanto, podem colaborar em missões de natureza civil, em situações humanitárias, na satisfação de necessidades básicas e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos como defende o n.º 5 do artigo 275.º da CRP. O Estado português tem a obrigação de garantir a Defesa Nacional (artigo 273.º da CRP).

Entendemos que as FA podem ser importantes nas questões relativas às armas Nucleares, Biológicas e Químicas (NBQ), entre outras, onde de facto as FA possuem mais conhecimentos e experiência operacional.

Na perspetiva de Matias (...) “terá de haver uma ação mais coordenada dos Estados, em cooperação multilateral, por forma a que também a segurança se internacionalize, ou mundialize, em paralelo (...) ocorre cada vez mais, “transnacionalização” das decisões e da colaboração de outros poderes” (2006, p. 49).

A cooperação no domínio da segurança terá de acompanhar as novas dinâmicas que se vivem nos dias de hoje, ou seja, vivemos numa era globalizada onde tudo ou quase tudo está interdependente e “internacionalizado”. A área da segurança não pode ficar para trás, mas sim deve acompanhar a nova dinâmica e “talvez dessa forma se encontre um caminho desejado de um mundo mais seguro” (Matias, 2006, p. 49). Ainda na mesma esteira nota-se

uma crescente preocupação de países como Portugal²⁸ em ampliar as suas relações no âmbito da segurança e defesa com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em especial no domínio da Cooperação Técnico-Militar e Técnico Policial.

As forças Armadas podem colaborar em regime de complementaridade apoiando as FSS no âmbito da luta contra as ameaças transnacional a saber: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, a criminalidade organizada, a cibercriminalidade e a pirataria, uma vez que possuem grandes conhecimentos na defesa antiaérea; NBQR; inativação de engenhos; vigilância e fiscalização; nas operações especiais e ainda ao nível de saúde, apoio psicológico, transporte e informação cartográfica (Borges, 2013, p. 7).

II.2.1. Missões e Estrutura das Forças Armadas

As FASTP têm a “missão genérica de assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externas” conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 19.º da LDNFA e n.º 1 do artigo 3.º da LOFASTP. No entanto, as mesmas leis regulam os termos em que as FA poderão desempenhar outras missões de interesse do Estado ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vidas das populações (n.º 3 do artigo 3.º da LOFASTP e n.º 3 do artigo 19.º da LDNFA). Estando, no entanto, o seu funcionamento durante a normalidade democrática, direccionado para fazer face a qualquer tipo de ameaça externa.

Assim, para o cumprimento da sua missão as FA encontram-se estruturadas da seguinte forma: “Estado-Maior das Forças Armadas; os dois Ramos das Forças Armadas (Exército e Guarda Costeira) e os Órgãos militares de comando das FA do qual fazem parte o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA) e os Comandantes dos Ramos” (artigo 6.º da LOFASTP).

II.2.2. Missões e Organização do Exército e da Guarda Costeira

Nos termos da lei, compete ao Exército “participar de forma integrada, na Defesa Militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionados para a geração, preparação de forças da componente operacional terrestre do sistema de forças” (artigo 47.º da LOFASTP). Estando sempre disponível para desempenhar qualquer missão de carácter internacional ou de interesse

²⁸ Quando a este assunto *vide* o ponto 1.2. Consolidar as relações externas de defesa prevista no (CEDN 2013, p. 41).

público que vir a ser designado para tal efeito. Já a Guarda Costeira visa garantir a defesa e proteção dos interesses económicos do país no mar sob a jurisdição nacional, entanto, fundamentalmente vocacionada para a preparação de forças operacional naval do sistema de forças (artigos 55.º e 56.º da LOFASTP).

No âmbito do nosso estudo, importa-nos destacar a existência na orgânica das FA, da Companhia de Polícia Militar²⁹ que é uma unidade especial na dependência direta do CEMFA, tendo a missão “de zelar em todo território nacional pelo cumprimento dos regulamentos militares, proteção de infraestruturas críticas e contribuir no quadro legal para a segurança interna” (artigo 42.º da LOFASTP).

No que diz respeito à organização do Exército e da Guarda Costeira, a mesma foi feita tendo em conta a fatores como aprontamento eficientes e o emprego operacional eficaz das FA³⁰, ou seja, houve uma racionalização aquando da reorganização dos Ramos. Estando os Comandantes dos Ramos na dependência direta do CEMFA. Importa destacar que no âmbito da modernização que as FASTP têm sofrido, já se pode notar algumas melhorias ao nível do seu funcionamento nomeadamente, no Ramo da Guarda Costeira onde se verifica um reforço no controlo da ZEE, através da implementação de serviços de vigilância e fiscalização marítima da costa São-tomense. No que diz respeito ao Exército, verifica-se que há de facto uma maior presença ao longo do território nacional. No entanto, o grande problema que afeta as FASTP tem a ver com os recursos materiais. Aliás, esse é um problema que é transversal a PNSTP, e que terá de ser pensado pela tutela, que atualmente é a mesma para FASTP e PNSTP, considerado por muitos como um “superministério” Ministério da Defesa e Administração Interna (MDAI). Entendemos assim que a cooperação “no domínio da segurança terá, pois, de acompanhar a dinâmica dos nossos dias de internacionalização em todos os domínios. Pode não se conseguir com isso uma solução cabal, mas talvez dessa forma se encontre um caminho, ou o caminho para chegar ao resultado desejado de um mundo mais seguro” (Matias, 2006, p. 47).

II.3. Caracterização do Sistema de Segurança Interna Português

As Forças e Serviços de Seguranças são entidades públicas que têm como missão garantir o cumprimento dos preceitos consagrados na Constituição e na lei e a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais. Na verdade, a atividade de Segurança Interna

²⁹ Vide a entrevista ao Tenente-coronel Cravid, no apêndice D que refere que a Companhia de Polícia Militar possui a formação necessária para atuar no domínio da SI.

³⁰ Art.º 5.º da LOFASTP.

tem como objetivo a proteção de vida e integridade física dos cidadãos, garantir a paz pública e uma convivência harmoniosa entre todos os membros da comunidade. Ora, sendo uma atividade que muitas vezes impõem limitações ou restrições dos direitos, e liberdades individuais, a própria lei estabelece alguns princípios que devem ser considerados pelas FSS aquando da sua atuação, dentre eles destacam-se o princípio do Estado de direito democrático, respeito pelos direitos, liberdades e garantias e as regras gerais de polícia consagradas n.º 1 do artigo 2.º da LSI.

À luz do quadro legal vigente atualmente em Portugal o SSI é composto pela Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Marítima (PM), Polícia Judiciária (PJ), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Serviço de Informações e Segurança (SIS), Autoridade Marítima Nacional (AMN) e o Sistema da Autoridade Aeronáutica (SAA) como se pode verificar no artigo 25.º da LSI. Estas instituições têm entre outras a missão de garantir as condições necessárias para o exercício de direitos, liberdades e garantias individuais assim como, o bom funcionamento das instituições.

II.3.1. Guarda Nacional Republicana

A Guarda Nacional Republicana (GNR) é um dos atores da SI que no âmbito das suas competências desempenha um papel de destaque no contexto de SI. Da leitura da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro Lei Orgânica da GNR (LOGNR), considera-se a GNR como “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas com autonomia administrativa (...) tendo por missão no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional nos termos da Constituição e da lei” (números 1 e 2 do artigo 1.º da LOGNR). Em casos previstos na Lei de Defesa Nacional, no estado de sítio e no estado de emergência a GNR fica na dependência operacional do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas CEMGFA, através do seu Comandante geral conforme n.º 2 do artigo 2 da LOGNR.

O Governo através do Ministério da Administração Interna (MAI), define as áreas de responsabilidade da GNR através de portaria sendo que fora da sua área de responsabilidade, a sua intervenção depende do pedido de outra força de segurança, ou de outra imposição legal, podendo ainda desempenhar funções fora do território nacional nos termos do artigo

5.º da LOGNR. Quanto à sua missão a GNR desenvolve várias, a saber: na área policial³¹, área de apoio e socorro, área honorífica e de representação de Estado e as militares. Na verdade, por fazer parte ativa da SI, a GNR não deixa de ter característica militares, pois os seus militares estão sujeitos à condição militar, ou seja, cumprem às regras de disciplinas e as restrições impostas aos militares.

II.3.2. Polícia de Segurança Pública

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma “força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa” artigo 1.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP). Durante o tempo de paz são atribuições da PSP as previstas na legislação que regula a segurança interna e, em situações de exceção, as resultantes da legislação que regula a defesa nacional e do estado de sítio e do estado de emergência conforme o (n.º 1 do artigo 5.º da LOPSP). A atividade policial é regulada pelos princípios consagrados na Constituição e na lei. Assim, impõem-se limites à atuação policial, ou seja, os elementos policiais quer no âmbito da prevenção criminal, como no domínio da ordem pública ou das informações policiais devem ter fundamento legal.

A PSP desenvolve a sua atividade em vários domínios dentre os quais destacam-se: o domínio da segurança e ordem pública, da investigação criminal, das informações e da cooperação internacional.

II.3.3. Polícia Judiciária

O artigo 1.º da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto Lei Orgânica da Polícia Judiciária (LOPJ) diz que a Polícia Judiciária (PJ) é uma Polícia de vocacionada para a investigação criminal respeitando uma organização e hierarquia, sendo considerado como um serviço público com a autonomia administrativa. A PJ funciona na dependência direta do Ministro da Justiça e tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover ações de prevenção, e no âmbito das suas competências efetuar a detenção e a investigação que lhe sejam ordenadas pelas autoridades judiciárias e, ainda às que se encontram previstas na Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização

³¹ A área policial, diz respeito as missões de polícia criminal e de polícia administrativa, sendo que esta divide-se em administrativa geral e especial.

da Investigação Criminal (LOIC) e da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal (LQPC) artigo 3.º da Lei n.º 37 de 2008, de 6 de agosto, que aprova a orgânica da Polícia judiciária.

O facto da PJ estar na dependência funcional das autoridades judiciárias não põe em causa a sua organização hierárquica assim como a sua autónoma técnica e tática³² (n.º 2 do artigo 3.º da LOPJ).

II.3.4. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é “um serviço de segurança, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Administração Interna, com autonomia administrativa e que, no quadro da política de segurança interna, tem por objetivos fundamentais controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com aquelas atividades e com os movimentos migratórios” nos termos do n.º 1 do artigo 1 do Dec. Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, que aprova a Estrutura Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fonteiros (DL-EOSEF). No âmbito do processo penal o SEF desenvolve as suas atividades na dependência funcional da autoridade judiciária com competência para o efeito conforme o positivado no 2 do artigo 1.º do (DL-EOSEF).

II.3.5. Serviço de Informações de Segurança

Serviço de Informações de Segurança (SIS) é nos termos da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro³³, que aprova a Lei Orgânica do Serviço de Informações de Segurança (LOSIS) a entidade competente para produzir informações que visem a garantir a segurança interna e que possam servir para que o país possa prevenir contra todos os atos que possam pôr em causa o estado de normalidade democrática, ou seja, no fundo o SIS produz informações referentes aos crimes como terrorismo, sabotagem, espionagem entre outros como se pode retirar da leitura do n.º 3 do artigo 3.º da LOSIS. Já o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) tem a incumbência de produzir informações tendentes a salvaguarda da independência nacional, e da segurança externa do país nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do SIED (LOSIED). O SIED e o SIS no âmbito da sua atividade deve respeitar os preceitos consagrados na Constituição

³² Autonomia técnica compreende o método de agir e a autonomia tática visa a escolha do tempo, lugar e modo mais adequado para desenvolver uma ação ou uma atribuição legal.

³³ Primeira alteração foi introduzida pela Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto.

e na lei, de harmonia com os objetivos e as finalidades estabelecidos pelo Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).

O Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SGSIRP) “dirige superiormente, através dos diretores do SIED e do SIS todas as atividades de produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e dos interesses nacionais e a garantia da segurança externa e interna do Estado português” (nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da LOSG-SIRP, SIED e do SIS).

II.3.6. Sistema da Autoridade Marítima

Sistema de Autoridade Marítima (SAM) compreende o “quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima” conforme o artigo 2.º do Dec. Lei n.º 43.º/2002, de 2 de março, Lei Orgânica do Sistema da Autoridade Marítima (LOSAM). Por sua vez, o artigo 3.º do mesmo diploma define a autoridade marítima como sendo todo o poder público que se exerce ao longo de todo o espaço marítimo pertencente ao território português, podendo ser atos emanados pelo Estado, ou procedimentos administrativos e de registos, tendo por objetivo a segurança da navegação, bem como no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos vigentes no território português.

Neste sentido, exercem o poder de autoridade marítima a “Autoridade Marítima Nacional; Polícia Marítima, GNR, PSP, PJ, SEF, Inspecção Geral das Pescas, Instituto de Água, Instituto Marítimo-Portuário, Autoridades Portuárias, Direcção-Geral da Saúde, Autoridade Nacional de Controlo de Tráfico Marítimo” conforme o (artigo 7.º e seguintes. da LOSAM).

II.3.7. Sistema da Autoridade Aeronáutica

O Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) é um “instituto público integrado da administração indireta do Estado, dotação de autónoma financeira e património próprio” artigo 1.º do Dec. Lei n.º 145/2007, de 27 de abril. Quando as atribuições competem ao INAC a missão de fiscalizar todo o sector da aviação e supervisionar e regulamentar toda a atividade de aviação artigo 3.º do mesmo Dec. Lei.

Como se pode ver o Sistema de Segurança Interna de Portugal envolve vários atores o que o torna complexo e multifacetado. É neste contexto, que a LSI clarifica os órgãos que comporta o sistema de segurança interna para que haja cooperação entre as FSS e a eficácia dos resultados das suas atividades. À semelhança da DN, a SI também é prosseguida através de conjunto de princípios, medidas, objetivos, orientações com vista a alcançar os fins da SI, ou seja, estamos a falar da polícia de segurança interna definida pelo Governo (artigo 3.º da LSI).

O Sistema de Segurança Interna compreende os seguintes órgãos: Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), o Secretário-Geral de Segurança Interna (SGSSI) e o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) como se pode ver no artigo 11.º da LSI. O CSSI é um órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna, que é presidido pelo Primeiro-Ministro (PM) artigo 12.º da LSI. O CSSI funciona como um órgão de assessoria e de apoio ao PM no cumprimento das suas funções. A figura do SGSSI também depende diretamente do PM, que pode delegar estas competências para o Ministro da Administração Interna (MAI)³⁴.

No que diz respeito as competências o SGSSI possui as de coordenação³⁵ que lhe confere poderes para concentrar medidas ou planos que envolvam várias FSS, entre outras; a competência de direção confere-lhe poderes de organização e de gestão administrativa, logística e operacional, entre outras. Quanto as competências de controlo³⁶ o SGSSI tem poderes de articulação das FSS em caso de missões que justifiquem uma atuação conjunta, em consonância com o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e dos Serviços de Segurança (PCCCOFSS) e por fim, as competências de comando operacional³⁷ que permite que em situações extraordinárias, determinadas pelo PM após comunicação ao Presidente da República as FSS ficam colocados na dependência operacional do SGSSI como consagra n.º 1 do artigo 19.º da LSI.

³⁴ N.º 1 do art.º 14.º da LSI.

³⁵ Art.º 16.º da LSI.

³⁶ Art.º 18.º da LSI.

³⁷ Art.º 19.º da LSI.

CAPÍTULO III: A INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DA SEGURANÇA INTERNA SÃO-TOMENSE

III.1. As Forças Armadas no Quadro da Segurança Interna

A inexistência de uma lei de segurança interna³⁸ é uma situação que o país deve resolver com máxima brevidade possível e nos dias que correm torna-se cada vez mais um imperativo. A SI envolve uma multiplicidade de atores com diferentes áreas e padrões de atuação, pelo que urge criar um mecanismo legal que permita estabelecer uma coordenação entre todas as FSS que diariamente prosseguem os fins da SI. Atualmente, a cooperação, articulação e coordenação entre as entidades que participam diretamente na segurança interna de são-tomense é muito deficitária e pouco eficaz³⁹.

A Constituição faz menção ao emprego das FA na SI em caso do estado de sítio e de emergência, o artigo 19.º da CRDSTP consagra que “o exercício dos direitos fundamentais só pode ser restringido nos casos previstos na Constituição e suspenso na vigência de estado de sítio ou de estado de emergência declarados nos termos da Constituição e da lei”. Não há uma distinção clara entre a SI e a DN, o legislador trata no artigo 11.º CRDSTP da Defesa Nacional em sentido lato⁴⁰, quando ao nosso ver deveria ser “Segurança Nacional” situação que apontamos como uma lacuna constitucional.

É bem notório que a estrutura da SI vigente em São Tomé e Príncipe carece de mecanismos facilitadores de articulação, nomeadamente entre as FSS e mais ainda, em caso de uma possível articulação como as FA.

Tanto a legislação referente a segurança interna, como da defesa nacional apresenta lacunas legislativas, face a este cenário recorreremos a legislação portuguesa que consagra a possibilidade das FA poderem intervir na SI nas condições que a própria lei prevê especialmente, em “missões de proteção civil, em tarefas que visem a satisfação das necessidades básicas, nas questões referentes a melhoria da qualidade de vida das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação” conforme o artigo 275.º da CRP. Na mesma esteira, a LDNFASTP consagra a possibilidade das FASTP poderem ser “empregues em outras missões de interesse geral a cargo do Estado ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades

³⁸ Quanto a este assunto *vide* a entrevista ao Superintendente Kiakiziki, disponível no apêndice F.

³⁹ Vide entrevista ao Subcomissário João Cravid disponível no apêndice J.

⁴⁰ Vide a entrevista ao Coronel Paquete disponível no apêndice C.

básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, sem prejuízo da sua missão” (n.º 3 do artigo 19.º da LDNFASTP).

Do nosso ponto de vista, estado de sítio e de emergência enquadram-se nas missões de interesse geral a cargo do Estado São-tomense, logo as FA poderão ser empregues nos termos previstos na lei. O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) é órgão com a incumbência para definir as missões específicas da FA, mediante a proposta do Ministro da Defesa baseada no projeto do Conselho de Chefes Militares (CCM)⁴¹.

De acordo com o n.º 2 do artigo 19.º da CRP, só é declarado o “estado de sítio ou o estado de emergência, no todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública”, cabendo ao Presidente da República a incumbência de declarar as duas situações enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas. O CEMGFA terá as forças de segurança, através dos seus Comandantes-Gerais sob o seu comando durante o estado de sítio nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, que aprova o Regime do Estado de sítio e do Estado de Emergência (RESEE). Fica claro que as FA só intervêm na segurança interna em situações de exceção e de indispensabilidade para repor a normalidade democrática (Lino, 2014, p. 14).

Contudo, reconhecemos que haverá domínios onde a intervenção das FA faz todo sentido, por exemplo, a segurança marítima do país é garantida por militares da Guarda Costeira que é a única entidade do país com meios para fiscalizar e proteger a orla marítima do país. As FSS não têm qualquer hipótese de desenvolverem esta tarefa porque não estão capacitadas para tal e não possuem recursos humanos nem materiais para cumprir esta missão. No entanto, importa referir que o emprego das FA na segurança interna deve obedecer a determinados princípios. Segundo (Valente, 2013) durante a normalidade democrática a intervenção da Forças Armadas deve basear-se no princípio da subsidiariedade.

Em complemento da ideia defendida pelo Autor acrescentamos que a intervenção das FA deve-se basear na cooperação e na colaboração, uma vez que o quadro legal vigente em São Tomé e Príncipe não permite que as Forças Armadas exerçam ao mesmo tempo missões de carácter militar e não militar, especialmente as que dizem respeito à segurança interna porque seria um ato contrário ao regime jurídico vigente (Oliveira, 2015, p. 113).

⁴¹ N.º 2 do art.º 19.º da LDNFASTP.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Portugal (2013) refere a criação de uma estratégia multisectorial e integrada que facilitasse a rentabilização das capacidades militares e não militares através do “Sistema Nacional de Crises”. Contudo, é preciso edificar estruturas para que se torne eficiente. Também com vista a tornar a cooperação entre as FA e as FSS mais profícua foi pensado num “Plano de Articulação Operacional” com intuito de garantir a coordenação e interoperabilidade dos sistemas e equipamentos militares e das FSS (CEDN, 2013).

III.2. Da Colaboração e Articulação Institucional

No âmbito da coordenação e articulação entre as FSS e FA deve-se verificar alguns princípios de forma a atingir os objetivos pré-definidos sem pôr em causa as respetivas missões.

Na perspetiva de (Lino, 2014, p. 15), este princípio pode ser subdividido em dois pontos essenciais: demonstra que a atribuição da segurança interna é originariamente da Polícia; o comando ou direção operacional deve pertencer as FSS e não às FA que terão a sua autonomia tática. Do nosso ponto de vista, o ato de cooperação pressupõe a existência de duas ou mais entidades que se juntam em prol de um objetivo comum. A cooperação implica realização de tarefas em conjunto com vista ao cumprimento conjugado das respetivas missões, e colaborar por sua vez, tem a ver com a prestação de apoio, auxiliar a uma pessoa ou entidade no cumprimento da sua missão (Oliveira, 2015, p. 109). Aliás, como já referimos no presente estudo a própria lei defende que todos os cidadãos São-tomenses participam na prossecução dos fins da segurança interna e da defesa nacional.

Parece-nos assim consensual a intervenção das Forças Armadas durante o estado de exceção (estado de sítio e de emergência). No entanto, o mesmo consenso não se reúne quando se fala da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna em tempo de paz ou de normalidade democrática. Resta-nos tentar perceber até que ponto as Forças Armadas podem intervir nestas circunstâncias.

O mundo globalizado traz consigo grandes mudanças, sobretudo ao nível económico, mas também permite que coisas menos boas aconteçam. Os atores criminais aproveitam o facto de haver menos controlo e aproveitam para ampliar a sua rede criminosa, ou seja, cada vez mais se assiste a um aumento das ameaças transacionais.

Na perspectiva do Coronel Pereira, a necessidade dessa “colaboração com as FSS existe porque em determinadas situações se verifica a insuficiência das forças de segurança, pela sua natureza funcional, capacidades ou quantidade de efetivos e meios e não pela sua qualidade, para fazer face à ameaça e em que as FA atuam em prol da segurança interna, entendendo-se esta como uma necessidade básica das populações” (2014, p. 316).

O mesmo Autor refere que nestas circunstâncias, a atuação das FA pode(rá) ser fundamental para garantir a normalidade democrática, uma vez que como instrumento militar da defesa nacional, tem a incumbência de garantir a defesa militar do país (*Ibidem*).

Posto isto, podemos elencar de forma muito resumida as situações onde as FA podem intervir no domínio interno, a saber: no desempenho de missões necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado; a situação de cooperação com as FSS, tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais; e a na situação de colaboração em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações (artigo 24.º da LDN). Na verdade, a “haver zonas de sobreposição, zonas cinzentas, entre a segurança externa e a segurança interna, ambas com vulnerabilidade que nem as organizações dos Estados, nem estes individualmente, parecem poder suprir apenas pelo aumento das capacidades da força militar” (Matias, 2006, p. 48-49). Este raciocínio também se aplica a nosso ver as FSS.

No entendimento de Pereira (2014, p. 316) a insuficiência ou incapacidade é mais notável e aceitável ao nível do espaço marítimo e aéreo onde as Forças e Serviços de Segurança têm poucos recursos e a colaboração é consensual. Já ao nível terrestre a situação é diferente, porque muitas vezes a concorrência existente entre as FSS e OPC é enorme e origina segregação propositadamente ou fortuitamente, logo, mais difícil seria uma possível colaboração com as FA que é um ator “externo”. No entanto, ainda que as “dúvidas surjam e se procurem mitigar, a colaboração apresenta-se cada vez mais necessária, sobretudo em domínios do radiológico, biológico e químico, na ciberameaça e no volume de efetivos por vezes necessários a uma vigilância permanente de infraestruturas críticas” (Pereira, 2014, p. 317).

A ideia da cooperação não se deve confundir com a atribuição constitucional originária e não se coaduna com a tese das FA desempenharem funções primordiais ou originárias de segurança interna, obrigando-as a respeitar a atribuição originária

constitucionalmente consagrada (Valente, 2014, p. 150). O Autor alude, ainda que a “colmatação da necessidade *segurança interna* é atribuição e função primordial da Polícia (...) o legislador constituinte ao atribuir a função de garantir a segurança interna à Polícia quis justamente colocar as Forças Armadas à margem dessa função” (*Idem*, p. 151).

Destacamos que este Autor não é o único a defender esta ideia, uma vez que também é defendida por outros autores como (Canotilho e Moreira, 2010).

Pois, como defende Simões a “assumpção de competências e missões de carácter policial pelos militares, apenas tem ocorrido em forças expedicionárias (...) as missões e as regras de empenhamento estabelecida pela Comunidade Internacional, legitimam o seu emprego e, normalmente, justifica o uso da força, mesmo se esta não for adequada ou proporcional” (2010, p. 26).

Esta situação acontece normalmente em missões de reposição da paz, atualmente as Forças Armadas portuguesa têm um destacamento em missão na República Centro Africana, Mali, Iraque, etc.

Na verdade, pudemos verificar que a intervenção das FA na segurança interna em países democráticos continua a ser um assunto que levanta muita discussão, tendo em conta o regime jurídico vigente associado a decisões políticas, que receia a concentração de poderes e de meios coercivos.

III.2.1. Os Princípios da Intervenção Policial

A prossecução dos fins da SI deve obedecer os princípios constitucionais e os limites consagrados nas leis que regulam a atividade das FSS, tendo em conta que elas têm a incumbência de garantir o exercício dos direitos, liberdades e garantias individuais de todos cidadãos. A possibilidade das FA intervirem na SI torna-se interessante de se estudar na medida em que nos obriga a fazer uma reflexão bem cuidada, tendo em conta a sensibilidade da temática em apreço. À luz da Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2002, de 7 de fevereiro, que aprova o Código Deontológico do Serviço Policial (CDSP) impõe-se aos elementos da PSP e da GNR em caso do uso dos meios coercivo um comportam adequado, necessário e proporcional e indispensável, ou seja, em último recurso quando estiverem esgotados os meios menos danosos (artigo 8.º do CDSP). Na verdade, a atuação policial é

balizada por vários princípios e todos devem ser ponderados quando se fala da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna.

No Estado de direito democrático os princípios da constitucionalidade e da legalidade devem obrigatoriamente ser cumpridos pela Polícia. O artigo 272.º da CRP impõe a Polícia a defesa da legalidade democrática e a garantia dos direitos liberdades individuais. Por sua vez, o princípio da legalidade aparece associado ao da constitucionalidade tendo a sua consagração no n.º 2 do artigo 266.º da CRP, artigo 3 do Código de Procedimento Administrativo de Portugal (CPAP)⁴², artigo 135.º da CRDSTP e no artigo 3.º do Código de Procedimento Administrativo de São Tomé e Príncipe (CPASTP)⁴³. Nesta esteira, Caetano (1990, p. 43) e Amaral (1996, p. 30) afirmam que o princípio da legalidade afigura-se com grande destaque no leque dos princípios que regem a administração pública e todos os seus órgãos e agentes devem respeitá-lo.

Mesmo no âmbito da aplicação do poder discricionário nas medidas de polícia, é imperativo que se observe adequação, a justiça, a imparcialidade nos procedimentos adotados. Na ótica de Canotilho e Moreira (1993, p. 924), Valente (2012) os princípios da adequação, exigibilidade e necessidade, proporcionalidade *stricto sensu* ou da proibição do excesso devem-se verificar sempre numa atuação policial. O princípio da proporcionalidade *lato sensu* ou da proibição do excesso tem a sua consagração no n.º 2 do artigo 19.º da CRDSTP⁴⁴, no n.º 2 do artigo 18.º e no n.º 2 do artigo 272.º ambos da CRP⁴⁵.

Outro princípio que nos parece importante mencionar é o princípio da mínima intervenção que impede o livre arbítrio e limita a ação policial ao estritamente necessário, ou seja, a Polícia só tem a legitimidade para recorrer aos meios coercivos depois de todos os meios legais estarem esgotados, devendo, contudo, recorrer aos meios mais acertados para a situação em concreto. O facto das forças de segurança no desempenho das suas missões limitarem ou restringirem os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos leva-nos a seguir a ideia de Manuel Valente que defende o “princípio da obrigatoriedade de controlo a *posteriori* [da atuação policial]” (2014, p. 206 – 214).

⁴² Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro que aprova (novo) o CPAP.

⁴³ Decreto-Lei n.º 25/2005, de 05 de novembro que aprova o CPASTP.

⁴⁴ “Nenhuma restrição ou suspensão de direitos pode ser estabelecida para além do estritamente necessário”.

⁴⁵ “A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente consagrados”.

Passaremos agora a tratar do princípio da vinculação funcional⁴⁶ relativo à atividade policial. Como já referimos a PNSTP não se encontra consagrada na atual Constituição vigente no país, contudo, a sua LOPNSTP e EFSS dão cobertura jurídica à atividade policial desenvolvida pela polícia são-tomense que é, por conseguinte, a única força de segurança no país. Espera-se também que a breve trecho a proposta da Lei de Segurança Interna apresentada pelo Governo seja aprovada pela Assembleia Nacional.

Seguindo esta lógica, o fundamento da vinculação funcional da PNSTP atualmente são os seguintes diplomas legais: a LOPNSTP que refere no artigo 1.º que a cabe a PNSTP “funções de defesa dos direitos pessoais, liberdades e garantia dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e da garantia da segurança interna” e o Estatuto da Forças e Serviços de Segurança.

O princípio da igualdade também tem a consagração constitucional no artigo 13.º da CRP, no artigo 15.º da CRDSTP, n.º 1 do artigo 5.º do CPAP e no n.º 5.º do CPASTP. O mesmo acontece como o princípio da imparcialidade que se encontra positivado no n. 2 do artigo 266.º da CRP, no artigo 135.º da CRDSTP e no artigo 6.º do CPASTP. Pretende-se que na aplicação do direito haja igualdade e imparcialidade por parte da Administração Pública em geral e em especial pelas forças de segurança. Contudo, destacamos como refere Germano Marques da Silva, o facto do direito de igualdade não afetar o reconhecimento da diferença à natureza especial do homem (Silva, 2001, p. 53).

O princípio da boa-fé previsto no (artigo 10.º do CPAP e artigo 7.º do CPASTP) e o princípio da prossecução do interesse público previsto no (n.º 1 do artigo 266.º da CRP, artigo 4.º do CPAP, n.º 1 do artigo 135.º da CRDSTP e no artigo 4.º do CPASTP, obriga os entes públicos, e a Polícia, em particular a agir de boa-fé e prosseguir os interesses públicos ou da coletividade.

Espera-se que o Estado “seja capaz de responder à complexidade da natureza e o carácter das ameaças transnacionais, integrando ações com vista à unidade de esforço para a eficácia da ação e para a eficiência dos meios e recursos utilizados” (Pereira, 2014, p. 318).

Esta ação impõe que haja cooperação na preparação e partilha da informação (criminal entre outras) e até conhecimentos, capacidade e acima de tudo vontade das partes em colaborar. Na mesma linha de pensamento (Garcia, 2016, p. 5), defende a criação de um sistema de segurança cooperativa, baseado na credibilidade, coerência, eficácia e, sobretudo,

⁴⁶ Baseamos na ideia de Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, 4.ª Edição, p. 185-196).

na transparência pois só atuando coletivamente e cooperativamente os Estados superarão as novas ameaças. No nosso entendimento, este raciocínio encaixa-se perfeitamente na atual realidade da SI São-tomense, na medida em que terá de existir um compromisso entre todos os atores que nela participam e em especial, da parte das FA através da Guarda Costeira quando desempenham missões no âmbito da Segurança Interna a saber: fiscalização e patrulhamento da orla marítima nacional.

De acordo com Valente (2013) e Oliveira (2015) para as FA intervirem na SI é preciso verificar-se os requisitos relativos aos princípios da legalidade, da reserva de intervenção, de subsidiariedade e de complementaridade, princípio da direção ou da supervisão e da indispensabilidade. Contudo, a iniciativa da solicitação deve partir das FSS e a colaboração finda com o término da missão. No entanto, é urgente que se faça uma intervenção ao nível legislativo especialmente, a inclusão das FA e da PN na CRDSTP, clarificando as respetivas missões e a aprovação da LSI.

A reorganização deve ser mais abrangente, assim, no “*no âmbito operacional*, [parece-nos fundamental a] aprovação de um “Plano de Articulação Operacional” com linhas de comando claramente definidas (...); *ao nível logístico*, [deve existir uma] a racionalização de capacidades e com os respetivos recursos; *ao nível funcional*, a criação de plataformas de interoperabilidades de sistemas e equipamentos; e *no âmbito da formação*, a promoção das formações específicas, treino conjunto e aprovação de doutrinais basilares no domínio da SI” (Djata, 2016, p. 37).

III.3. As “Novas” Ameaças Transnacionais

A nova dinâmica social que se vive no mundo vem conceder espaço a “novas” ameaças e “novo conflitos”⁴⁷ e São Tomé e Príncipe não está imune a tudo aquilo que se passa noutras paragens do mundo. Hoje, as ameaças à segurança interna são múltiplas e difíceis de identificar, os ataques não convencionais com a capacidade de provocar grande números de vítimas mortais. Pois, à segurança “também modificou o seu valor, passando-se de uma segurança de proteção dos interesses vitais ameaçados por um inimigo comum, ou seja, de uma segurança previsível, para um segurança agora orientada para riscos diversos,

⁴⁷ Conceito utilizado pelo Luís Simões, auditor do CDN, 2010.

mais difusos na forma, origem e atores, onde a imprevisibilidade aumenta as condições para a eclosão de conflitos” (Garcia, 2016, p. 1).

As ameaças a segurança continuam a ter origem nas fronteiras do Estado, contudo, quando a ameaça é materializada fora da fronteira do Estado o seu combate torna-se, necessariamente mais difícil e complexo uma vez que não são conhecidas as verdadeiras razões que levaram os seu(s) ator(s) a agirem nesse sentido.

Este desafio terá de ser aceite pelo Estado que como refere (Garcia, 2016, p. 2) deve(rá) em resposta ao mesmo adotar novos mecanismos que permitam a intervenção dos organismos nacionais e internacionais capacitados para garantir a paz e a estabilidade. Na verdade, nos dias que correm as oportunidades são maiores do que nos tempos idos e isso facilita a partilha dos valores e interesses comuns entre os Estados e serve de fundamento real para a edificação de um sistema de segurança cooperativa para fazer face aos novos desafios securitários (Viana, 2002, p. 292).

As ameaças transnacionais compreendem conjunto de ações/atos de carácter não militar que transpõem o território nacional do Estado colocando em causa a vida e a integridade física dos seus cidadãos. No entendimento de Nunes, as “novas ameaças, assim designadas, emergidas do esbatimento bipolar, distinguem-se das tradicionais pela natureza desterritorializada, disseminada e individualizada” (Nunes, 2004, p. 276). Contudo, urge reiterar que o que mudou não foi o tipo de ameaças, mas sim “os meios e os métodos utilizados [por aqueles que as praticam]” (Viana, 2003, p. 4).

III.4. Os Potenciais Domínios de Cooperação

As FA são parte estruturante do Estado são-tomense e como tal o seu valor deve ser reconhecido por todos os cidadãos. No âmbito da sua intervenção na SI achamos por bem elencar algumas áreas onde os militares podem desempenhar missões de SI em consonância com os princípios que já apresentamos ao longo do nosso estudo. Seguindo Borges (2013), destacamos algumas capacidades militares que podem ser uma mais-valia na cooperação entre FA e as FSS a saber: a defesa antiaérea, área Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico (NBQR), inativação de engenhos explosivos, ciberdefesa, engenharia, vigilância marinha e do espaço aéreo, operações especiais, entre outras.

III.4.1. Domínio da Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública em Geral

Entendemos que a área da ordem, segurança e tranquilidade pública é da inteira responsabilidade da FS, neste caso em concreto da PN, a única força de segurança no país dotada de capacidade e legitimidade para recorrer aos meios coercivos se necessário for. A ordem pública em todas as suas vertentes (manutenção e reposição da ordem pública) implica por parte da Polícia o cumprimento de certos princípios daí que nos parece que a intervenção dos militares não é bem-encarada. Aliás, como refere (Oliveira, 2015, p. 205) o Estado de direito democrático no âmbito da manutenção da ordem e segurança deve procurar um equilíbrio com os direitos consagrados constitucionalmente. Pois, o “emprego, [das Forças Armadas] em território nacional (...) em atividades que tenham um potencial de conflito, para além dos efeitos colaterais que poderá ter o uso inadequado da força, poderá minar a necessária relação que deve existir entre as Forças Armadas e a população do seu país” (Simões, 2010, p. 27).

Em última análise e, em caso de uma situação de desordem social estando em causa a própria essência do Estado democrático admite-se a intervenção de outros poderes públicos (Djata, 2016, p. 38). Neste caso, estariam reunidos os pressupostos para ser decretado o estado de exceção uma vez que, a força de segurança (instituição do Estado) com competências originárias para garantir a ordem, a segurança e tranquilidade pública não consegue controlar a situação, ou seja, já não existe a normalidade democrática.

Conforme entrevista a Kiakisiki⁴⁸, STP “é um país com poucos recursos e temos que saber aproveitar e racionar os meios que temos a nossa disposição”. O mesmo Autor defende a intervenção dos militares na SI, mas refere que os mesmos devem ser alvo de uma formação de base e contínua e é preciso que esta ação seja devidamente regulamentada cabendo a Polícia Nacional supervisionar as ações.

III.4.2. Domínio da Prevenção e Investigação Criminal

A prevenção e investigação criminal é uma área muito complexa que deve ser desenvolvida por pessoa que possua as capacidades para o efeito. Ao contrário do que acontece com Portugal, o país não tem uma Lei de Organização de Investigação Criminal (LOIC), mas a inexistência da referida lei não implica necessariamente que as FSS não desenvolvam esta atividade. Pois, a prevenção e investigação criminal é prosseguida pela

⁴⁸ Vide entrevista ao Superintendente Kiakisiki, disponível no apêndice F.

Polícia de Investigação Criminal (PIC), que funciona na dependência direta do Ministério da Justiça e coadjuva as autoridades judiciárias na investigação; desenvolve e promove as ações de prevenção e investigação dos crimes da sua competência e os que lhe forem cometidos pelas autoridades judiciárias de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 2/2008, de 16 de maio, que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal (LOPIC).

A Polícia Nacional também tem competência para desenvolver a prevenção e investigação criminal como se retira da sua LOPN. Assim, cabe a PN prevenir a prática de todos os atos ou comportamentos contrários à lei e prevenir a criminalidade, em coordenação com os Serviços de Segurança (n.º 3 do artigo 2.º da LOPNSTP). As leis orgânicas e/ou de funcionamento dos diversos órgãos de polícia criminal com competências específicas também consagram os quais os Serviços de Segurança possuem competências de investigação criminal.

Atendendo à realidade do país, no âmbito da prevenção e investigação criminal no espaço marítimo achamos ser viável a colaboração numa perspetiva de apoio e cooperação (disponibilização de meios e dos seus operadores) entre a Guarda Costeira e as FSS, uma vez que estas últimas não possuem meios logísticos adequados para atuarem no meio marítimo.

III.4.3. Domínio da Segurança a Grandes Eventos

Os grandes eventos como o próprio nome indica são acontecimentos que envolvem por si só uma logística bem apurada e que permita prevenir todos os atos que possam perigar a vida e integridade física das entidades e a população em geral. Eventos como a visita do Papa, dos Chefes de Estados e dos Governos da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), Chefes de Estados da África Central, altas entidades estrangeiras e eventos desportivos são eventos que movem multidões sendo classificados como sendo de risco elevado.

Neste domínio a tarefa das:

“FSS impõe uma colaboração próxima e acentuada de aproveitamento das capacidades das FA, tendo em vista a prevenção e neutralização de ameaças, como complemento das FSS, designadamente utilização de meios navais para vigilância e restrição de circulação no espaço marítimo [através da Guarda Costeira], vigilância e restrições de espaço aéreo e utilização de valência antiaérea e de operações especiais, em complemento às operações especiais das FSS” (Djata, 2016, p. 44).

No entanto, tratando-se de um evento que pela sua natureza envolve grande multiplicidade de FSS, entendemos ser crucial a “criação de um mecanismo de coordenação do emprego do pessoal e dos meios das diversas corporações que nela atuam” (*Ibidem*).

III.4.4. Domínio da vigilância do Espaço Marítimo e Aéreo

Neste domínio, parece haver uma maior aceitação pela intervenção das FA na SI. Do nosso ponto de vista, deve existir uma colaboração institucional forte visto que são áreas de confluência da segurança externa e a segurança interna. Ainda assim, a intervenção das FA surge em complemento às FSS e carece da solicitação por parte das mesmas como refere Cravid⁴⁹.

Pois, nos tempos atuais com a “internalização das ameaças e dos riscos” nenhum Estado ou organização por si só consegue combater as novas ameaças transnacionais, pois, como refere Ramalho “reconhece-se a indispensabilidade da atuação supletiva das Forças Armadas em muitas situações de carácter interno [na segurança interna], onde as Forças de Segurança não dispõem de capacidades adequadas ou se revelam insuficientes” (2011, p. 110).

Contudo, é preciso que esta intervenção se faça numa ótica de apoio e de subsidiariedade e nunca de sobreposição porque a Constituição e as demais leis não o permitem.

⁴⁹ Vide a entrevista ao Tenente-Coronel Cravid, disponível no apêndice D.

CAPÍTULO IV: MÉTODO

Finda a parte do enquadramento teórico do nosso trabalho, é necessário seguir uma metodologia tendo em vista os nossos objetivos. O presente trabalho foi elaborado de acordo com o novo acordo ortográfico e baseado na norma APA (*American Psychological Association*), e é composto por duas partes a saber: parte teórica e parte prática. Sendo assim, o sustentáculo do nosso trabalho incidirá numa abordagem descritiva com desígnio de “permitir que a investigação possa recolher e reflectir sobretudo aspectos enraizados” (Espírito Santo, 2010, p. 25) referentes a nossa área do estudo.

Na primeira parte optamos por fazer uma pequena abordagem sobre a noção do Estado e o seu papel na SI, incidindo na realidade São-tomense. Nesta esteira, centramos a nossa atenção na Segurança Interna e na Defesa Nacional, do país. Isto é, versamos sobre a estrutura de Segurança Interna e Defesa Nacional, destacando essencialmente, as Forças e Serviços de Segurança e as Forças Armadas que são as entidades que dão “vida” à Segurança Interna e à Defesa Nacional respetivamente. Tratamos com ênfase a estrutura, as atribuições e missões da Força e Serviços de Segurança e das Forças Armadas para tentar perceber, como é que se tem processado a colaboração, os princípios de colaboração e os domínios que devem ser tidos em conta para que intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna possa ser possível num Estado de direito democrático durante a normalidade democrática, ou seja, em tempo da paz. Recorremos a fontes bibliográficas de várias origens, em especial portuguesas, assim como doutrinas e legislações que versam sobre a temática em estudo.

Na segunda parte recorremos a entrevistas semiestruturadas para a recolha de informação, utilizando para o efeito o método qualitativo para análise de conteúdo das entrevistas obtidas. Pois, através das entrevistas recolhemos informações importantes relacionadas com o estudo em questão, porque a “grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade [logo] um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos” (Bell, 1993, p. 137). Já a aposta no método qualitativo prende-se com o facto de nos parecer o mais adequado face ao objeto e o contexto do nosso estudo.

IV.1. Corpus

O *corpus* compreende o número total das entrevistas, realizadas aos Oficiais da PN e das FA. O *corpus* compreende conjunto de documentos utilizados através de procedimentos de análise (Bardim, 2004, p. 96). Para o presente estudo, planeamos realizar

dez (10) entrevistas, contudo só foi possível realizar oitos das previstas inicialmente, assim, *o corpus* deste estudo é composto por um conjunto de oito (8) entrevistas.

IV.2. Instrumentos

IV.2.1. Entrevistas

Realizamos entrevistas semiestruturadas baseadas num guião, sendo que os entrevistados foram colocados à vontade para abordarem assuntos pertinentes relacionados com a entrevista e que pudesse ser útil para o trabalho. Portanto, a entrevista apresenta-se com “um processo de obtenção de informação de carácter geral sobre o indivíduo que se entrevista, mas também, de carácter específico, tentando averiguar o que nele existe de relevante para o objetivo determinado” (Leal, 2008, p. 23). Por sua vez, Sarmento refere que “a entrevista permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através de inquirição presencial de um ou mais indivíduos [sendo que] os conteúdos são mais ricos em informação. Permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo” (2013, p. 28).

Neste sentido, desenvolvemos um guião com sete questões (*vide* o apêndice B) iguais para todos os entrevistados, com o intuito de haver igualdade e uniformização para que os dados recolhidos e a análise de conteúdo possam ter resultados fidedignos e consistentes.

Todas as questões apresentadas no guião foram construídas para ajudar o investigador a adquirir informações relacionadas diretamente com a problemática do estudo.

IV.2.2. Os Participantes

A nossa intenção era entrevistar dez (10) Oficiais das Forças e Serviços de Segurança e Forças Armadas, sendo seis (6) das Forças e Serviço de Segurança (Polícia Nacional) e quatro (4) das Forças Armadas. Contudo, só conseguimos entrevistar oito dos previstos. Tentamos que as entrevistas fossem feitas de forma homogênea procurando abarcar Oficiais superiores e subalternos da Polícia Nacional em representação das Forças e Serviços de Segurança e das Forças Armadas.

IV.3. Análise de Conteúdo

A nossa opção para a análise do *corpus* foi a análise de conteúdo por ser aquela que melhor se coaduna com o objeto e objetivos do nosso trabalho. Ora, de acordo com o Bardin,

a análise de conteúdo compreende “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdo e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2004, p. 7). Assim, a finalidade da análise de conteúdo será pois de efectuar inferências, com base numa lógica explicativa, sobre mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2009, p. 104).

Na perspectiva de Pais (2004) a análise de conteúdo apresenta-se no topo da lista dos métodos mais utilizado na investigação em ciências sociais. A entrevista permite ao investigador ter um grande manancial de informação a “bruto” que carece de tratamento metodológico, no caso em concreto, no nosso estudo qualitativo entendemos assim como Bardin (1977), que a análise de conteúdo nos permitirá identificar e estabelecer categorias consoante aos conteúdos contidos na própria informação, tendo por bases indicadores que facilitem a inferência de conhecimentos.

Contudo, foi necessário cumprir os pressupostos essenciais durante a recolha de dados e análise de conteúdo para fazer o tratamento do *corpus*, a saber: a definição das categorias, subcategorias. Garantindo assim o padrão de fidelidade necessário.

IV.4. Procedimentos

Encetamos o nosso estudo com um enquadramento teórico baseado no estado da arte sobre nosso tema, de maneira a perceber os aspetos relacionados com o papel do Estado na garantia da SI, Segurança Interna e a Defesa Nacional, se há uma ligação entre estes dois conceitos ou se são conceitos separados. Recorremos à doutrina, quadro legislativo e aos atores da Segurança Interna e da Defesa Nacional para tentar perceber tudo aquilo que envolve esses dois conceitos atendendo a particularidade São-tomense.

Por existir pouca bibliografia são-tomense que trate o tema tivemos que recorrer a fontes bibliográficas de diversas origens, em especial as portuguesas que nos são mais acessíveis. Um outro fator que levou-nos a optar por estas fontes bibliográficas prende-se com o nosso fraco domínio de idiomas.

Contudo, como forma de sustentar o nosso estudo para além do estudo do estado da arte foi necessário realizar entrevistas aos Oficiais da Polícia Nacional e das Forças Armadas, que são pessoas com larga experiência e conhecimento na matéria referente a Segurança Interna e Defesa Nacional em São Tomé e Príncipe. As entrevistas foram realizadas via *internet* pelo facto do investigador se encontrar fora de São Tomé e Príncipe.

Para o efeito, foi entregue junto do Comandante-Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e do Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, um pedido de autorização formal (*vide* apêndice A) para a recolha de dados junto de quatro (4) Oficiais das Forças Armadas e seis (6) Oficiais da Polícia Nacional.

Como referido as entrevistas foram semiestruturadas, composta por um guião com sete (7) questões relacionadas com o tema, a título de exemplo (*vide* apêndice B). O referido guião foi construído tendo em conta os objetivos pretendidos e que permitiu estabelecer três (3) categorias e as respetivas subcategorias depois de uma análise de conteúdo das entrevistas. Desta forma a categorização e subcategorização permitiu-nos elaborar um quadro categorial tendo em vista os objetivos pretendidos.

Quanto à primeira categoria A – pretendeu-se recolher informações sobre a perceção que se tem sobre a inexistência de uma Lei de Segurança Interna em São Tomé e Príncipe; **A.1** procurou-se saber se a lei em vigor é suficientemente clara no que diz respeito à intervenção das FA na SI; **B.2** se, num Estado de direito democrático, é normal a atuação das FA na SI durante a normalidade democrática, e quais seriam os mecanismos de colaboração, coordenação e articulação institucional; **B.3** procurou-se entender quais são as competências das FA na SI e se existe necessidade de reconhecer a limitação dos meios policiais em certas áreas da SI e se, consequentemente, podem as FSS recorrer aos meios das FA, para suprir tal limitação.

Na segunda categoria B – pretendeu-se recolher informações sobre a mudança do paradigma de segurança para melhor clarificar a vulnerabilidade da segurança interna são-tomense; **B.1** Face ao novo quadro das ameaças transnacionais pretendeu-se saber se, houve algumas mudanças nas tradicionais ameaças que afetam a SI de São Tomé e Príncipe. E, saber se haverá ou não necessidade de o país criar o seu próprio conceito de segurança interna, de modo a se criar uma estrutura de SI capaz de responder aos novos desafios que se lhe impõe; **B.2** tendo em conta a localização geográfica [Golfo da Guiné] de São Tomé e Príncipe haverá ou não necessidade de repensar as vulnerabilidades provenientes desta região à SI; **B.3** em que se pretendeu recolher informações sobre a distinção entre o conceito de SI e DN.

Já na terceira categoria C – procurou-se saber a perceção que se tem sobre o quadro legal da intervenção da FA na SI e a lacuna constitucional que consiste em não integração da PN e das FA assim como das respetivas competências; **C.1** para o efeito, pretendeu-se,

desde logo, saber qual é a interpretação que se faz sobre a aludida lacuna constitucional que é colmatada pelas demais leis avulsas entre as quais destacam-se a lei orgânica da PN e das FA; **C.2** pretende-se recolher as informações sobre a perceção que se tem sobre o impacto que a intervenção das FA teria na diminuição da criminalidade; **C.3** saber se, perante todo este quadro, consideram-se reunidas as condições, ou se, ainda, existem algumas lacunas legislativas que devem ser preenchidas, para que seja possível as FA intervir na SI. Após a realização do quadro categorial procedemos a codificação (*vide* apêndice M) do texto das entrevistas.

IV.5. Apresentação e Discussão dos Resultados

Desenvolvemos a nossa investigação sem perder de vista a problemática a que nos propomos tratar: A Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna São-tomense, dando especial ênfase ao quadro legal vigente e a lacuna constitucional, que se materializa na não inclusão da Polícia Nacional e das Forças Armadas, assim como as respetivas missões na Constituição. Esta situação faz com que a Segurança Interna São-tomense seja muito particular e deve ser analisada ao pormenor. Para o efeito, procuramos desde logo, compreender a perceção que se tem sobre o que as leis avulsas preveem sobre a colaboração entre as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança no âmbito da Segurança Interna durante a normalidade democrática.

Cientes da particularidade da realidade São-tomense quando se fala deste tema, o qual consideramos sensível identificamos os princípios, os domínios e outros aspetos em que esta colaboração deve-se basear de forma a que a mesma tenha uma justificação fundamentada e plausível, uma vez que, a garantia da SI é atribuição originária das FSS.

Na perspetiva de Cravid, as “FA têm a sua missão específica que é a defesa do país contra as ameaças externas” (*vide* apêndice D). Nestes últimos tempos tem havido no país situações de “conflitos de competências” na área de SI entre PN e as FA, situação que levamos a crer que a nossa investigação poderá contribuir para pôr fim a eventuais conflitos caso seja este o entendimento dos decisores políticos. Para efeito, a nossa pergunta de partida consubstancia-se em saber se: é legítima a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna São-tomense?

Tendo em vista a resposta à pergunta de partida, recorreremos a uma abordagem teórica baseada essencialmente, na revisão bibliográfica ou estado da arte referente a intervenção

das FA na SI no Estado de direito democrático em tempo de paz, ou seja, fora do quadro do estado de exceção (estado de sítio e de emergência). Esta análise profunda aliada às entrevistas feitas a profissionais militares e policiais leva-nos a afirmar que si existir um fundamento legal de forma a que não haja violação dos princípios do Estado de direito democrático e esteja em causa uma ameaça em que os meios das FSS sejam insuficientes para a fazer face “a participação das FA na SI pode constituir uma mais-valia para a garantia da segurança, justiça e bem-estar de uma nação [pois] uma união de esforço entre as FA e as FSS, desde que legalmente confinada, pode configurar-se num grande fator de sucesso para a segurança e defesa de qualquer Estado de direito democrático” (Djata, 2016, p. 55).

Verificamos que os entrevistados foram unânimes no que toca à necessidade de se criar nova legislação sobre a Segurança Interna, a título de exemplo, Paquete⁵⁰ refere que a lei em vigor necessita de ser revista. Contudo, fica claro que os militares estão consciencializados de que a relação que se deve estabelecer baseia-se na complementaridade e na subsidiariedade e nunca na sobreposição das Forças Armadas face às Forças e Serviços de Segurança no âmbito da Segurança Interna durante tempo de paz.

O ex-Ministro da Administração Interna de Portugal, Rui Pereira, referiu no âmbito de um congresso que “existe maior necessidade de cooperação entre as Forças de Seguranças e Forças Armadas, em especial no âmbito da criminalidade transnacional, do terrorismo global e na resposta a grandes catástrofes”⁵¹. Neste sentido, Stoy Miller⁵² aponta que é preciso que se tenha em mente que a Segurança Interna é da competência das Forças e Serviços de Segurança, e que as Forças Armadas só são acionadas em situações em que a Força de Segurança (Polícia Nacional) não consigam pelos seus meios repor a paz e a ordem necessária, sendo que a intervenção basear-se-á na entreaajuda e no respeito pelas respetivas competências, ou seja, a título subsidiário. Para efeito, é fundamental que a nível legislativo se criem condições para que a intervenção da FA na SI se faça de forma coordenada, respeitando os princípios do Estado de Direito Democrático.

Estendemos ainda, ser necessário estabelecimento de um “Comando Conjunto” com vista a uma melhor coordenação e articulação operacional. Pois como refere Kiakiziki, o facto de recair na PN a responsabilidade para garantir a SI não nos leva a ignorar que as FA também concorrem para o bem comum, para a paz social e a tranquilidade pública⁵³.

⁵⁰ *vide* a entrevista ao Coronel Olinto Paquete disponível no apêndice C).

⁵¹ Rui Pereira no I Congresso Nacional de Segurança e defesa, Lisboa, 2010.

⁵² *Vide* entrevista ao Capitão Stoy Miller Pontes disponível no apêndice E.

⁵³ *Vide* entrevista ao Superintendente Kiakiziki do Nascimento disponível no apêndice F.

Contudo, atendendo à particularidade da SI são-tomense o papel das FA será essencialmente, de “apoio em termos de materiais e equipamentos logísticos [e meios humanos para operarem os equipamentos]”⁵⁴. Pois Cravid elucida-nos que é fundamental não “misturar-se as águas” reiterando que o que estaria em causa com a intervenção das FA na SI São-tomense é a manutenção e reposição da ordem e segurança pública associado ao cumprimento das normas policiais estabelecidas. Reforça dizendo que os militares não estão qualificados para atuarem na SI que é uma atividade que colide necessariamente, com os direitos fundamentais dos cidadãos⁵⁵.

Através da realização de entrevistas semiestruturadas e da análise do seu conteúdo foi possível extrair várias conclusões que julgamos serem pertinentes para a realização do nosso estudo assim como a posição dos entrevistados quanto ao tema em estudo.

Assim, e recorrendo às conclusões apresentadas por Silva (2014), Lino (2014) e Djata (2016), os resultados também apontam para que a intervenção das FA na SI se faça em termos de colaboração estando os militares sob a direção das FSS. Contudo, para que isto se verifique é preciso que haja legislação que preveja esta colaboração. O quadro normativo próprio sobre a intervenção da Forças Armadas na Segurança Interna irá permitir: a legitimação da intervenção militar na Segurança Interna; uma resposta conjunta às ameaças transnacionais; maximização de recursos; maior eficiência e eficácia das respostas adotadas pelas “forças conjuntas” e por fim, o respeito pelo princípio da legalidade que ao nosso ver constitui o fundamento de qualquer Estado de direito democrático. Contudo, a intervenção não se deve operar a qualquer custo sob pena de se fundamentar em pressupostos ilegais.

⁵⁴ Vide entrevista ao Subcomissário Valdir Lisboa disponível no apêndice H.

⁵⁵ Vide entrevista ao Subcomissário João Cravid disponível no apêndice J.

V: CONCLUSÃO

A demanda da possível intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna num Estado de direito democrático como é o caso de São Tomé e Príncipe é uma questão muito sensível, e como tal deverá ser tratada em harmonia com a realidade económica, política e sociocultural do país. A partir da revisão bibliográfica e da análise de conteúdo das entrevistas fomos nos apercebendo de que este tema já vem sendo discutido há vários anos e até à presente data ainda não houve nenhuma medida concreta ao nível legislativo em STP para pôr cobro a esta situação.

Atendendo à realidade São-tomense onde os recursos são escassos tanto ao nível das FSS como das FA é preciso pensar seriamente na possibilidade de se criar estruturas legislativas onde fiquem definidos os critérios de colaboração e articulação institucional em resposta às “novas” ameaças transnacionais que assolam a segurança das populações e do Estado. Foi possível constatar que a atual Constituição apresenta lacunas bem visíveis no que quis respeito à Segurança Interna, assim como a não inclusão das FA e PN em nenhum dos seus capítulos o que ao nosso ver não ajuda a uma possível articulação. De facto, as FA podem ser um grande aliado das FSS na prossecução da paz e na garantia da “segurança nacional”, contudo, é fundamental legislar porque sem a legislação que preveja a colaboração entre as FA e as FSS em São Tomé e Príncipe não haverá espaço para a intervenção em tempo de normalidade democrática ou de paz.

Entendemos que num Estado de direito democrático o Estado e os seus organismos não se posicionam acima da lei, mas sim subordinam-se à lei que é o seu fundamento. Assim, a observância da legalidade e o cumprimento dos princípios do Estado de direito democrático representa um dos pressupostos para a intervenção das FA na Segurança Interna São-tomense.

As Forças e Serviços de Segurança são os únicos atores que possuem competências originárias no âmbito da SI em São Tomé e Príncipe e, por conseguinte, responsáveis pela ordem interna e segurança pública em todo o território nacional. Tal como as FA são responsáveis pela Defesa Nacional e também têm a sua atribuição originária que é a segurança do país contra as ameaças que atravessam as fronteiras nacionais.

Estas atribuições consagradas no EFSS, nas respetivas leis orgânicas da FSS, na lei orgânica das FA, e LDN reforçam a ideia de que a intervenção das FA no quadro da SI deve

basear-se na estrita observância dos princípios da necessidade, exigibilidade e colaboração a título subsidiário e sob a direção das FSS.

Cumpre-nos, abordar a questão do artigo 11.º da CRDSTP que se refere a consagração constitucional sobre a Defesa Nacional. Discordamos, dos argumentos que sustentam que o legislador refere-se a Defesa Nacional em sentido lato abarcando também a Segurança Interna, pois entendemos que a Segurança Interna e a Defesa Nacional são conceitos distintos que concorrem para o mesmo fim que é a Segurança Nacional. Logo, há uma lacuna constitucional que se fundamenta na não previsão de forma expressa da Segurança Interna.

Face aos poucos recursos existentes, a PN tem a necessidade de recorrer aos meios das Forças Armadas, nomeadamente, a Guarda Costeira, para desenvolver operações de combate ao crime organizado, a interceção e abordagem de embarcações no alto mar, e sobretudo no combate à pirataria marítima. Este apoio parece-nos fundamental e faz todo o sentido que se verifique, contudo, é preciso ter em mente que os militares não poderão efetuar as medidas cautelares e de polícia, a saber: buscas, revistas, detenções e apreensões porque a lei não os permite uma vez que não são “Órgãos de Polícia Criminal”.

Quanto à Companhia de Polícia Militar (CPM) prevista no artigo 41.º da LOFASTP consideramos ser uma mais-valia tendo em conta a formação que os seus elementos possuem no âmbito da Segurança Interna. Contudo, como a própria lei prevê a intervenção na SI depende do quadro legal que até a data não existe no país, logo, qualquer intervenção da CPM na SI é contrária ao quadro legal vigente e viola os princípios do Estado de Direito Democrático.

A particularidade São-tomense ao nível criminal no que diz respeito às tradicionais ameaças não justifica uma intervenção dos militares na SI, pois as FSS, em especial a PN tem meios capazes para fazer face a estas ameaças. Já as novas ameaças obrigam a um esforço conjunto entre os vários atores da Segurança Interna e as demais entidades públicas e neste âmbito as Forças Armadas podem ser um bom “parceiro” para as FSS tendo em conta a sua natureza. Para o efeito, é preciso que fique claro os protocolos, a unidade de comando, os princípios que devem ser respeitados no âmbito do cumprimento da missão.

A definição do comando e controlo deve estar bem clara, assim se durante o estado de exceção as FA através do Chefe de Estado Maior da Forças Armadas assumem o comando e controlo das Forças de Segurança, parece-nos de todo conveniente que numa situação de

normalidade democrática, seja lá qual for a natureza da ameaça o comando esteja na esfera das FSS, uma vez que as FA atuam em complemento e subsidiariamente sem prejuízo da sua autonomia técnica e tática. O Estado de direito democrático por si só não serve de limitação da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna desde que a intervenção se fundamente na lei.

O poder político deve intervir definindo novas estratégias contemplando de forma clara o papel que as Forças Armadas poderão vir a desenvolver na SI em apoio às FSS. No mesmo sentido, urge, à Assembleia Nacional aprovar a proposta de Lei de Segurança Interna que o Governo remeteu para aprovação para que o país tenha pela primeira vez um Sistema de Segurança Interna adequado à nova realidade nacional e internacional.

Estabelecemos alguns objetivos e todos foram cumpridos: quanto à possibilidade das FA intervirem na SI durante em São Tomé e Príncipe ficou claro que a intervenção só terá lugar em caso previstos na lei a saber: colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações (artigo 3.º da LOFA).

Quanto à necessidade da criação de um Plano de Colaboração entre as FA e FSS cumpre-nos reiterar, que o grande obstáculo da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna São-tomense é a inexistência de legislação que preveja esta situação.

Assim, parece-nos de todo conveniente apontar aqui três (3) aspetos com os quais São Tomé e Príncipe depara referente ao tema em estudo: *em primeiro lugar*, destacamos a lacuna constitucional que consiste em não previsão da PN e FA em nenhum dos capítulos da Constituição; *em segundo lugar*, a inexistência de uma Lei de Segurança Interna que defina quais as FSS e as suas competências bem como o papel que caberia as FA na SI, *em terceiro lugar* criação de um Plano de Colaboração e Articulação Institucional que irá trazer melhoria ao nível da cooperação entre as forças. Pois, entendemos a colaboração entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança como uma mais-valia para o Estado no combate às “novas” ameaças transnacionais, o terrorismo, entre outras.

Assim, o parágrafo acima acaba por servir de resposta à questão seguinte, cumprindo-nos somente acrescentar que no país não existe uma conceção clara de Segurança Interna. A falta de legislação referente à Segurança Interna no país tem estado na origem de alguns conflitos entre as FA e FSS. Neste sentido, verificamos que os militares têm atuado

na SI com base numa má interpretação do artigo 11.º da CRDSTP, pelo que, urge a necessidade de suprir esta lacuna.

Quanto à colaboração verificamos que a mesma tem tido alguns problemas ao nível operacional uma vez que carece de estratégias bem definidas, para que no terreno não haja dúvida sobre quem comanda as forças, portando, ainda funciona um pouco *addoc* e em alguns casos tem originado conflitos. Ou seja, a nosso ver, embora a colaboração esteja a ter resultados, não tem se processado da melhor forma, pois entendemos que a definição e a clarificação de comando das forças são primordiais para o êxito de operações que envolvam diversas forças.

Do nosso ponto de vista, a intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna deve basear-se no princípio da colaboração, da subsidiariedade, exigibilidade, da necessidade (que passa pelo apoio, coadjuvação) e em todos os princípios que regem um Estado de direito democrático, dos quais destacamos o princípio do respeito dos direitos, liberdade e garantias individuais. Sendo que em caso de complemento deve(rá) existir uma entidade superior que fica responsável pela articulação das forças.

Quanto à necessidade da criação de novo regime jurídico sobre a SI, entendemos que nem tudo que existe no país esteja mal, mas há muitos aspetos a melhorar. O domínio da Segurança Interna deve ser revisto e atualizado à nova realidade do país e realidade internacional. Para o efeito, a primeira medida é legislar resolvendo-se o problema da Lei de Segurança Interna, assim como outros mecanismos legais necessários para que a intervenção das FA na Segurança Interna seja uma mais-valia e não o foco de conflitos como se tem visto atualmente no país.

Limitações e Investigações Futuras

No decorrer da investigação deparámo-nos com algumas limitações pois o nosso estudo foi realizado sobre uma realidade da qual o investigador se encontra distante.

Assim, colocamos no topo das limitações o facto de o investigador não poder se deslocar a São Tomé e Príncipe, o que nos levou a realizar as entrevistas por via do correio eletrónico (*internet*) e não presencialmente como era a nossa intenção. Face a esta situação não conseguimos obter mais informações sobre o tema do nosso estudo. Também não foi possível entrevistar todos os visados, por não haver disponibilidades por parte de alguns Oficiais por motivos de serviço. A fraca bibliografia sobre o tema ao nível geral e em

particular ao nível do país também se afiguram no leque das limitações do presente estudo.

O presente estudo marca o início de uma nova era para a Segurança Interna São-tomense, pois a nova realidade impõe aos Estados novas respostas ao nível da segurança.

Estendemos que este estudo poderá servir de base para o desenvolvimento de estudos científicos na área de Segurança Interna, pois é um domínio que precisa de ser estudado e carece de investigação que sustente novas estratégias. Seria de todo pertinente a partir do presente estudo desenvolver outros estudos no sentido de saber se o “Sistema de Segurança Interna São-tomense” se adequa à nova realidade nacional e internacional. Assim, como o contributo que as Forças Armadas poderão dar às FSS no âmbito da Segurança Interna.

Lisboa e ISCPSI, 26 de junho de 2017

Taylor das Neves da Silva

Aspirante a Oficial de Polícia, n.º 800033/ 20ST

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, P. P.** (2010). *Forças Armadas: Inúteis ou Indispensáveis?* In Revista Militar.
- Alves, A. C.** (2010). *Introdução à Segurança*. Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana. Lisboa
- Alves, J. B.** (2014). *Segurança Interna e Defesa Nacional*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais.
- Amaral, D. F. do** (1996). *Curso de Direito Constitucional*, Vol. I, 2.^a Edição. Coimbra: Editora, Almedina.
- Amaral, D. F.** (1996). *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, Coimbra, Almedina.
- António, S. C.** (2015). *Discurso proferido no âmbito do 40.º Aniversário da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe 27 de agosto de 2015.* .
- Bardin, L.** (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L.** (2004). *Análise de Conteúdo*. 2.^a Edição. Lisboa: Edições 70.
- Bell, J.** (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação: Trajectos*, Gradiva publicações, Lisboa.
- Borges, J. J. B. V.** (2013). *As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades*. In Revista Militar N.º 2532 – janeiro, p. 25 - 41.
- Brandão, A. P.** (1999). “*A reconceptualização da segurança e a migração internacional: A abordagem comunitária versus a abordagem nacional*”, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.
- Brandão, A. P.** (2004). *Segurança: um conceito contestado em debate*. In Moreira, A. (coord.), *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Edição de Livros e Revistas, Lda. (p. 37-55). Lisboa.
- Buzan, Barry; Waeber, Ole; Wilde, Jaap de**, (1998), *Security, A New framework for Analysis*, Londres, Lynne Rienner Publishers.
- Caetano, M** (1990). *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I, 10.^o Edição (4.^a reimpressão), Coimbra, Almedina.
- Caetano, M.** (1996). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6.^a ed., Tomo I, Almedina, Coimbra.

Canotilho, G. e Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.^a Edição, Coimbra. Coimbra Editora.

Canotilho, G e Moreira, V. (2010). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. II, 4.^a Edição.

Carvalho, J, S. (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*: Faculdade de Letras de Lisboa.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013 - Resolução do Conselho dos Ministros de Portugal. (nº 19/2013).

Clemente, P. J. L. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*, Governo Civil do Distrito de Lisboa.

Clemente, P. J. L. (2004). *O Imaginário Policial-Anti-Crime- o Canto da Sereia*, In Valente, M. M. G. (coord), *I Colóquio de Segurança Interna*: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Clemente, P. J. L. (2009) “*Polícia – O Caminho*”, In: Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida, Coimbra, Almedina, p. 87-107.

Congressional Research Service. (2001) - *Report for Congress - Intelligence and Law Enforcement Countering Transnational Threats to the U.S., December.*

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*: teoria e prática.

Decreto nº 42 223/59, de 18 de abril que aprovou o Jurídico da Polícia de Segurança de São Tomé e Príncipe.

Decreto n.º 43 527/61, de 8 de março. Criou o Corpo de Polícia de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei n.º 10/75, de 27 de agosto que criou a Polícia Popular.

Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de abril. Que criou a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei n.º 28/2009, de 26 de agosto que aprovou o Estatuto do Pessoal das Forças e Serviços de Segurança de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei nº. 6/2014, de 23 de abril que Aprova a Orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro que aprova o (novo) Código de Procedimento Administrativo de Portugal.

Decreto-Lei n.º 25/2005, de 05 de novembro que aprova o Código de Procedimento Administrativo de São Tomé e Príncipe.

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Decreto-Lei n.º 14/2010, de 29 de julho: Estatuto da Polícia Judiciária de Portugal.

Dec. Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro que aprova a Estrutura Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Dias, M. G. (1998). *Limites à Actuação das Forças e Serviços de Segurança, in Direitos Humanos e Eficácia Policial: Seminário de Controlo da Actividade Policial*. Lisboa. IGAI.

Dias, M. G. (2006). *Segurança Interna*, In Valente, M. M. G. (coord). *II Colóquio de Segurança Interna*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Djata, A. T. (2016). *Da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Elias, L. M. A. (2014). *Dimensões Securitárias na Contemporaneidade*. Lição Inaugural da Abertura Solene do Ano Lectivo 2014/2015. ISCPSI-ICPOL. Lisboa.

Faria, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, 3ª Edição. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI.

Fernandes, J. A. (2004). *Poder Político e a Segurança Interna*, In Valente, M. M. G. (coord), *I Colóquio de Segurança Interna*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Fernandes, J. J. A. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira-Artes Gráfica, Lda. Afrontamento.

Fernandes, L. F. (2005). *Segurança Interna - Reflexões e Legislação*. Lisboa: Edições Almedina.

Garcia, F. P. (2016). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados – Subsídios para o seu estudo*, In: Revista Militar - Jornal de Defesa e Relações Internacionais.

Guedes, A. M. & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos: Dimensões externas da Segurança Interna em Portugal*, ICPOL, Livraria Almedina, Coimbra.

Hobbes, T. (2010). *Leviatã*: Tradução de Monteiro, J. P e Da Silva, M. B. N. 4.^a Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Lara, A. C de A. S. (1987). *A subversão do Estado*. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Leal, I. (2008). *Entrevista Psicológica. Técnica, Teoria e Clínica*, (2^a Ed), Fim de Século Edição.

Lei n.º 3/2007, de 12 de fevereiro que regula as despesas dos organismos públicos.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. Lei da Segurança Interna de Portugal.

Lei n.º 8/2010, de 22 de setembro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 9/2012, de 17 de maio, que estabelece a Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 04/2016, de 23 de junho, Lei de Base da Protecção Civil e Bombeiros.

Lei de Revisão Constitucional e Republicação da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, aprovada pela Lei n.º 1/2003, de 29 de janeiro.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.

Lei n.º 17/2006, de 23 de maio que aprova a Lei Quadro da Política Criminal.

Lei n.º 37 de 2008, de 6 de agosto que aprova a Orgânica da Polícia Judiciária.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro que aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro que aprova a Lei Orgânica do GS-SIRP, SIED e do SIS.

Lei n.º 44/86, de 30 de setembro que aprova o Regime do Estado de sítio e do Estado de Emergência.

Lei n.º 2/2008, de 16 de maio que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Investigação Criminal (LOPIC).

Lenine, V. J. (1987). *O Estado e a Revolução*» (Tradução de J. Ferreira). Biblioteca meditação.

- Lino, A. J. G.** (2014). *As Forças Armadas e a Segurança Interna*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI.
- Lourenço, N.** (2009). *Conferência Liberdade e Segurança: Segurança e Estado de Direito*. Editora: Secretária Geral do Ministério da Administração Interna.
- Lourenço, N.** (2013). *Dinâmicas Sociais, globalização e densificação do conceito de segurança interna*. Lisboa: Faculdade de direito da Universidade nova de Lisboa.
- Lourenço, N.** (2015). *Segurança Interna*, In Bacelar, J e Santos, S. (coords), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Editora Almedina, Coimbra.
- Luís, F. C. S. S.** (2010). *Curso de Defesa Nacional. As Forças Armadas na Segurança Interna: A participação do Exército: discursos e percepções*. ISM.
- Matias, N. G. V.** (2006). *O Paradigma Estratégico Militar de Segurança Interna*, In: Valente, M. M. G. (coord), *II Colóquio de Segurança Interna*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Miranda, J.** (1994). *A Ordem Pública e os Direitos Fundamentais: Perspectiva Constitucional* in Revista da Polícia Portuguesa, n.º 88.
- Miranda, J. & Medeiros, R.** (2005). *Constituição Portuguesa Anotada*, (Tomo I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Moreira, A.** (2002). *Teoria das Relações Internacionais*, (2º ed.), Coimbra: Almedina.
- Moreira, A.** (2004 a) - *Insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes*. In Moreira A. (coord.). *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, J. F. de,** (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa. Almedina.
- Organizações das Nações Unidas.** (2002) – *Segurança Colectiva, A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Cosmos.
- Oliveira, J. F. de,** (2015). *A manutenção da Ordem pública em Democracia*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ISCPSI – ICPOL. Lisboa.
- Pais, L. M.** (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Pereira, A. M. (2014). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança Interna Contributos para a Operacionalização do seu Combate em Portugal*. Revista de Ciências Militares, Vol. II, n.º 1, maio, p. 307–322.

Pereira, R. (2010). Segurança Interna e Defesa Nacional, Autonomia e Convergências das Funções de Soberania. In I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Loures: Diário de Bordo.

Raposo, J. (2006). *Direito Policial – I*, Coleção do Centro de Investigação do ISCPSI, Coimbra: Almedina.

Relatório da 43.^a Reunião Ministerial do Comité Consultivo Permanente das Nações Unidas (UNSAC) sobre questões de segurança na África Central, 01- 02 de dezembro de 2016 em São Tomé.

Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD 1994).

Resolução do Conselho dos Ministros nº 19/2013 editou o Conceito Estratégico da Defesa Nacional em Portugal.

Relatório do Instituto de Defesa Nacional (2008) sobre a Defesa Nacional.

Santos, G. L. (2000a). *Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa*, Publicações Europa – América, Mem Martins.

Santo, P. E. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*. 1.^a Edição. Lisboa: Edições Sílabo.

Saraiva, F. (2001). *Governance um caminho para a segurança cooperativa*.

Sarmiento, M. (2013). *Metodologia da Investigação Científica*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.

Seibert, G. (2001). *Camaradas, clientes e Compadres*. Lisboa: Veja editora.

Silva, C. A. (2014). *Participação das Forças Armadas na Segurança Pública de Cabo Verde: Que Colaboração?* Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI.

Silva, G. M. da (2001). *Ética Policial e sociedade democrática*. Lisboa: ISCPSI.

Simões, L. F. C. de S. (2010). *As Forças Armadas na Segurança Interna. A Participação do Exército: discursos e percepções*. Trabalho de investigação final do Curso de Defesa Nacional, Lisboa, IDN.

United States General Accounting Office. (2004) - *Report to Congressional Requesters - Homeland Security. June*.

Vala, J. (2009). *A Análise de Conteúdo in Metodologia das Ciências Sociais*. Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.); (15.^a ed.), Porto, Edições Afrontamento.

Valente, M. M. G. (2004). *Contributos para uma tipologia de segurança Interna, In: Valente, M. M. G. (coord), I Colóquio de Segurança Interna: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.*

Valente, M. M. G. (2006). *II Colóquio de Segurança Interna, In Valente, M. M. G. (coord), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.*

Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*, 3^a Edição, Coimbra, Almedina.

Valente, M. M. G. (2013). *Segurança um Tópico Jurídico em Reconstrução*. Âncora Editora. Lisboa.

Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, (4.^a ed.), Coimbra, Lisboa: Almedina.

Reinhold, Z. (1997). *Teoria Geral do Estado*, 3.^a Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Sítios

<http://database.jornaldefesa.pt>

<http://www.emgfa.pt>

<http://www.gnr.pt>

<http://www.pgdlisboa.pt>

<http://www.smf.st>

<http://www.parlamento.st>

<http://www.psp.pt>

<http://www.pst.pt>

<http://www.revistamilitar.pt>

Apêndices

Apêndice A - Pedido de autorização formal para a realização de entrevistas

**Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Nacional de São
Tomé e Príncipe – Superintendente Samuel Conceição António**

Eu, Taylor das Neves da Silva, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 800033/20ST, do 29.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “A Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna São-tomense”, da qual é Orientador o Prof. Doutor José Antunes Fernandes, vem mui respeitosamente solicitar a V.^a Ex.^a se digne formalizar (autorizar) pedidos de autorização para a concessão de entrevistas relativos às seguintes entidades:

1. Exmo. Senhor Vice-chefe de Estado Maior das Forças Armadas - Coronel Olinto Amado Paquete;
2. Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe – Superintendente Samuel Conceição António;
3. Exmo. Senhor 2º Comandante Geral Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe – Superintendente Kiakisiki Nascimento;
4. Exmo. Senhor Diretor de Política da Defesa Nacional - Coronel Marçal Lima;
5. Exmo. Senhor Diretor do Gabinete do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas - Tenente-Coronel João Pedro Cravid;
6. Exmo. Senhor Comandante do Comando Distrital de Água Grande – Intendente Domingos Papa;
7. Exmo. Senhor Comandante da Companhia da Polícia Militar (CPM) – Capitão Stoy Miller Pontes;
8. Exmo. Senhor Comandante do Comando Distrital de Cantagalo – Subcomissário Eridson Trindade;
9. Exmo. Senhor Comandante do Comando Distrital de Caué – Subcomissário Valdir Cunha Lisboa;

10. Exmo. Senhor Comandante de Grupo de Intervenção e Segurança (GIS) –
Subcomissário João Pedro Cravid.

A aplicação das entrevistas tem por objetivo a sustentação de todo o trabalho de investigação realizado.

O Aspirante a Oficial de Polícia Taylor das Neves da Silva, compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento

Lisboa e ISCPSI, 18 de janeiro de 2016

Taylor das Neves da Silva

AOP n.º 800033/20ST

Apêndice B - Guião de Entrevistas

1. Na sua opinião, a lei em vigor, referente à intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna?
2. O facto da Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a Segurança Interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?
3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à Segurança Interna de São Tomé e Príncipe atualmente?
4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?
5. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as Forças e Serviços de Segurança e as Forças Armadas?
6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?
7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

Apêndice C – Entrevista ao Coronel Olinto Paquete

Perfil do entrevistado

Entrevistado: Olinto Paquete

Data: 13 de fevereiro de 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Coronel e Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas de STP

Idade: 52

Sexo: M

Habilitações Literárias: Pós-graduação

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor, referente à intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna?

R: Creio que a lei em vigor em geral necessita de ser regulamentada. Ainda não existe a Lei de Segurança Interna, mas é de meu conhecimento que na Assembleia Nacional esta para breve a discussão de um projecto-lei nesse sentido.

2. O facto da Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a Segurança Interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

R: De forma alguma. A nossa Constituição fala da Defesa Nacional no seu sentido lato, engloba a segurança interna e externa. Para um país como o nosso, delimitar as competências para a segurança interna exclusivamente as Forças de Segurança, seria um erro. A nossa realidade diverge muito da de Portugal e outros países europeus.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à Segurança Interna de São Tomé e Príncipe atualmente?

R: Não sei como é que entende as ameaças. Porém, o que para outras nações constituem ameaças, para São Tomé e Príncipe não o é. Assim, sendo as ameaças multifacetadas, cabe ao analista definir quais são as maiores para a Segurança Interna, mas é preciso ter sempre presente a ideia de que na realidade são-tomense a Segurança Interna e a Segurança Externa são duas faces de uma mesma moeda logo, interdependentes.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

R: Talvez não saibas. Em São Tomé e Príncipe as Forças Armadas sempre tiveram participação naquilo que é considerado de Segurança Interna. A Polícia Militar tem sido dotada de capacidades para o reforço da Polícia Nacional. Não vejo aqui qualquer ineficiência e ineficácia das Forças e Serviços de Segurança. O problema de criminalidade só pode ser colmatado com o trabalho de todos (Políticos, Polícias e Militares).

5. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

R: Relação de cooperação e de complementaridade.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

R: Acredito que essa cooperação tem sido muito frutífera porém, os elementos das Forças e Serviços de Segurança poderão melhor pronunciar.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

R: Como deve saber, tanto na vida militar como na policial, tudo é planeado ao pormenor de forma a garantir o sucesso das missões. O Comando das forças no terreno é do Oficial indicado para esse efeito (pode ser da Polícia ou do Exército).

Apêndice D – Entrevista ao Tenente-Coronel João Pedro Cravid

Perfil do entrevistado

Nome: João Pedro Cravid

Data: 8 de março de 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Tenente-Coronel e Diretor do Gabinete do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas de STP.

Idade: 54

Sexo: M

Habilitação Literárias: Pós-graduação

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor referente à intervenção das Forças Armadas na segurança interna é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei de Segurança Interna?

Tenente-coronel João Cravid (JC): As Forças Armadas têm a sua missão específica que é a defesa do país contra as ameaças externas, no entanto, quando solicitada pela PN as Forças Armadas apoiam a Polícia em missões específicas. Quanto à inexistência de uma Lei de Segurança Interna nada tenho a referir.

2. O facto de a Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a segurança interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

JC: Sim.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe?

JC: destaco em primeiro lugar a pirataria marítima, criminalidade organizada, terrorismo em especial praticado pelo grupo *Boko Haram*, tráfico de drogas, entre outras.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na segurança interna. Considera que os militares estão preparados para desempenhar tarefas

policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

JC: As Forças Armadas têm a Companhia de Polícia Militar (CPM) que é uma subunidade dotada de formação para atuar no domínio da SI. Aliás, é esta CPM que ao nível operacional coopera com a PN nas patrulhas mistas e outras missões que requeiram colaboração.

5. Na sua opinião, e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

R: A relação é boa, contudo, é preciso criar condições para que a mesma seja melhor.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

JC: A cooperação tem sido muito importante uma vez que se tem vindo a verificar uma redução acentuada da criminalidade no país. A patrulha mista composta pelos militares e elementos das FSS é uma decisão que tem valido a pena.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

JC: Há sim. O comando operacional está ao cargo da PN.

Apêndice E – Entrevista ao Capitão Stoy Miller Vaz de Sousa Pontes

Perfil do entrevistado

Nome: Stoy Miller Vaz de Sousa Pontes

Data: 7 de março de 2017

Cardo/Posto: Capitão das FA e Comandante de Polícia Militar

Idade: 34

Sexo: M

Habilitação Literárias: Mestre em Ciências Militares

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor, referente à intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna?

Capitão Stoy Miller Pontes (SMP): Não. Quanto a inexistência de uma LSI nada tenho a referir.

2. O facto da Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a Segurança Interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

SMP: Não me parece, pois, desde início da independência ficou definido na Constituição da República objetivos primordiais do Estado (art.º 10.º) e da Defesa Nacional (art.º 11.º), embora à CRDSTP não faça menção a Polícia Nacional não implica que a sua actuação na segurança interna seja posto em causa.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à Segurança Interna de São Tomé e Príncipe atualmente?

SMP: As maiores ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe são: criminalidade organizada, tráfico de drogas e bebidas alcoólicas, que podem provocar crimes isolados, violação de pessoas, principalmente de crianças e violência doméstica.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais?

Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

SMP: Depende da situação do país em termos da criminalidade, todavia esta tarefa é da inteira responsabilidade das forças de segurança, e a intervenção só poderá acontecer em casos extremos. O emprego ou intervenção das Forças Armadas nessa ação podem pôr em causa as atribuições ou competências das forças policiais. Esta tarefa obviamente, é incumbida as forças policiais e não para as forças militares e caso, se verifique uma intervenção militar, deve ser sempre no espírito de entreajuda e cooperação entre ambas as forças.

5. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

SMP: Na minha modesta opinião, deverá ser uma relação de cooperação, respeito mutuo, amizade, coesão e espírito de entreajuda, pois, cada força dentro das suas competências trabalha em prol da defesa e segurança do país.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

SMP: Tem sido muito importante, na medida que esta cooperação passa além de fortalecer a relação de amizade, coesão e respeito entre ambas as forças, visa reduzir ou mitigar o índice de criminalidade no país de forma a sentir a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional. Principalmente a policia militar tem feito um excelente trabalho de cooperação com as forças policiais.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

SMP: Na minha perceção não existe um plano de patrulhamento pré-estabelecido. Esta actividade de cooperação acontece quando de uma situação de aumento de criminalidade no país, principalmente assaltos a bens públicos ou privados, assalto a mão armado as pessoas, aumento de consumidores de drogas, corte ilegal de arvore e extração ilegal de areia. Também verifica-se esta cooperação nas épocas festivas como natal e ano novo e/ou no dia 12 de Julho (dia da independência nacional). O comando das forças operacionais no terreno é alternado, umas vezes é comandada por um militar e outra por um polícia.

Apêndice F – Entrevista ao Superintendente Kiakisiki Quaresma do Nascimento

Perfil do entrevistado

Nome: Kiakisiki Q. do Nascimento

Data: 15 de fevereiro de 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Superintendente da PN e 2º Comandante Geral da Polícia Nacional

Idade: 36

Sexo: M

Habilitações Literárias: licenciado em Ciências policiais

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor, referente à intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna?

Superintendente Kiakisiki Nascimento (KN): a Constituição da República de STP define os critérios da intervenção das Forças Armada no domínio da segurança interna. De acordo com a nossa lei de organização e funcionamento, bem como a lei das Forças Armada só e apenas em situação de estado de sítio e emergência, o comandante geral da PN subordina-se ao chefe de Estado Maior das Forças Armadas e esta força do Estado por força da Lei adquire competência ao nível da segurança interna, Relativamente a Lei de segurança Interna já existe um projeto lei nesse sentido, estou convencido que nessa legislatura a referida Lei poderá ser aprovada pela Assembleia Nacional, no entanto, até entrada em vigor da nova Lei de segurança Interna, o país fica desprovido de um instrumento legal muito relevante para a reforma e organização do nosso sistema de segurança interna.

2. O facto da Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a Segurança Interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

KN: De facto a Constituição da República de STP não faz menção em nenhum do seu articulado sobre a instituição Polícia Nacional. Penso que o legislador na altura da feitura da Lei não tinha a exata noção do nobre papel que a PN desempenha na sociedade São-tomense. No entanto, esta situação cria algum embaraço no nosso ordenamento jurídico na medida em que a PN não é reconhecida diretamente na Lei mãe do país. Por conseguinte, do ponto de

vista prático essa lacuna não tem tido impacto na atuação da polícia, uma vez que, existem outros normativos legais nomeadamente, as normas internas e o próprio código penal e processo penal que faz referência as competência e atribuições da PN, sobretudo como Órgão de Polícia Criminal. Concluindo, penso que na próxima revisão Constitucional essa lacuna deverá ser suprida no sentido de reforçar, dignificar e legitimar o papel da PN.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à Segurança Interna de São Tomé e Príncipe atualmente?

KN: Do meu ponto de vista, a maior ameaça prende-se com o crime organizado transfronteiriço. Como já deve saber, STP abriu as suas fronteiras aos cidadãos da CPLP, União Europeia, Estados Unidos e Canada. Ao nível interno essa abertura não tem sido acompanhada de uma política pública de segurança que visa dotar as diferentes autoridades nacionais, com competência nessa matéria, de meios com vista a melhor controlar e monitorizar os estrangeiros em STP. A referir que a falta de meios, melhor especialização dos profissionais da segurança poderá abrir espaço para que cidadão nacional e estrangeiros dedicam-se ao crime organizado. Por conseguinte a solução seria investir nos nossos recursos humanos, dotar as instituições de meios a todos os níveis e ter um plano de combate e repressão das atividades ilícitas no país.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

KN: De facto, há correntes que defendem esta solução. STP é um país com poucos recursos e temos que saber aproveitar e racionar os meios que temos a nossa disposição. Tendo em conta a natureza e a própria organização das nossas Forças Armadas, essa instituição do Estado pouco contribui de facto para a segurança interna do país. Nessa perspetiva, podemos direccionar as Forças Armadas para missão de segurança interna, desde que devidamente regulamentado. É ponto assente, que cabe a PN, enquanto Força de Segurança por excelência competências no domínio da segurança interna. Por outro lado, o trabalho em parceria que tem sido realizado no domínio da segurança interna entre a PN e as Forças Armadas tem tido resultado bastante positivos no que concerne a prevenção, combate e repressão da criminalidade. Quer isso dizer que o modelo de integração de militar ao serviço da PN é uma

medida viável, desde que obedeça critérios bastante claros e objetivos. O militar ao prestar serviço na PN deve ser alvo de uma formação sobre a matéria policial no sentido de os capacitar. Formação essa, que deve ser de base e contínua. Em tese o risco de imagem de ineficácia da Força de Segurança é reduzido, desde que, o critério de seleção, a permanência e atribuições do militar com função policial seja devidamente regulamentado e coordenado pela PN.

5. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

KN: Para o bem do país essa relação deve ser a mais cordial possível. Não obstante a PN ter atribuições acrescidas nesse domínio, ambas as instituições concorrem para o bem comum, que é a paz social e a segurança das pessoas e dos seus bens. A experiência indica-nos que a parceria, o trabalho conjunto entre essas duas instituições tem contribuído para a redução da criminalidade e, consequentemente aumento do sentimento de segurança e reforço da autoridade de Estado.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

KN: Nesta fase a cooperação tem sido através de realização das chamadas “patrulhas mista”, ou seja, são equipas conjuntas de polícia e militar com a coordenação da PN que realizam operações de patrulha de fiscalização e controlo de atividades ilícitas em todo o território nacional. Para uma fase posterior, está-se a equacionar a possibilidade de integrar na PN um contingente militar de tropa obrigatória com vista a reforçar o efetivo da PN. Esse contingente depois de selecionado desempenhará as funções de militar com função policial sobe dependência direta dos comandantes de polícia.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

KN: O plano de patrulhamento conjunto é uma realidade, já algum tempo a esta parte. No atual momento esse plano está em curso, por se tratar do domínio da segurança interna, é normalmente a PN a coordenar as operações, quer de ponto de vista da conceção do plano, quer de ponto de vista operacional.

Apêndice G – Entrevista ao Intendente Domingos Vaz do Nascimento

Perfil do entrevistado

Entrevistado: Domingos Vaz do Nascimento

Data: 27 de fevereiro de 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Intendente da PN e Comandante Distrital de Água Grande

Idade: 53

Sexo: M

Habilitações Literárias:

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor referente à intervenção das Forças Armadas na segurança interna é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei de Segurança Interna?

Intendente Domingos Nascimento (DN): Na verdade, a inexistência da Lei de Segurança Interna condiciona o bom serviço de segurança no território nacional.

2. O facto de a Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a segurança interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

DN: Embora a Constituição não faça menção à Polícia Nacional, o nosso Estatuto e a Lei Orgânica em vigor regula os moldes organizacional e operacional que a Polícia deve usar para levar a cabo as suas missões.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe?

DN: O terrorismo, a violência doméstica, os furtos e os roubos.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na segurança interna. Considera que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

DN: Não, tendo em conta que esta missão é exclusiva da Polícia, podendo ser solicitado a colaboração das FASTP em caso de necessidade.

5. Na sua opinião, e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

DN: A relação é de reforço institucional. Quer dizer que deverá existir cooperação entre as forças.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

DN: Com base na cooperação entre as FA e as FSS há mais-valia de forma a garantir mais segurança em todos os níveis.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

DN: Existe o Plano Operacional de patrulhamento entre essas forças. Quem comanda é o Polícia Nacional, com os Oficiais e Agentes indicados.

Apêndice H – Entrevista ao Subcomissário Valdir Cunha Lisboa

Perfil do Entrevistado

Entrevistado: Valdir dos Santos Lima da Cunha Lisboa

Data: 25 de janeiro de 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Comandante Distrital

Idade: 30

Sexo: Masculino

Habilitação Literárias: Mestre em Ciências Policiais

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor, referente à intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna?

Subcomissário Valdir Lisboa (VL): Não tenho conhecimento sobre essa norma, mas no que toca à lei sobre a matéria em estudo, penso que ainda há muito para se fazer nomeadamente, a materialização de uma lei de segurança interna que tipifique claramente quais forças FSS fazem parte do “Sistema de Segurança Interna” e a missão basilar de cada uma e quem deve colaborar, coadjuvar para a segurança nacional global, que de certa forma irá pôr cobro as lacunas e as obscuridades que se verificam nessa matéria em STP.

2. O facto da Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a Segurança Interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

VL: Não, porque nós enquanto polícias temos que atuar com base nos princípios constitucionais, respeitando sempre os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, não abusar dos poderes que nos são concedidos por lei. A integração do termo Polícia Nacional na constituição é para mim uma questão que irá reforçar a existência desta força na lei mãe, mas no que toca às suas missões, deveres, já estão claramente definidas nas leis, nomeadamente, na Lei Orgânica da Polícia Nacional, no Estatuto das Forças e Serviços de Segurança, no Código de Processo Penal, entre outras. Desde que a lei constitucional faça menção que cabe ao Estado entre os seus polares fundamentais, garantir ao povo a segurança

então caberá a Assembleia, ao Governo, criar instituições e meios próprios para a sua materialização.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à Segurança Interna de São Tomé e Príncipe atualmente?

VL: Felizmente, ainda não temos grandes ameaças concretas em STP, mas eventualmente poderá acontecer algum atentado num grande evento futuro, a nível político, económico ou social ou cultural.

Porém já se tem notado alguns casos de criminalidade organizada e violenta, mas podemos pensar que esses foram casos esporádicos, apesar da sua gravidade.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

VL: Penso que os militares têm as suas tarefas delimitadas por lei, e elas nuclearmente se esgotam na defesa do território contra ameaças externas, em termos de segurança interna as forças armadas colaboram com a Polícia Nacional, não como forças de incumbência de tarefas policiais, mais sim como forças de apoio em termos de materiais e equipamentos logísticos e vice-versa.

5. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

VL: Deve ser uma relação saudável para juntos contribuírem para termos um país mais seguro quer a nível das ameaças internas quer a nível das externas. Uma relação de trocas e sobretudo de respeito de trabalho de cada um.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

VL: De referir que as patrulhas mistas evidenciam a cooperação entre as forças e têm dado frutos porque há mais meios humanos na rua a patrulhar, está a fomentar união e amizades entres os membros, sobretudo, na minha ótica, está a se passar uma imagem positiva que as forças e os serviços policiais, as forças armadas não estão a trabalhar umas de costas para as

outras, mas sim estão em trocar, estão unidas para prevenção e repressão criminal em STP consequentemente para a segurança global do país.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

VL: Penso que há um plano recente preestabelecido em termos de cooperação entre essas forças nomeadamente o plano de segurança nos períodos de maior movimentação de pessoas e bens, sobretudo nos meses em que há festas de âmbito nacional e internacional que têm lugar em STP. De salientar que ultimamente tem havido patrulha mista englobando varias forças e serviços de seguranças e a força armada, as denominadas “patrulhas mistas” com o pessoal da PN, PIC, FAST, SMF, SPRS respetivamente. No que toca a liderança das equipas das patrulhas mistas, têm variado entre as forças e os serviços que a integram, mas eu sou de opinião que quem deve comandar as operações deve ser sempre Polícia Nacional por se tratar de uma questão de prevenção criminal, de vigilância, uma situação de segurança interna, missão nuclear das polícias. O que deve haver é uma coordenação e colaboração positiva entre os membros das equipas. Porque se supormos que há um recluso evadido, deve ser os guardas a identifica-lo porque o conhecem, mas ele será levado para o comando e depois seguirá o seu destino, outro exemplo: imagine que o mesmo recluso é apanha por uma patrulha mista a cometer um crime, ele será detido e enviado não para cadeia, mas sim para o MP. Em suma, penso que a PN está mais preparada para lidar com os DLG’s das pessoas, não pode haver uma concorrência em termos de quem chefia, mas sim trocas mútuas de informações de materiais nomeadamente, viaturas e outros equipamentos.

Apêndice I – Entrevista ao Subcomissário Eridson Trindade

Perfil do entrevistado

Entrevistado: Eridson Trindade

Data: 16 de fevereiro 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Subcomissário da PN e Comandante Distrital

Idade: 33

Sexo: M

Habilitações Literárias: Mestre em Ciências Policiais

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor, referente à intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna, é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei da Segurança Interna?

Subcomissário Eridson Trindade (ET): Não Propriamente, uma vez que não esclarece exatamente quais os limites das intervenções das forças armadas em situação interna, embora esteja claro na lei o papel das forças e serviços de segurança. A inexistência de uma lei de segurança interna constitui uma lacuna clara ao nível estratégico e a coordenação entre as forças em caso de necessidade.

2. O facto da Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a Segurança Interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

ET: Na minha opinião não, porque a atuação policial embora não esteja legitimada diretamente pela constituição, está claramente definida na lei e organicamente também está legitimada.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à Segurança Interna de São Tomé e Príncipe atualmente?

ET: São Tomé e Príncipe não está livre do crime organizado e transnacional, o crime cibernético, embora não seja provável não podemos descartar o terrorismo.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na Segurança Interna. Acha que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais?

Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

ET: Na minha opinião, o combate a criminalidade bem como a prevenção a criminalidade deve ser uma competência exclusiva da Polícia Nacional, embora as Forças Armadas, nomeadamente a Guarda Costeira tenha competências de proteger e patrulhar toda a orla marinha, porque os militares não têm formação nem especialização naquilo que são as competências nas áreas de investigação criminal e na atuação com os cidadãos. Sim penso que passaria uma imagem de ineficiência e ineficácia por parte das FSF.

5. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

ET: penso que deve existir uma boa relação institucional e organizacional, até porque hoje em dia a linha que separa ameaças internas e externas é tão ténue que muitas vezes se confunde uma na outra.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

ET: na minha opinião, penso que o combate a criminalidade bem como a prevenção a criminalidade deve ser uma competência exclusiva da Polícia Nacional, embora as Forças Armadas, nomeadamente a Guarda Costeira tenha competências de proteger e patrulhar toda a orla marinha, porque os militares não têm formação nem especialização naquilo que são as competências nas áreas de investigação criminal e na actuação com cidadãos civis.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

ET: existe sim uma patrulha conjunta em que participam a Polícia Nacional, outras forças e Serviços de Segurança, a Polícia de Investigação Criminal e os Militares que é combinado entres os comandantes das forças, mas que não esta bem definida e delineadas a verdadeira forma de trabalhar, portanto tem sido um trabalho um pouco *a doc* em que deveria ser a polícia nacional a comandar as forças operacionais, o que nem sempre acontece no terreno.

Apêndice J – Entrevista ao Subcomissário João Pedro Cravid

Perfil do entrevistado

Entrevistado: João Pedro Cravid

Data: 18 de janeiro 2017

Local: São Tomé (via correio eletrónico)

Cargo/Posto: Subcomissário da PN e Comandante do Grupo de Intervenção e Segurança.

Idade: 27 anos

Sexo: M

Habilitações Literárias: Mestre em Ciências Policiais

Entrevista

1. Na sua opinião, a lei em vigor referente à intervenção das Forças Armadas na segurança interna é suficientemente clara? Qual é a apreciação que faz da inexistência de uma Lei de Segurança Interna?

Subcomissário João Cravid (JC): Primeiramente, começo por afirmar que não existe uma lei exata que delimite as responsabilidades das Forças Armadas quanto à sua intervenção a nível da segurança interna. A meu ver, o que existe são normas legais internas de cada instituição, inclusive das FASTP e da PNSTP, que tenta esclarecer quais são as suas missões, e desta forma acabamos por estar esclarecidos sobre quem faz o quê e quais são as áreas de actuação. É aí que fica claro que a segurança interna é mais da competência da PNSTP e a segurança externa da competência das FASTP, mas, como duas instituições que devem sempre atuar em estreita colaboração, acaba por haver uma interacção e entreaajuda, tanto nas missões de segurança interna, como externa. Paralelamente a isso, sabemos que as FASTP só têm grande interferência na segurança interna do país quando estamos perante o estado de sítio ou o estado de emergência. Quanto à inexistência de uma Lei de Segurança Interna, considero que, infelizmente, é somente mais uma das graves falhas que existe no nosso sistema de segurança interna. As lacunas que a inexistência desta lei causa, e a pouca eficácia das leis já existentes, contribuem muito para os problemas que enfrentamos diariamente.

2. O facto de a Constituição não fazer menção à Polícia Nacional, que é a Força de Segurança por excelência com a incumbência para garantir a segurança interna, poderá ter impacto direto na sua atuação?

JC: Penso que não, mas considero que é um erro crasso, o fato de a nossa Constituição não fazer expressamente, menção à PNSTP, como vemos, por exemplo, na Constituição da República Portuguesa. Essa é só mais uma lacuna, senão a primeira grande lacuna, mas mesmo assim, os problemas podem ser resolvidos com outras normas que venham complementar o que determina a Constituição quando afirma que “compete ao Estado garantir a defesa nacional”. Em suma, é urgente que haja uma Lei de Segurança Interna.

3. Atualmente, com um novo leque de ameaças a nível mundial, em termos gerais, quais são as maiores ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe?

JC: Bem, mesmo sendo um país africano, estamos sujeitos a ameaças que ocorrem fora do continente africano, como tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, tráfico de armas, terrorismo, e outros, e atualmente, em África, vive-se grandes conflitos e sempre em estado de alerta com situações de terrorismo, como é o caso do *Boko Haram*, que esta mais ativo na costa africana, no Golfo da Guiné, dentre outras ameaças que, como em outras partes do mundo, estamos sujeitos.

4. Há quem defenda que uma das soluções para resolver os problemas da criminalidade em São Tomé e Príncipe passa pelo emprego das Forças Armadas na segurança interna. Considera que os militares estão preparados para desempenhar tarefas policiais? Não poderá ajudar a passar uma imagem de ineficiência e ineficácia na prestação de serviços por parte das Forças e Serviços de Segurança?

JC: Penso que não está em causa a falta de preparação das FASTP, pois é uma instituição muito bem estruturada, com meios bélicos fortes e com argumentos suficientes para repor a ordem pública, caso seja necessário, de acordo à nossa dimensão populacional e territorial. O que no meu entender está mais em causa é a qualificação dos militares para assuntos de segurança interna e a reposição da ordem pública, cumprindo as normas policiais estabelecidas que, o seu não cumprimento seria um retrocesso na democracia e no desenvolvimento das instituições e do Estado são-tomense. Por isso, da mesma forma que se a PNSTP tiver os meios bélicos e a preparação militar para dar resposta às situações que têm a ver com a segurança externa iria desempenhar essa missão sem problemas, as FASTP também conseguiriam dar resposta às situações de segurança interna tendo alguma preparação mais virada para a interacção com a sociedade.

É preciso não “misturar-se as águas”. Os militares estão mais vocacionados para a segurança externa e a PN vocacionada para a segurança interna, e assim devem continuar sempre tendo a noção que os meios, a todos os níveis, atualmente existentes, são escassos para que se desempenhe da melhor forma esta nobre missão.

5. Na sua opinião, e de acordo com a sua experiência, qual deverá ser a relação entre as forças de segurança e as Forças Armadas?

JC: Eu já disse várias vezes em outros fóruns que a relação existente, atualmente entre os militares, e as forças e serviços de segurança não são as melhores por razões pessoais/carácter e que em nada abonam a favor das instituições e do país.

Por experiência própria, tenho óptimas relações com muitos militares e/ou outro serviço de segurança, mas também tenho a plena noção que também tenho sérios problemas, com elementos destas instituições, principalmente com militares. No meu entender, tudo deve-se ao desrespeito pelo trabalho do outro que, muitas vezes, não existe. Confunde-se relação pessoal com profissional e em alguns casos, por pertencer essa ou aquela instituição consideram-se imunes à lei. Como é óbvio, isso leva a que muitas vezes haja conflitos e choques entre as instituições. Tudo está à volta desta palavra “respeito”. Devemos respeitar uns aos outros, pois estamos todos para o mesmo, e se queremos manter a ordem e zelar pela paz devemos respeitar aqueles que existem para garantir o cumprimento destas nobres missões.

6. Em que medida a cooperação entre Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança tem sido importante no combate à criminalidade?

JC: Bem, felizmente, nos últimos tempos, pessoalmente, tenho constatado uma grande colaboração entre as forças e seguranças, e os militares, pois, através de uma medida implementada pelo Governo em reunir a PNSTP, as FASTP, a PIC e o SMF no combate às incivilidades, à criminalidade e ao sentimento de insegurança, é possível ver-se uma harmonia entre todos, levando ao sucesso das operações e dos patrulhamentos em conjunto, mitigando as incivilidades, a criminalidade e o sentimento de insegurança por parte dos cidadãos. Em suma, sempre houve, há e espero que sempre haja uma grande entreaajuda entre os militares e as forças e serviços de segurança, mas a verdade é que nem tudo são flores e existem momentos bastante tensos entre as instituições devido a existências de alguns dos seus membros que não fazem falta nenhuma às instituições que pertencem.

7. Em termos de cooperação entre a Polícia Nacional e as Forças Armadas, há planos de patrulhamento pré-estabelecidos? Quem comanda as forças operacionais no terreno durante a operação?

JC: Como disse na pergunta anterior, o Governo criou o chamado “patrulhas mistas” ou “patrulhas conjuntas” entre a PNSTP, as FASTP, a PIC e o SMF, onde a PNSTP é a instituição coordenadora, e a que traça os planos e as estratégias de execução. O Sr. Comandante Geral, em consonância com o Sr. 2.º Comandante Geral indigitam um Oficial da PNSTP para que seja o coordenador operacional no terreno para que acompanhe, *in loco*, as ações das instituições que visa fazerem patrulhamentos por toda a ilha de São Tomé, e infelizmente ainda não foi possível implementar-se esta medida na ilha do Príncipe (creio que por ainda não se justificar). Estes patrulhamentos/operações normalmente são com as carrinhas das instituições, formando-se equipas, onde em todas as carrinhas devem existir elementos de todas as instituições. Volto a frisar que as diretrizes e o comando de todo o patrulhamento cabe à PNSTP, algo que considero correto, pois estamos perante situações que têm a ver com a segurança interna, e as outras instituições devem agir em colaboração com a PNSTP. Mas as ações de cooperação entre as instituições vão muito além das patrulhas conjuntas, pois em todas as atividades/eventos onde é expectável haver um grande aglomerado populacional as instituições, principalmente a PNSTP e as FASTP trabalham em conjunto, embora nesta vertente o comando seja autónomo.

Apêndice K – Quadro Categorical

A) – Categoria “Percepção que se tem da inexistência de uma Lei de Segurança Interna em São Tomé e Príncipe”. Nesta categoria, procura-se recolher toda a informação sobre a lacuna legislativa que existe no país no âmbito da Segurança Interna, e como a mesma tem sido suprida.

A.1 – Subcategoria “A lei em vigor é suficientemente clara”. Nesta subcategoria, procura-se recolher informações sobre as leis avulsas que regulam a atividade da Segurança Interna, ou seja, a forma como esta atividade vem sendo desenvolvida.

Ex: *“Não Propriamente, uma vez que não esclarece exatamente quais os limites das intervenções das forças armadas em situação interna, embora esteja claro na lei o papel das forças e serviços de segurança”.*

A.2 – Subcategoria “Num Estado de direito democrático é normal a atuação das Forças Armadas na Segurança Interna durante normalidade democrática”. Aqui procura-se informações sobre os obstáculos que se apresentam à atuação dos militares na Segurança Interna, os mecanismos de colaboração e coordenação institucional.

Ex: *“Esta tarefa obviamente, é incumbida as forças policiais e não para as forças militares e caso, se verifique uma intervenção militar, deve ser sempre no espírito de ajuda e cooperação entre ambas as forças”.*

A.3 – Subcategoria “Quais as competências das Forças Armadas na Segurança Interna”. Procura-se recolher informações acerca das atribuições na matéria da Segurança Interna, e se há escassez de meios na Força de Segurança (PN).

Ex: *“Penso que os militares têm as suas tarefas delimitadas por lei, e elas nuclearmente se esgotam na defesa do território contra ameaças externas, em termos de segurança interna as forças armadas colaboram com a Polícia Nacional, não como forças de incumbência de tarefas policiais, mais sim como forças de apoio em termos de materiais e equipamentos logísticos e vice-versa”.*

B) – Categoria “A mudança do paradigma de segurança”. Neste sentido, procura-se informações sobre as novas ameaças e as vulnerabilidades para a Segurança Interna são-tomense.

B.1 – Subcategoria “**Novo quadro de ameaças**”. Nesta subcategoria, procura-se recolher informações sobre as principais ameaças e riscos e se houve alterações nas tradicionais ameaças que afetam a Segurança Interna são-tomense.

Ex: “*Destaco em primeiro lugar a pirataria marítima, criminalidade organizada, terrorismo em especial praticado pelo grupo Boko Haram, tráfico de drogas, entre outras*”.

B.2 – Subcategoria “**Localização geográfica**”. Procura-se informações sobre as vulnerabilidades que estão associadas ao Golfo da Guiné.

Ex: “*Em África, vive-se grandes conflitos e sempre em estado de alerta com situações de terrorismo, como é o caso do Boko Haram, que estão mais ativos na costa africana, no Golfo da Guiné, dentre outras ameaças que, como em outras partes do mundo, estamos sujeitos*”.

B.3 – Subcategoria “**Distinção entre a Segurança Interna e Defesa Nacional**”. Aqui procura-se colher as informações acerca do conceito da Segurança Interna e Defesa nacional e saber se são atividades idênticas ou distintas.

Ex: “*Ter sempre presente que a realidade de São Tomé e Príncipe a Segurança Interna e a Segurança Externa são duas faces de uma mesma moeda logo, interdependentes*”.

C) – Categoria “**Perceção que se tem sobre o quadro legal da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna**”. Na presente categoria pretende-se recolher toda a informação referente a intervenção da Forças Armadas na Segurança Interna.

C.1 – Subcategoria “**Lacuna constitucional**”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher informações sobre os procedimentos adotados para suprir as lacunas constitucionais.

Ex: “*Esta situação cria algum embaraço no nosso ordenamento jurídico na medida em que a PN não é reconhecida diretamente na Lei mãe do país. Por conseguinte, do ponto de vista prático essa lacuna não tem tido impacto na atuação da polícia, uma vez que, existem outros normativos legais nomeadamente, as normas internas e o próprio código penal e processo penal que faz referência as competência e atribuições da PN, sobretudo como Órgão de Polícia Criminal*”.

C.2 – Subcategoria “**O impacto da intervenção das FA na diminuição da criminalidade**”. Com isso, prende-se obter informações acerca da relação entre a intervenção das Forças Armadas e a taxa da criminalidade.

Ex: *“Na minha opinião, o combate a criminalidade bem como a prevenção a criminalidade deve ser uma competência exclusiva da Polícia Nacional, embora as Forças Armadas, nomeadamente a Guarda Costeira tenha competências de proteger e patrulhar toda a orla marinha, porque os militares não têm formação nem especialização naquilo que são as competências nas áreas de investigação criminal”.*

C.3 – Subcategoria “Legislação”. Nesta subcategoria, pretende-se recolher a informação acerca da perceção que existe sobre legislação existente sobre as Forças Armadas a desempenhar missões no âmbito da Segurança Interna.

Ex: *“Na verdade, a inexistência da Lei de Segurança Interna condiciona o bom serviço de segurança no território nacional”.*

Apêndice L – Codificação

Tema principal	Tema secundário	Texto
(A) Percepção que se tem da inexistência de uma Lei de Segurança Interna em São Tomé e Príncipe	(A.1) A lei em vigor é suficientemente clara	<p>Creio que a lei em vigor em geral necessita de ser regulamentada.</p> <p>Relativamente a Lei de segurança Interna já existe um projeto lei nesse sentido, estou convencido que nessa legislatura a referida Lei poderá ser aprovada pela Assembleia Nacional, no entanto, até entrada em vigor da nova Lei de segurança Interna, o país fica desprovido de um instrumento legal muito relevante para a reforma e organização do nosso sistema de segurança interna.</p> <p>Sobre a matéria em estudo, penso que ainda há muito para se fazer nomeadamente, a materialização de uma lei de segurança interna que tipifique claramente quais forças FSS fazem parte do “Sistema de Segurança Interna” e a missão basilar de cada uma e quem deve colaborar, coadjuvar para a segurança nacional global, que de certa forma irá pôr cobro as lacunas e as obscuridades que se verificam nessa matéria em STP.</p> <p>Não propriamente, uma vez que não esclarece exatamente, quais os limites das intervenções das forças armadas em situação interna, embora esteja claro na lei o papel das forças e serviços de segurança.</p>

		<p>Quanto à inexistência de uma Lei de Segurança Interna, considero que, infelizmente, é somente mais uma das graves falhas que existe no nosso sistema de segurança interna. As lacunas que a inexistência desta lei causa, e a pouca eficácia das leis já existentes, contribuem muito para os problemas que enfrentamos diariamente.</p>
	<p>(A.2) Num Estado de Direito democrático, é normal a atuação das Forças Armadas na Segurança Interna durante a normalidade democrática</p>	<p>Depende da situação do país em termos da criminalidade, todavia esta tarefa é da inteira responsabilidade das forças de segurança, e a intervenção só poderá acontecer em casos extremos. O Emprego ou intervenção das Forças Armadas nessa ação podem pôr em causa as atribuições ou competências das forças policiais.</p> <p>Esta tarefa obviamente, é incumbida as forças policiais e não para as forças militares e caso, se verifique uma intervenção militar, deve ser sempre no espírito de entreaajuda e cooperação entre ambas as forças.</p> <p>De acordo com a nossa lei de organização e funcionamento, bem como a lei das Forças Armada só e apenas em situação de estado de sítio e emergência, o comandante geral da PN subordina-se ao chefe de Estado Maior das Forças Armadas e esta força do Estado por força da Lei adquire competência ao nível da segurança interna.</p> <p>Não, tendo em conta que esta missão é exclusiva da Polícia, podendo ser solicitado</p>

		<p>a colaboração das FASTP em caso de necessidade.</p> <p>Não, porque nós enquanto polícias temos que atuar com base nos princípios constitucionais, respeitando sempre os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, não abusar dos poderes que nos são concedidos por lei.</p> <p>Na minha opinião não, porque a atuação policial embora não esteja legitimada diretamente pela constituição, esta claramente definida na lei e organicamente também está legitimada.</p> <p>De facto, há correntes que defendem esta solução. STP é um país com poucos recursos e temos que saber aproveitar e racionar os meios que temos a nossa disposição. Tendo em conta a natureza e a própria organização das nossas Forças Armadas, essa instituição do Estado pouco contribui de facto para a segurança interna do país. Nessa perspetiva, podemos direccionar as Forças Armadas para missão de segurança interna, desde que devidamente regulamentado.</p> <p>Sabemos que as FASTP só têm grande interferência na segurança interna do país quando estamos perante o estado de sítio ou o estado de emergência.</p>
	(A.3) Quais as competências das Forças Armadas	<p>A nossa Constituição fala da Defesa Nacional no seu sentido lato, engloba a segurança interna e externa. Para um país como o nosso, delimitar as competências</p>

	<p>na Segurança Interna</p>	<p>para a segurança interna exclusivamente as Forças de Segurança, seria um erro.</p> <p>As Forças Armadas têm a sua missão específica que é a defesa do país contra às ameaças externas, no entanto, quando solicitada pela PN as Forças Armadas apoiam a polícia em missões específicas.</p> <p>As Forças Armadas têm a Companhia de Polícia Militar que é uma subunidade dotada de formação para atuar no domínio da SI. Aliás, é esta CPM que ao nível operacional coopera com a PN nas patrulhas mistas e outras missões que requeiram colaboração.</p> <p>Penso que os militares têm as suas tarefas delimitadas por lei, e elas nuclearmente se esgotam na defesa do território contra ameaças externas, em termos de segurança interna as forças armadas colaboram com a Polícia Nacional, não como forças de incumbência de tarefas policiais, mais sim como forças de apoio em termos de materiais e equipamentos logísticos e vice-versa.</p> <p>O que no meu entender está mais em causa é a qualificação dos militares para assuntos de segurança interna e a reposição da ordem pública, cumprindo as normas policiais estabelecidas que, o seu não cumprimento seria um retrocesso na democracia e no desenvolvimento das instituições e do Estado são-tomense.</p>
--	------------------------------------	--

(B) A mudança do paradigma de segurança	(B.1) Novo quadro de ameaças	<p>Do meu ponto de vista, a maior ameaça prende-se com o crime organizado transfronteiriço. Como já deve saber, STP abriu as suas fronteiras aos cidadãos da CPLP, União Europeia, Estados Unidos e Canada. Ao nível interno essa abertura não tem sido acompanhada de uma política pública de segurança que visa dotar as diferentes autoridades nacionais, com competência nessa matéria, de meios com vista a melhor controlar e monitorizar os estrangeiros em STP.</p> <p>São Tomé e Príncipe não esta livre do crime organizado e transnacional, o crime cibernético, embora não seja provável não podemos descartar o terrorismo.</p> <p>Destaco em primeiro lugar a pirataria marítima, criminalidade organizada, terrorismo em especial praticado pelo grupo <i>Boko Haram</i>, tráfico de drogas, entre outras.</p>
	(B.2) Localização geográfica	<p>Bem, mesmo sendo um país africano, estamos sujeitos a ameaças que ocorrem fora do continente africano, como tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, tráfico de armas, terrorismo, e outros, e atualmente, em África, vive-se grandes conflitos e sempre em estado de alerta com situações de terrorismo, como é o caso do <i>Boko Haram</i>, que esta mais ativo na costa africana, no Golfo da Guiné.</p>
	(B.3) Distinção entre a Segurança	<p>Ter sempre presente a ideia de que na realidade são-tomense a Segurança Interna e</p>

	Interna e Defesa Nacional	<p>a Segurança Externa são duas faces de uma mesma moeda logo, interdependentes.</p> <p>Não obstante a PN ter atribuições acrescidas nesse domínio [Segurança Interna], ambas as instituições concorrem para o bem comum, que é a paz social e a segurança das pessoas e dos seus bens.</p> <p>É preciso não “misturar-se as águas”. Os militares estão mais vocacionados para a segurança externa e a PN vocacionada para a segurança interna, e assim devem continuar sempre tendo a noção que os meios, a todos os níveis, atualmente existentes, são escassos para que se desempenhe da melhor forma esta nobre missão.</p>
(C) Percepção que se tem sobre o quadro legal da intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna.	(C.1) Lacuna constitucional	<p>Penso que o legislador na altura da feitura da Lei não tinha a exata noção do nobre papel que a PN desempenha na sociedade São-tomense.</p> <p>Embora a Constituição não faça menção à Polícia Nacional, o nosso Estatuto e a Lei Orgânica em vigor regula os moldes organizacional e operacional que a Polícia deve usar para levar a cabo as suas missões.</p> <p>A integração do termo Polícia Nacional na constituição é para mim uma questão que irá reforçar a existência desta força na lei mãe, mas no que toca às suas missões, deveres, já estão claramente definidas nas leis, nomeadamente, na Lei Orgânica da Polícia Nacional, no Estatuto das Forças e Serviços</p>

		<p>de Segurança, no Código de Processo Penal, entre outras.</p> <p>Esta situação cria algum embaraço no nosso ordenamento jurídico na medida em que a PN não é reconhecida diretamente na Lei mãe do país. Por conseguinte, do ponto de vista prático essa lacuna não tem tido impacto na atuação da polícia, uma vez que, existem outros normativos legais nomeadamente, as normas internas e o próprio código penal e processo penal que faz referência as competência e atribuições da PN, sobretudo como Órgão de Polícia Criminal.</p>
	<p>(C.2) O impacto da intervenção das Forças Armadas na diminuição da criminalidade</p>	<p>A cooperação tem sido muito importante uma vez que se tem vindo a verificar uma redução acentuada da criminalidade no país. A patrulha mista composta pelos militares e elementos das FSS é uma decisão que tem valido a pena.</p> <p>Acredito que essa cooperação tem sido muito frutífera, porém, os elementos das Forças e Serviços de Segurança poderão melhor pronunciar.</p> <p>Tem sido muito importante, na medida que esta cooperação passa além de fortalecer a relação de amizade, coesão e respeito entre ambas as forças, visa reduzir ou mitigar o índice de criminalidade no país de forma a sentir a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional. Principalmente a policia militar tem feito um</p>

		<p>excelente trabalho de cooperação com as forças policiais.</p> <p>Nesta fase a cooperação tem sido através de realização das chamadas “patrulhas mista”, ou seja, são equipas conjuntas de polícia e militar com a coordenação da PN que realizam operações de patrulha de fiscalização e controlo de atividades ilícitas em todo o território nacional.</p> <p>Com base na cooperação entre as FA e as FSS há mais-valia de forma a garantir mais segurança em todos os níveis.</p> <p>De referir que as patrulhas mistas evidenciam a cooperação entre as forças e têm dado frutos porque há mais meios humanos na rua a patrulhar, está a fomentar união e amizades entres os membros, sobretudo, na minha ótica, está a se passar uma imagem positiva que as forças e os serviços policiais, as forças armadas não estão a trabalhar umas de costas para as outras, mas sim estão em trocar, estão unidas para prevenção e repressão criminal em STP consequentemente para a segurança global do país.</p> <p>Na minha opinião, o combate a criminalidade bem como a prevenção a criminalidade deve ser uma competência exclusiva da Polícia Nacional, embora as Forças Armadas, nomeadamente a Guarda Costeira tenha competências de proteger e patrulhar toda a orla marinha, porque os militares não têm formação nem especialização naquilo que</p>
--	--	---

		são as competências nas áreas de investigação criminal e na atuação com os cidadãos.
	(C.3) Legislação	<p>Na verdade, a inexistência da Lei de Segurança Interna condiciona o bom serviço de segurança no território nacional.</p> <p>A inexistência de uma lei de segurança interna constitui uma lacuna clara ao nível estratégico e a coordenação entre as forças em caso de necessidade.</p> <p>Em suma, é urgente que haja uma Lei de Segurança Interna.</p>

Apêndice M - Missões da Polícia Nacional

Missão Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a legalidade democrática; - Garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.
Missão Genérica	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar e garantir as condições de segurança necessárias ao normal funcionamento das instituições e órgãos democráticos; - Participar na segurança pessoal dos membros dos órgãos da soberania, altas entidades nacionais ou estrangeiras e de quaisquer outros cidadãos sujeitos a relevante ameaça à sua integridade física; - Garantir o livre exercício dos direitos fundamentais e liberdades e garantias dos cidadãos; - Manter a segurança, a tranquilidade e a ordem pública; - Prevenir a prática de quaisquer comportamentos ou actos contrários às leis em geral; - Prevenir a criminalidade, em especial a criminalidade e o terrorismo, em coordenação com outras forças e serviços de segurança, de harmonia com o previsto na legislação sobre a segurança interna; - Colher notícias sobre a actividade criminal, investigando os suspeitos, determinando os autores e praticando os demais actos necessários à competente acção penal, no respeito pela dignidade das pessoas e dos seus direitos fundamentais, sem prejuízo das outras Forças e Serviços de Segurança; - Impedir, tanto quanto possível, as consequências dos crimes e prestar auxílio às suas vítimas; - Garantir a integridade física e a vida das pessoas e dos seus bens pessoais e patrimoniais; - Exercer as competências decorrentes das suas atribuições em matéria processual penal, contra-ordenacional e administrativo; - Prestar auxílio à execução dos actos administrativos emanados das autoridades competentes e destinados a prever o incumprimento das leis, garantido a ordem e a tranquilidade públicas; - Garantir a segurança e a ordem nos espectáculos públicos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei; - Garantir a segurança aeroportuária e particular na segurança portuária e das orlas costeiras, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança, nos termos definidos por lei; - Licenciatar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança; - Exercer as suas atribuições legais em matéria de licenciamentos administrativos; - Prestar ajuda às populações e, em especial, aos grupos de risco; - Prestar socorro aos sinistrados; - Desenvolver acções de formação e informação sobre a segurança, junto dos cidadãos; - Noticiar as infracções às normas legais sobre a higiene e salubridade públicas e tomar medidas cautelares legalmente admissíveis, sem prejuízo das competências de outras entidades; - Participar nas missões internacionais de paz ou de reposição da ordem pública, de harmonia com o que for definido pelo Governo; - Intervir no planeamento e na execução das actividades de protecção civil, em coordenação e cooperação com as demais entidades com competência nessa matéria;

Fonte: Dec. Lei n.º 6/2014, de 23 de abril (Lei Orgânica da PN).